

A complexa influência Chinesa na América Latina: desafios e oportunidades para a região

Ivana Rodriguez

**Dissertação de obtenção de Grau de Mestre em
Ciências Políticas e Relações Internacionais
Especialização em Estudo Político de Área**

Ivana Rodriguez, A complexa
influência Chinesa na América
Latina: desafios e oportunidades
para a região, 2016.

Abril 2016

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, com especialização em Estudos Políticos de Área, realizada sob a orientação científica da Professora Dra. Carla Patrício Fernandes

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, a Professora Dra. Carla Patrício Fernandes. Agradeço o voto de confiança que me deu, pela orientação cuidadosa e responsável, pelas sugestões e comentários pertinentes, pelo esforço e paciência dedicados, além das palavras de ânimo, incentivando-me a trabalhar sem pressões e por ter acreditado sempre que eu era capaz de mais e melhor.

À Professora Dra. Alexandra Dias, o meu sincero agradecimento pela simpatia, profissionalismo, total disponibilidade e colaboração para o seguimento deste trabalho.

Ao professor Dr. Francisco Nieto da Universidade de Georgetown, pelo incentivo inicial na escolha do tema de pesquisa e por proporcionar-me a oportunidade de fazer a visita de Estudo na Universidade de Comércio Internacional e Económica de Pequim e no Instituto de Estudos Internacionais em Shanghai.

Um especial agradecimento aos investigadores Song Qing, Huang Fangfang e Lou Xiangfei, do Instituto de Estudos Internacionais em Shanghai, pela simpatia com que me receberam, por toda a ajuda e colaboração, e especialmente pela amizade.

À Isabel, pela amizade, pelo incentivo e ajuda durante o tempo que estive hospedada na casa dela, sem a ajuda dela não seria possível a entrega deste trabalho.

Sou muito grata à minha família, que na minha ausência em momentos importantes, foram pacientes e compreensivos perante esta minha conquista pessoal. À minha mãe, amor incondicional e a melhor amiga que a vida me deu, por confiar em mim, e por ter sido sempre o meu porto seguro. Ao meu irmão, pelo apoio, pela força e por acreditar sempre em mim.

Ao Nicolás, ouvinte atento das minhas dúvidas, pela partilha do conhecimento sobre o tema, pela compreensão e paciência nos meus momentos de inquietações e desânimos, por ter estado sempre ao meu lado, mesmo quando o trabalho me impediu de estar tão presente, por ter acreditado sempre em mim, mais do que eu própria. Sua ajuda foi fundamental para a realização deste trabalho.

A todos, o meu muito obrigada!

**A Complexa influência Chinesa na América Latina:
desafios e oportunidades para a região**

Ivana Rodriguez

RESUMO

A China e a América Latina e Caraíbas têm alcançado um processo de integração significativo nos últimos 15 anos. Partindo de uma perspectiva latino-americana, apresentamos os desafios e as oportunidades que se apresentam da influência chinesa para a região. Analisamos os impactos dessa influência para América Latina e Caraíbas tendo atenção ao *smart power* como elemento da política externa da China. O resultado do impacto, em termos gerais é de uma crescente suscetibilidade por parte da América Latina, traduzindo-se numa relação de interdependência assimétrica.

PALAVRAS-CHAVE: China, América-Latina, *Smart power*, pragmatismo.

ABSTRACT

China and Latin America, including the Caribbean, have been undergoing a significant process of integration in the last 15 years. Taking a Latin American perspective, we look at the opportunities and challenges that surface as a result of Chinese influence in the region. We analysed the impacts of this influence to Latin America and the Caribbean paying attention to the idea of smart power in relation to Chinese foreign policy. The impact, in general, is a growing sensitivity in Latin America to a perceived growing asymmetrical interdependent relationship.

KEYWORDS: China, Latin America, Smart power, pragmatism.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO I - Contextualização Teórica	7
OBJETO, OBJETIVOS E IMPORTÂNCIA DO TEMA	7
METODOLOGIA.....	9
ANÁLISE CONCEPTUAL	10
CAPÍTULO II - A China na América Latina: análise histórica.....	19
CAPÍTULO III - A RPC e a América Latina: 2000-2015.....	26
3.1. Reforço das relações bilaterais	26
3.2. Relações Políticas e Diplomáticas.....	29
3.2 Relações Comercias	61
3.3. Investimento Estrangeiro Direto	76
CAPÍTULO IV – Análise da Influência Chinesa na ALC.....	84
4.1. A COOPERAÇÃO	84
4.2. A INFLUÊNCIA POLÍTICA.....	85
4.3. INFLUÊNCIA COMERCIAL.....	90
4.4. INFLUÊNCIA FINANCEIRA	98
Conclusão	102
BIBLIOGRAFIA	112

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico I. A América Latina e Caraíbas: Comércio de Bens com a China, 2000-14 ..	64
Gráfico II. América Latina e Caraíbas: Saldo Comercial com a China segundo a intensidade tecnológica, 2000, 2007, 2010 e 2014	71

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela I. Principais Acordos Diplomáticos da ALC com a China	28
Tabela II. Número de visitas de alto nível entre a China e a América Latina e Caraíbas.....	36
Tabela III. Número de visitas de alto nível de China a América Latina e Caraíbas ..	39
Tabela IV. Número de intercâmbio militar entre China e ALC	56
Tabela V. Posição dos países segundo os fatores que condicionam os impactos da ascensão chinesa.....	63
Tabela VI. Principais empresas chinesas na América Latina (2006).....	78

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1. II Fórum CELAC -2014	48
Imagem 1. Ligação ferroviária Transoceânica	83

LISTA DE ACRÓNIMOS

ALADI	Associação Latino-americana de Integração
ALBA	Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América
ALC	América Latina e Caraíbas
APA	American Psychological Association
APEC	Asia-Pacific Economic Cooperation
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAF	Corporação Andina de Fomento
CAN	Comunidade Andina das Nações
CARICOM	Comunidade das Caraíbas
CBERS	China-Brazil Earth Resources Satellite
CCTV	China Central Television
CELAC	Comunidade de Estados Latino-americanos e Caraíbas
CEPAL	Comissão Económica das Nações Unidas de América Latina e Caraíbas
CETC	China Electronics Technology Corporation
CNOOC	China National Offshore Oil Corporation
CNPC	China National Petroleum Corporation
CSIS	Center for Strategic and International Studies
ELP	Exército de Liberação do Povo
EP	Exército do Povo
EUA	Estados Unidos de América
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FOCAC	Forum on China-África Cooperation
IED	Investimento Estrangeiro Direto
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
OEA	Organização de Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas

PCC	Partido Comunista Chinês
PIB	Produto Interno Bruto
RPC	República Popular da China
Sinop	China Petroleum & Chemical Corporation
TLC	Tratado de Livre-comércio
UE	União Europeia

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a América Latina e Caraíbas (ALC) sofreu grandes mudanças tendo sobrevivido à crise financeira, em grande parte, graças à presença chinesa na região, fornecendo recursos primários à grande demanda chinesa. A necessidade de este país asiático ter parceiros com os países da ALC partiu, primeiramente, de uma dimensão política, no intuito de reduzir as bases de apoio a Taiwan no cenário internacional, devido ao elevado número de países na região que reconheciam Taiwan. Posteriormente, associou-se uma dimensão económica, com a crescente necessidade de procura de novos mercados para exportar os seus produtos manufaturados, e, para adquirir matérias-primas e *commodities* necessárias para continuar o seu crescimento, em particular, fontes energéticas.

Para China, o contínuo crescimento económico é um objetivo fundamental para a sua ascensão internacional. As atuais dinâmicas da política externa do país resultam das suas prioridades internas: assegurar o acesso a recursos e a matérias-primas para garantir os atuais níveis de desenvolvimento, manter a estabilidade política e evitar o reconhecimento internacional de Taiwan como Estado soberano. Prioridades alimentadas pelo nacionalismo chinês, uma ferramenta utilizada pelo Partido Comunista Chinês (PCC) para assegurar a estabilidade política interna e a sua manutenção no poder.

Entre os fatores¹ que tem vindo a condicionar a política externa chinesa, destaca-se: 1) as necessidades internas derivadas do processo de desenvolvimento; 2) as necessidades de articular uma adequada inserção internacional da nova China emergente; 3) o discurso político de cariz nacionalista, reciclagem de ideologia que em tempos assegurava a irmandade internacionalista com países ideológicos afins; e 4) a luta contra o hegemonismo, apostando no multilateralismo. Em torno destes quatro

¹ Domínguez, J. I. (Junho de 2006). China's Relations with Latin America: *Inter-American Dialogue*.

fatores, a China direciona sua ação exterior e com eles pretende modular as consequências globais da emergência, que se pretende pacífica, do país.

Neste contexto, a expressão “sul-sul” comumente utilizada nos discursos oficiais chineses, visa salvaguardar os interesses comuns de todos os países em desenvolvimento, em parte, resultado da filosofia maoísta que dá ênfase à aproximação aos países do Terceiro Mundo. Os discursos da China obtiveram sucesso no continente latino-americano, motivados pela política de *win-win* que o governo chinês defende, onde cada uma das partes obtém resultados positivos conforme as suas necessidades, para que todas as partes sejam vencedoras.

Com efeito, a presença chinesa na América Latina cresceu gradualmente nos últimos anos, sendo visível o interesse na região com o lançamento do livro Branco para América Latina em 2008. O interesse da China na região tem-se manifestado através das diversas políticas implementadas apoiadas por crescentes acordos bilaterais.

Num sistema internacional em que a interdependência é cada vez maior entre os Estados, particularmente no aspeto económico, aparenta ser mais árduo para um país impor completamente a sua vontade aos outros. O poder exercer-se de uma forma menos coerciva e menos violenta. É o caso do complexo poder que a China tem praticado, utilizando não só o tradicional *soft power*, mas também o *smart power*, com estratégias pragmáticas, muito peculiares da política externa da China.

Devido ao recente e ainda escasso conhecimento que América Latina possui sobre o país asiático, os efeitos da crescente influência chinesa na região são paradoxos, neste sentido é fundamental identificar a influência da China na região através do uso do poder (*soft e smart power*) e simultaneamente analisar os efeitos que a dita influência tem e representa para os latino-americanos. Em primeiro lugar, em amplitude, através da análise dos efeitos comportamentais da política externa dos diversos governos da região. E segundo lugar, a nível significativo, pelo grau de satisfação dos Estados e da sociedade civil que os integra, partindo de uma perspetiva latino-americana.

CAPÍTULO I - Contextualização Teórica

OBJETO, OBJETIVOS E IMPORTÂNCIA DO TEMA

A presença da China na América Latina caracteriza-se por uma crescente influência económica, acompanhada por um aprofundamento dos vínculos diplomáticos e culturais. A RPC apelou, com êxito, a uma política com ênfase no “desenvolvimento pacífico”, em “parcerias estratégicas” e *win-win* como alternativas à hegemonia económica e política ocidental. Simultaneamente, região latino-americana tem sido receptiva a esta presença procurando igualmente diversificar mercados de exportação e, ao mesmo tempo, fugir do habitual domínio americano.

O poder tende a tornar-se a matriz das interdependências, o que se traduz em processos menos imediatos de dominação: não é suficiente conquistar, é preciso negociar, convencer e tentar controlar as regras do jogo em determinado domínio. Isso é particularmente verdadeiro nos âmbitos económico, comercial e técnico, que ocupam um lugar considerável nas relações internacionais contemporâneas.

No caso particular da América Latina, a RPC têm exercido não só seu poder económico mas também seu poder geopolítico dentro da região. Por um lado, os efeitos têm contribuído em parte, para uma relação de dependência com benefícios para algumas partes, porém, assimétrica. Por outro, no exercício do seu poder, a China tem exercido maior influência dentro desta região, ocupando em muitos casos, lugares que tradicionalmente eram ocupados pelos Estados Unidos e pela Europa.

A América Latina é um continente ainda um tanto desconhecido pela China, isso reflete-se na medida em que China não possui um extenso “cardápio de ações” na América Latina, comparado com a África, do ponto de vista das relações sul-sul. A relação assenta numa base de comércio e investimento, além da preocupação com a

política de “uma só China”, visto que doze dos vinte e três países que reconhecem diplomaticamente Taiwan estão na região².

Quando mencionado a complexidade do poder chinês na região da América Latina e Caraíba³ apela-se a uma variedade de elementos, para que se inter-relacionem em múltiplas dimensões. Assim, o poder que a China tem praticado, utilizando, não só com o tradicional *soft power* mas também incrementando o *smart power*, resultou numa maior influência, cujas consequências na região e do ponto de vista latino-americano têm sido um tanto antagónico.

Perante este contexto, que revela a importância do tema que nos propomos analisar, que escolhemos como objeto de estudo a China e a América Latina. Em termo de objetivo pretendemos analisar os efeitos da influência da RPC na região da América Latina e a forma como a China tem vindo a desenvolver a sua influência. Partindo de uma perspetiva latino-americana, irá ser verificado o impacto desta influência na região, desde o ano 2000 até 2015, com vista a perceber o impacto da influência da China na América Latina e quais os desafios e as oportunidades que se colocam a presença chinesa na região.

Partindo deste objetivo geral, a nossa investigação foi estruturada de acordo com os seguintes objetivos específicos:

- I. Explorar a evolução das relações bilaterais entre a RPC e a ALC.
- II. Analisar os elementos da influência China na região Latino-americana.
- III. Identificar os efeitos da influência chinesa na ALC a partir de uma perspetiva latino-americana.
- IV. Perspetivar os desafios e oportunidades da presença chinesa na América Latina.

Tendo em conta estes objetivos, adotamos a seguinte questão principal: *Que desafios e oportunidades se colocam com a influência chinesa na América Latina?*. Para responder a esta questão adotamos um conjunto de perguntas derivadas:

1. Como foi a relação da China com a AL ao longo da história?
2. Como é que a China está a conseguir ganhar influência na América Latina?

² Os doze países que reconhecem diplomaticamente Taiwan na ALC: Belice, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Dominicana, San Cristobal e Nieves, Santa Lúcia, San Vicente e Gandina.

³ O livro branco lançado pela China em 2008 para a região, engloba não só a América Latina mas também as Caraíbas.

3. Partindo de uma perspectiva latino-americana, quais os efeitos da influência chinesa na região da ALC?

No intuito de encontrar respostas para as perguntas formuladas, manifesta-se as hipóteses, que correspondem a respostas provisórias, equacionadas da seguinte maneira:

- a. A relação bilateral entre a China e ALC, ao longo da história têm tido um progressivo vínculo criando uma maior dependência assimétrica.
- b. A China está a utilizar o *smart power* através de uma estratégia pragmática de recursos económicos, diplomáticos, políticos, militares e tecnológicos.
- c. A crescente influência económica e geopolítica chinesa gerará maior dependência na América Latina e menor diversificação na política externa latino-americana.

Em termos estruturais, o nosso trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro, abordamos a metodologia utilizada e faremos a conceptualização teórica. No segundo, uma breve resenha histórica da relação. No terceiro, apresentamos e analisamos a presença Chinesa na ALC, entre 2000-2015, destacando os elementos exercidos pela China no eixo da sua influência. No quarto capítulo é identificado os efeitos da influência chinesa na região do pondo de vista latino-americano. Terminaremos com uma conclusão, traçando possíveis desafios e oportunidades para o continente latino-americano em resultado das relações bilaterais. Será realizado uma análise acerca dos resultados da investigação em base às hipóteses estabelecidas. Desenvolvem-se respostas à questão central e derivadas formuladas para o presente trabalho, traçando-se cenários futuros relativamente a possíveis desafios e oportunidades para América Latina.

METODOLOGIA

Neste estudo foi feito uma análise empírica de dados qualitativos e quantitativos. Recorreu-se ao método hipotético dedutivo para a análise dos dados obtidos através de observações e da pesquisa.

As fundamentações desta pesquisa académica foram pautadas por meio da revisão da recolha bibliográfica, análise de conteúdo, pesquisa e trabalho de campo. Este trabalho de campo desenrolou-se numa primeira fase, em Setembro de 2014, como investigadora visitante na Universidade de Comércio Internacional e Económica de Pequim e no Instituto de Estudos Internacionais em Shanghai onde durante minha estadia, investigadores da área de Estudos Latino-Americanos colaboraram com intercâmbio de conhecimentos e fornecimento de bibliografias, todavia, participei de uma videoconferência⁴ onde se discutiu os resultados da Segunda viagem do presidente Xi Jinping à América Latina e as novas relações com a China, como resultado adquiri maior conhecimento sobre o tema. E numa segunda fase, com pesquisas a fontes primárias e secundárias⁵ no continente latino-americano, em especial no Paraguai. Consequentemente, enfatizamos a utilidade da observação no decurso do nosso trabalho de campo, que permitiu ligar a realidade aos objetivos traçados para esta dissertação.

Consideramos como uma limitação da pesquisa as bibliografias disponíveis envolventes na pesquisa, particularmente devido à autora não dominar a língua chinesa, portanto à análise de documentos foi em inglês e espanhol. Foi adotado a norma de *American Psychological Association* (APA) para a referência bibliográfica.

ANÁLISE CONCEPTUAL

Após análise da definição de Poder, iremos apresentar, igualmente, as características e os conceitos da política externa chinesa, seguidos, particularmente, no contexto da sua política “sul-sul” nas regiões de América Latina e Caraíbas.

Para Walter S. Jones o poder é *“a capacidade de um agente das relações internacionais para usar recursos e valores materiais e imateriais de maneira a*

⁴ Investigadores e Docentes de Universidades participantes: Shanghai Institute for International, Studies, Georgetown University, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

⁵ As fontes primárias são aquelas que pertinentes ao produto de informação elaborado pelo autor, por exemplo, artigos, livros, relatórios científicos, patentes, dissertações, teses. Diferencia-se de fontes secundárias que revelam a participação de um segundo autor, produtor como no caso das bibliografias, os dicionários e as enciclopédias, as publicações ou periódicos de indexação e resumos, os artigos de revisão, catálogos, entre outros. Consultado de wikiclot. Disponível em: <http://bib-ci.wikidot.com/fontes-primarias>

*influenciar a produção de eventos internacionais em seu proveito*⁶. Assim, o poder está associado à aptidão de determinados recursos que compreendem, entre outros, a população, o território, os recursos naturais, a dimensão económica, as forças militares e a estabilidade política. Alguns países são melhores que outros a converter os seus recursos em influência efetiva⁷.

Além do atributo, o poder é uma *relação* - é a capacidade que as pessoas, grupos ou Estado têm de exercer influência sobre os outros, de conseguir o que querem no mundo⁸. A partir desta definição pode-se considerar que o poder não é mensurável em termos quantitativos. O poder é sempre uma relação entre a capacidade de realizar objetivos em função dos recursos.

Segundo Joseph. S. Nye "*O poder, como o amor, é mais facilmente sentido do que definido ou medido*"⁹. Portanto, investigar os padrões de poder como uma variável crucial na política externa da China torna-se imprescindível, como percurso para descobrir de que forma se torna ambígua ou análoga dentro da região latino-americana. Neste sentido, no intuito analisar o uso de Poder da China, observa-se a prática da *smart power* ou poder inteligente, através dos vários aspetos identificados da política externa.

Sucintamente, o *smart power* é conceito criado por Joseph Nye¹⁰, que requer a adoção de medidas estratégicas inteligentes combinando de forma harmoniosa, e muita vezes subtil, alguns elementos do *Hard power* (poder duro) com formas de atuação características do *soft power* (poder brando), permitindo obter resultados mais eficazes e bem-sucedidos.

É importante, em primeiro lugar, estabelecer o conceito de o *soft power*, identificando-o como o núcleo da corrente de poderes que a China utiliza na sua política externa, o mais estudado, analisado, e defendido por muitos, que historicamente tem sido uma diplomacia constante dos chineses. Segundo Nye Jr., um

⁶ Moreira, Adriano. (2010). *Teoria das Relações Internacionais*, Coimbra: Almedina. p. 247

⁷ Joseph S. Nye, J. (2002). *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História* (3 ed.). (A. W. Longman, Ed., & T. Araújo, Trad.) Lisboa: Gradiva.

⁸ Brown, C., & Ainley, K. (2009). *Compreender as Relações Internacionais* (4 ed.). (G. Valente, Ed., & A. Sampaio, Trad.) Lisboa: Gradiva.

⁹ Joseph S. Nye, J. (2002). *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História* (3 ed.). (A. W. Longman, Ed., & T. Araújo, Trad.) Lisboa: Gradiva. p. 70.

¹⁰ Joseph S. Nye, Jr. (2006) *Smart Power: In Search of the Balance between Hard and Soft Power* "Democracy: A Journal of Ideas, No. 2 (Fall, 2006). Disponível em: <http://www.democracyjournal.org/2/6491.php?page=all>.

país pode atingir os seus resultados desejados na política mundial porque outros países desejam igualá-los ou acordaram num sistema que produz tais efeitos. A capacidade de determinar preferências tende a estar associada a recursos de poder como cultura, ideologia e instituições onde se insere o *soft power*.

Com efeito, o *soft power* baseia-se na habilidade para determinar as preferências e as prioridades na agenda política internacional de um Estado, por exemplo para “alcançar que ambicionem o que um ambiciona”¹¹. Por sua vez, define que as fontes de este “poder de atração” podem ser: i) cultura, ou partes da mesma que resultem atrativas para os outros; ii) política exterior, quando considerada como legítima; iii) valores, quando respeitados tanto interna como externamente; iv) a sua política exterior estar vinculada à diplomacia pública.

Dentro de esta perspetiva do *soft power* chinês destaca-se os conceitos de “ascensão pacífica” e do “mundo harmonioso”. A teoria do desenvolvimento pacífico da China foi desenvolvida por estudiosos chineses e especialistas de relações internacionais, apoiados pelo governo do Partido Comunista Chinês. O principal objetivo era responder às teorias sobre “ameaça chinesa” espalhados principalmente por alguns círculos académicos do mundo ocidental. Neste sentido, a China apresenta-se como uma Potência Emergente, porém, responsável um “Poder pacífico, não ameaçante, mas sem renunciar aos direitos e responsabilidades que o aguardam pela sua nova posição no mundo”¹². Em 2005, na publicação do livro branco da “*China’s Path to Peaceful Development*”, foi substituído a palavra “Ascensão” por “Desenvolvimento Pacífico” para romper ainda mais com os enigmas ocidentais sobre uma ameaça Chinesa que poderia advir do crescimento da China no cenário internacional¹³. No âmbito económico são de salientar os conceitos “sul-sul e *win-win*” adotados pela China no emprego da sua política externa, principalmente com os países em vias de desenvolvimento.

Tradicionalmente, os princípios básicos da política exterior Chinesa têm sido centrados na defesa da soberania, independência, a paz, o não alinhamento, a coexistência pacífica, a cooperação com os países e regiões do Terceiro Mundo e o

¹¹ Nye Jr., Joseph (2008), *The powers to Lead*, USA: Oxford University Pres.

¹² Rocha, Manuel (2006), “*China en transformación: la doctrina del desarrollo pacífico*”, en *Foro Internacional*, vol. 46, núm. 4, México: El Colegio de México.

¹³ *Ibid*: 486p.

fomento das relações económicas e comerciais para promover o desenvolvimento do país.

Nenhum país está tão ligado ao seu passado mais antigo e respetivos princípios clássicos como a China. Na essência do Multilateralismo como forma de uma organização internacional, defendida pela China, baixo o lema de “sul-sul”, torna-se eloquente ter em conta as políticas históricas e pragmáticas do comportamento externo que cada vez mais dominam a China, com atenção ao nacionalismo que o impara. As lições da história refletem-se em três conjuntos de atitudes. Primeiro, orgulho nacional ao lado de um forte medo do caos. Segundo, incutida uma imagem de uma política de paz-amor, defensivo ao lado de um governo central forte virtuoso. E terceiro, uma visão única, hierárquica ainda mutuamente benéfica das relações intraestatais.

Do ponto de vista da política externa, o nacionalismo pragmático define a paz e o desenvolvimento como principais objetivos internacionais da China, porque a prosperidade económica é vista como o caminho do partido comunista para permanecer no poder e também a base para o aumento aspirações nacionalistas da China. Logo, para reforçar o nacionalismo e transformar humilhação passada e atual fraqueza numa força motriz para a modernização da China, o nacionalismo tornou-se um instrumento eficaz para aumentar a legitimidade do Estado comunista.

As características sobressalientes na política chinesa do Terceiro Mundo, na década presente, têm sido seu maior grado de sensibilidade de pragmatismo e flexibilidade nas suas relações externas. Seguindo as prioridades estratégicas da China, expressas no seu 12º Plano Quinquenal, (2011-2015)¹⁴ o governo chinês vê o cenário internacional como um ambiente de interdependência, de aprofundamento da globalização e de condições favoráveis ao desenvolvimento do país. Essas condições seriam: (i) a mudança nas relações entre as grandes potências no período pós-Guerra Fria; (ii) a possibilidade da China, através do seu desenvolvimento pacífico, oferecer oportunidades de crescimento para outras nações; (iii) a cooperação com os países em desenvolvimento e a garantia de uma relação especial e estratégica; (iv) as oportunidades de relação com os países vizinhos, e a busca pela solução dos conflitos

¹⁴ OCDE/CEPAL/CAF. (2015), *Perspectivas económicas de América Latina 2016: Hacia una nueva asociación con China*, OECD Publishing, Paris

diversos; (v) e a preferência pela multilateralidade como importante forma de relação diplomática, ou alternativamente, o repúdio às posturas unilaterais das potências hegemônicas¹⁵.

De acordo com Calderón¹⁶ o impacto que estes princípios “com características chinesas” têm fora da China é conhecido por Consenso de Pequim, pois Pequim apresenta uma fórmula para atingir o desenvolvimento radicalmente diferente da proposta pelo Consenso de Washington¹⁷.

Joshua Cooper acunhou o termo “*Beijing Consensus*”¹⁸ pela primeira vez em 2004, com o artigo publicado Foreign Policy Centre, onde distinguia os vários aspectos fundamentais dentro do modelo de desenvolvimento económico da China. Destacando alguns elementos¹⁹: a heterodoxia nos planeamentos económicos baseando-se no compromisso constante com a inovação e experimentação; fixação do crescimento do PIB *per capita* como ultima meta do modelo de desenvolvimento, tratando de promover um modelo de desenvolvimento igualitário; independência na hora de fixar as próprias políticas económicas e soberania financeira, evitando a ingerência do mundo em desenvolvimento dentro da sua esfera de determinação política.

No cenário internacional a China representa um papel muito importante, é um estado emergente e um autor de crescente influência no mundo, por tanto é natural

¹⁵ Estes princípios têm mais de cinquenta anos e foram sugeridos originalmente por Chu Em-lai, estrategista da diplomacia chinesa, pouco depois da formação da República Popular da China. São eles: (1) respeito mútuo à soberania e integridade nacional; (2) não-agressão; (3) não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro; (4) igualdade e benefícios recíprocos; e (5) coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes. Ver “*A Economia Política do “Milagre Chinês”*”. <http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807091508220-.pdf> . 9p.

¹⁶ Calderón, José M. (2005). mimeo. “*La construcción de una teoría social latinoamericana*”, ponencia presentada durante el “*Primer Coloquio Internacional: América Latina: historia, realidades, desafíos*”, celebrado de 14 a 17 de fevereiro de 2005, UNAM.

¹⁷ “Washington Consensus” um dos principais pensamentos económicos liberais de finais do século XX . Este termo foi acunhado por John Williams em 1989 na sua concepção original colhia um listado de dez medidas de política económica que a OCDE, e os organismos multilaterais com sede em Washington, recomendavam as economias Latino-americanas como resposta ao tratamento que tinha sofrido a região desde a década dos 50.

¹⁸ Sanz, J. (Janeiro/Março de 2013) *La influencia de China en Latinoamérica*. *Faes*, 145-166.

¹⁹ *Ibid*.

que a China se dedique a refletir estratégias de diplomacia pública destinadas a dar uma imagem positiva do país no exterior²⁰ tal como as maiores potências o fazem.

Para Zhou Qingan e Mo Jinwei, a diplomacia pública está no centro das relações internacionais da China para o século XXI²¹. Estes autores apontam três princípios²² por detrás desta diplomacia pública chinesa. Primeiro, fortalecer relações com países como os Estados Unidos, Rússia e outros países ocidentais para construir uma imagem positiva no sistema político internacional. Segundo, estabilizar as relações com os países vizinhos. E terceiro, reforçar a imagem positiva nos países em desenvolvimento na Ásia, África e América Latina.

A implementação desta diplomacia passa por duas grandes estratégias: a primeira a expansão do Instituto Confúcio, similar ao *British Council* ou à *Alliance Française*, como forma de promover a cultura e língua chinesas e a segunda a criação de media globais chineses.

O sucesso limitado das instituições de Bretton Woods na África e na América Latina e a postura de Washington de querer ensinar aos outros como é que devem governar²³ contribuíram para a boa aceitação da abordagem do desenvolvimento chinês, que defende a total independência, soberania e igualdade do mundo em desenvolvimento. Do ponto de vista chinês, as relações com América Latina são mutuamente benéficas (*win-win*), pois se a China procura diversificar a origem das suas importações energéticas, os países fornecedores também procuram diversificar os destinos das suas exportações.

Sustentado nestas ideias, o *soft power* da China, tanto na África como na América Latina, materializa-se em cinco dimensões²⁴: 1) Dimensão Cultural, onde o aspeto mais estratégico é a instauração do instituto Confúcio; 2) Dimensão Política, do

²⁰ Mah, Luís. “A emergência do desenvolvimento chinês”. (Junho de 2013). Consultado em Março de 2016, de Scielo Portugal. Lisboa. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992013000200005.

²¹ Cf. Qingan, Zhou, e Jinwei, Mo – «How 21st-Century China sees public diplomacy as a path to soft power». In Global Asia. Vol. 7, N.º 3, 2012. Disponível em: http://www.globalasia.org/V7N3_Fall_2012/Zhou_Qingan_and_Mo_Jinwei_.html.

²² Mah, Luís. “A emergência do desenvolvimento chinês”. (Junho de 2013). Consultado em Março de 2016, de Scielo Portugal. Lisboa. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992013000200005.

²³ Ramo, Joshua C. “The Beijing consensus” (5 de Novembro de 2004). Consultado em Julho de 2015 de Londres: The Foreign Policy Centre, 2004, Disponível em: <http://fpc.org.uk/fsblob/244.pdf>.

²⁴ Rodríguez Aranda, I., & Leiva Van de Maele, D. (2013). El soft power en la política exterior de China: consecuencias para América Latina. (Polis, Ed.) *Revista Latinoamericana*, 12 (35), 497-517.

ponto de vista da evolução do modelo de desenvolvimento Chinês; 3) Dimensão Económica, sustentado pela política de cooperação sul-sul; 5) Dimensão Militar, com ênfase na cooperação de tecnologia e cooperação para a paz.

O *hard power* consiste na capacidade, evidenciada por um país, de atingir objetivos delineados através do uso da força física ou da influência económica. Segundo Nye²⁵, se o *hard power* está a aumentar, é provável que possa assustar seus vizinhos, mas se o *soft power* está a aumentar ao mesmo tempo, é menos provável de fazerem coligação contra eles. Afirma que a China, uma potência em ascensão com recursos económicos e militares, deliberadamente decidiu investir em recursos de *soft power* de modo a tornar a sua aparência de *hard power* menos ameaçadora para seus vizinhos e, assim, desenvolver uma estratégia inteligente, no qual o objetivo fundamental é combinar o *hard power* ao *soft power*.

O relatório do Conselho de Inteligência Nacional dos Estados Unidos previu, que nos próximos 20 anos, se irá esperar que muitas das potências médias subirão acima da linha (influência) irá aumentar os seus poderes "*hard e soft*"²⁶. *Smart Power*, de acordo com o relatório CSIS²⁷ "não é nem *hard* nem *soft*, é a ágil combinação de ambos. *Smart Power* significa desenvolver uma estratégia integrada, baseada em recursos, com um pacote de ferramentas para atingir os objetivos, utilizando o *hard* e *soft*.

De facto, algumas das estratégias da política externa podem ser entendidas como combinações eficazes dos dois polos contíguos de poder. Esta ideia define o conceito como uma abordagem que enfatiza a necessidade de um forte poder militar, mas que também investe fortemente em alianças, parcerias e instituições"²⁸. De acordo com Wilson²⁹ o poder inteligente é "*a capacidade para combinar elementos de poder duro e macio de formas a que se reforcem mutuamente*".

Ao contrário de poder brando, o poder inteligente é um poder que pode ser avaliado e descrito. *Soft power* pode ser benévolo ou nocivo do ponto de vista

²⁵ Joseph S. Nye, J. (2011). *The future of Power* (1ª ed.). New York: Perseus Books Group.

²⁶ National Intelligence Council. (2012). *National Intelligence Council, Global Trends 2030: Alternative Worlds*. Washington, DC.

²⁷ "Center for Strategic and International Studies". Consultado em Outubro de 2014. Disponível em: <http://csis.org/>

²⁸ Nossel, S. (2004). "Smart Power", Foreign Affairs.

²⁹ Wilson, E. (2008), Hard Power, Soft Power, Smart Power, *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 616; NOSSEL, S., 2004, Smart Power, Foreign Affairs, 83 (2).

normativo, dependendo de como ele é usado. *Smart power* tem a avaliação construída na definição. Portanto, o *smart power*, não restringe um ato de *soft power*, mas sim reconhece que a partir de peças do *hard power* podem surgir itens do *soft power* e vice-versa³⁰.

O *smart power* é exercido pela China na América Latina com um carácter defensivo na política externa Chinesa com o objeto de manter uma estabilidade no sistema internacional. Para esta afirmação, utiliza-se a teoria de Balança de Poder nas Relações Internacionais reconhecido como uma situação *status quo*³¹.

Para alicerçar a posição da China como *status quo*, no trilho de uma balança de Poder no sistema, refere-se como exemplo de suporte as palavras de Hu Jintao no discurso da Assembleia-Geral das Nações Unidas intitulado “construir o Caminho do Mundo harmonioso da Paz Duradoura e Perspetiva Comum”, insistindo que a China perseguiria os seus objetivos pacificamente e dentro do quadro do sistema da ONU: “A China reger-se-á, como sempre, pelos propósitos e princípios da Carta da ONU, participará ativamente nos assuntos internacionais e cumprirá as suas obrigações internacionais, e trabalhará como outros países na construção a caminho de uma nova ordem política e económica internacional que seja justa e racional. A nação chinesa ama a paz. O desenvolvimento da China, em vez de prejudicar ou ameaçar alguém, só pode servir a paz, a estabilidade e a prosperidade comum no mundo”³².

Observa-se que a RPC como *status quo* não defende o multilateralismo no quadro da balança de poder do sistema internacional, expressando a sua preferência por um padrão de interação coletiva nas suas diversas dimensões, seja como método de negociação, de ação ou de regulação, sendo a composição mais comum o multilateralismo institucionalizado.

Uma vez que a interdependência não é só uma política mas também uma condição, as partes dependentes adaptam o seu comportamento com as preferências das daquelas de quem dependem. A interdependência no sistema globalizado leva à

³⁰ Lamus, F. V. (2012). *Smart power and foreign policy of the Republic of China on Latin America and the Caribbean*. Revista Enfoques, 10 (17), 37.

³¹ Teoria da Balança do poder de Waltz: Um estado emergente (em transição de poder) no sistema internacional, encontra-se na luta constante pela conservação (*status quo*) onde se inserem os estados que defendem a multipolaridade, ou os estados que querem o aumento (imperialismo) do poder.

³² Hu Jintao. (15/09/2005). *Build Towards a Harmonious World of Lasting Peace and Common Prosperity*. Discurso na Cimeira das Nações Unidas. Kissinger, H. (2012). *Da China* (2ª ed.). (F. e. Silva, Trad.) Lisboa: Quetzal Editores. 534p.

defesa do multilateralismo na base do *status quo* contemplado num sistema de equilíbrio internacional. Portanto, a emergência da China no sistema internacional coloca-a numa situação de maior necessidade, seja esta energética (maior demanda interna), seja maior fluxo de comércio para sustentar o seu crescimento, obrigando-a a procurar novas relações com outras regiões, empregando o *smart power* com o objetivo de criar uma influência regional e equilibrando a balança de poder no eixo do cenário internacional

Neste sentido, o *smart power* aplica-se como um *status quo*. Esta afirmação sustenta-se na defesa do multilateralismo da China na sua política Externa como via de apaziguar receios de outras potências. Ao envolver-se de forma proactiva nas instâncias multilaterais, a China sinaliza que está a assumir-se como um ator responsável que se rege por regras internacionais e comprometida com as organizações multilaterais.

CAPÍTULO II - A China na América Latina: análise histórica

Os primeiros registos históricos comprovados situam o início das relações entre a China e América Latina no século XVI, com o comércio entre o Império do Meio e o México e entre o Macau e o Brasil, posteriormente reforçado com presença dos chineses que chegaram à região exilados pelo império. Em meados do século XIX, no auge das plantações agrícolas, a escassez de uma mão-de-obra disciplinada fez com que se desenvolvesse um tráfico de trabalhadores chineses com um contrato obrigados a irem para a Cuba, Caraíbas e Peru, tendo alguns fugido para o Chile quando conseguiam se libertar dos seus contratos.

Desde a proclamação da República Popular da China em 1949 até a década de 1990 vários condicionantes estruturais limitaram as relações entre América Latina e a China, particularmente a distância geográfica, as diferenças culturais e as barreiras idiomáticas e ideológicas resultantes dos diferentes blocos ideológicos existentes na guerra fria.

Nos anos cinquenta do século XX registou-se um forte intercâmbio entre as duas partes, realçando-se que entre 1950 e 1959 umas mil duzentas personalidades de 19 países de América Latina visitaram a China³³. Nessa década, China enviou para a região grupos artísticos e comerciais, delegações sindicais, cujas visitas vieram a contribuir para fortalecer uma certa compreensão mútua e intercâmbio comercial que alcançou os 30 milhões de dólares.

Entre 1949 até 1971, o governo de Taiwan fruiu do reconhecimento internacional como legítimo representante do povo chinês. Desta forma, a tensão diplomática do governo de Beijing com Taiwan, onde América Central e Caraíbas foram principais cenários, provocou um componente fundamental do acionar diplomático chinês na região. Neste contexto, durante todo este período Mao Zedong impulsionou as “visitas populares” à ALC para favorecer os laços de amizade, desenvolver intercâmbios culturais e económicos abrindo caminho para o estabelecimento de

³³ Bingwen, Z., Hungbo, S., & Yunxia, Y. (2012). *China en América Latina: Reflexiones sobre las relaciones transpacíficas* (Primeira ed.). (B. Creutzfeldt, Ed.) Bogotá: Printed in Colombia. 63p.

relações diplomáticas. Um total de 16 delegações chinesas visitaram ALC, e várias personalidades da América Latina também visitaram a China dentro de um âmbito cultural³⁴.

Entre os anos 50 e 60 do século XX, a RPC colheu escassos êxitos políticos na América Latina e a região mostrou-se mais fechada para Pequim que outros países em vias de desenvolvimento. Muitos países da região latino-americana limitados pela estrutura bipolar da Guerra Fria, seguiam politicamente os EUA e mantiveram seus laços políticos com a República da China ou Taiwan.

As relações culturais, respaldadas por afinidades ideológicas careciam de ligações económico-comerciais. O intercâmbio comercial, de maneira secundária passou a repercutir com assinatura de um acordo comercial entre China e o Chile em 1952, e com estabelecimento de uma Comissão para a Promoção das relações económicas com México em 1953. Em 1959, com o governo de Fidel Castro³⁵, Cuba rompe relações com Taiwan, dando início ao estabelecimento de relações diplomáticas entre Cuba e a RPC em 1960, no âmbito de este acontecimento, pode mencionar-se a visita à China do guerrilheiro Ernesto Guevara³⁶.

Em Setembro de 1960, estabeleceu-se uma primeira fase da relação diplomáticas com Cuba, na qual Pequim tentou ganhar influência entre amplos sectores da sociedade latino-americana, mediante a diplomacia popular de baixo perfil enfatizando suas semelhanças com América Latina como um país em desenvolvimento. A segunda fase desta relação foi marcada pela disputa chinesa-soviética, o desencontro com Cuba e a Revolução Cultural. A ação de Pequim na região tornou-se mais doutrinária, enfatizando a necessidade de organizar guerrilhas campesinas para alcançar o poder pelas armas, atitude essa que foi objeto de críticas constantes tanto da União Soviética como dos Estados Unidos. O que provocou igualmente o distanciamento do regime de Castro com a China, e o fim de uma intensa colaboração visível entre os anos 1960 e 1964.

Os anos 70 do século XX foi um período de desenvolvimento acelerado das relações sino-latino-americanas. Nesse período, a China estabeleceu relações

³⁴ *Ibid.* 64p.

³⁵ RED ALC- China (2013). *América Latina y El Caribe - China Relaciones Políticas e Internacionales*. México.388p

³⁶ *ibid.* 391p

diplomáticas com 11 países da América Latina e do Caribe: com o Chile, o Peru, México, a Argentina, Guiana, Jamaica, Trinidad e Tobago, Venezuela, o Brasil, Suriname e Barbados³⁷.

1971 foi o ano de viragem para a diplomacia chinesa. Com a aproximação sino-norte-americana impulsionado pela política kissingeriana, abriu-se o caminho para o reconhecimento internacional da República Popular China como a legítima representante do povo chinês. Esta aproximação favoreceu a entrada da China nas Nações Unidas e impulsionado o reconhecimento diplomático da China por parte de muitos países da ALC. Houve vários fatores que favoreceram este processo: a ênfase no apoio da China a governos latino-americanos de esquerda³⁸ e o restabelecimento da posição legítima da China na ONU³⁹. A política chinesa caracterizou-se por um extremo pragmatismo que favoreceu um rápido desenvolvimento das relações com os países da região.

As relações também foram favorecidas pelas importantes comunidades chinesas estabelecidas na região, cujo poder residia numa rede de contatos que possuíam, no grau de controlo que exerciam sobre a economia, no conhecimento sobre oportunidades de negócios, vias de acesso e penetração comercial, a capacidade de prover *know-how* sobre a lógica de economias comercialmente difíceis de penetrar, a estrutura familiar das empresas, a forma de fazer negócios e os laços coletivos e afetivos.

Do ponto de vista ideológico, Mao Zedong, em 1974, anunciou a Teoria dos Três Mundos⁴⁰, que constituiu uma forte base para igualar a posição da China como um país em desenvolvimento tal como os países da região de América Latina, dita afirmação impulsionou o sustento ideológico onde os dirigentes chineses fundamentaram suas relações de amizade com América Latina durante este tempo.

³⁷ FLACSO. (2014). *Latin America, the Caribbean and China: sub-regional strategic scenarios* (1st ed.). (A. Bonilla Soria, P. Milet García, Edits., & S. Roraff, Trad.) San José, C.R.: Ingenium Studio.288p.

³⁸ RED ALC- China (2013). *América Latina y El Caribe - China Relaciones Políticas e Internacionales*. México.276p

³⁹ Romer, C., & Navarro García, A. (Julho-Agosto de 2010). China y América Latina: recursos, mercados y poder global. *Nueva Sociedad* nº.228.

⁴⁰ De acordo com a Teoria dos três Mundos, os Estados Unidos e a União Soviética eram o primeiro Mundo, forças imediatas como Japão, Europa e Canada constituíam o Segundo Mundo, o resto da Ásia, África e América Latina integravam o terceiro mundo, sustentando que China fazia parte de um país em desenvolvimento.

Com a morte dos líderes revolucionários Mao Zedong e Zhou Enlai em 1976 produziram-se mudanças na política externa chinesa. Em 1978 o sucessor de Mao, Deng Xiaoping, iniciou um processo de reforma económica cuja finalidade era alcançar o desenvolvimento e modernização da China mediante a abertura ao exterior. Como suporte da sua estratégia exterior, a China reforça a sua influência política e intensifica as relações económicas com ALC, motivo pelo qual os temas da agenda se tornam mais abrangentes.

Em 1978, quando a China decidiu abrir-se ao mundo exterior e levar a cabo a reforma económica, tinha adotado um enfoque de cooperação na sua política externa para com os países em desenvolvimento. Neste marco de flexibilidade estabeleceram-se três linhas de trabalho. No âmbito económico verificou-se um desenvolvimento constante, embora com oscilações, no volume do intercâmbio. Houve também apoio a movimentos e causas independentistas e anti-imperialistas. Por último, promoveu-se a formalização das relações diplomáticas e o desenvolvimento de apoios às políticas nacionalistas chinesas dentro de um padrão de não alinhamento.

No início dos anos oitenta, a política externa chinesa outorga maior importância a parlamentos e congressos latino-americanos, e em manter relações com os diferentes partidos políticos da América Latina, como estratégia para lograr manter relações diplomáticas com os mesmos. Assim, nesta época, as relações são promovidas através de diferentes vias: intercâmbio de delegações, organização de seminários, conferências sobre assuntos de interesse comum, participação em congressos, cerimónias de cada partido, etc. Incluso a invitation a líderes políticos a visitar China. Estas relações aprofundaram uma relação de compreensão recíproca, contribuindo para o estabelecimento de vínculos diplomáticos entre China e alguns países da região durante a mesma época.

Após os reajustes da política exterior e da reforma económica chinesa, em meados dos anos oitenta formularam-se os princípios sobre os quais se basearam relações entre a China e ALC. Estes consistiam em estreitar e fortalecer as relações políticas, procurar a igualdade e benefício recíproco, intercâmbio de produtos de mútuas necessidades e desenvolvimento conjunto, explorando e abrindo novos canais. Novas áreas de cooperação económica e comercial aumentaram os intercâmbios e cooperação nas áreas culturais, na educação e informação, coordenação e apoio

recíproco, defendendo os interesses de países em desenvolvimento. Neste sentido a China priorizou o desenvolvimento das relações com os principais países latino-americanos, politicamente moderados e com influência económica mais desenvolvida como Brasil, o México, a Venezuela, a Argentina e o Chile.

Durante esta etapa aumentou o número de países que estabeleceram relações diplomáticas com China, tendo a Colômbia, o Equador estabelecido em 1980, a Bolívia em 1986 e o Uruguai 1988⁴¹. Paralelamente, incrementou-se o número de visitas mútuas de altos dirigentes e estabeleceram-se laços entre o PCC e os principais partidos políticos latino-americanos.

Nos anos oitenta e noventa do século XX, o governo chinês criou “uma nova era das relações” com as seguintes bases: *i)* desenvolver relações de amizade e cooperação apesar das diferenças ideológicas; *ii)* priorizar os vínculos com os países maiores considerados mais moderados e desenvolvidos, em detrimento com aqueles mais nacionalistas; e *iii)* intensificar as relações económicas comerciais sem deixar de apoiar as lutas pela soberania, fortalecendo os laços políticos entre o Partido Comunista Chinês e forças políticas de esquerda⁴².

Com o final da Guerra Fria deu-se uma reorientação estratégica associada à procura de colaborações bilaterais para melhorar a cooperação e coordenação de assuntos internacionais e de integração económica, respeitando os princípios de coexistência pacífica. Em 1989, o papel do Exército de Libertação Popular durante os sucessos da praça de Tien An Men, conduziu a congelamento das relações da maioria dos países ocidentais com a China. Neste contexto, a América Latina exerceu um papel relevante nas restrições internacionais impostas à diplomacia China.

Na década de noventa os intercâmbios políticos entre China e América Latina fortaleceram-se através das visitas mútuas dos respetivos líderes. Assim, a primeira viagem do então presidente Yang Shangkun⁴³ foi ao México, Brasil, Uruguai, Argentina e Chile, sendo a primeira visita de um presidente chinês na América Latina, motivada pelo interesse chinês em contrastar o isolamento internacional estabelecido.

⁴¹ RED ALC- China (2013). *América Latina y El Caribe - China Relaciones Políticas e Internacionales*. México. 78p

⁴² Estratégicos, A. N. (2013). *Desafíos Nacionales en un contexto Internacional Complejo* (Vol. 27). (I. Rojas, Ed.) Chile: ANEPE.24-25p.

⁴³ Oliva, C. V. (s.d.). *Las posibilidades de un desarrollo armónico*. Consultado em Maio de 2015, de <http://www10.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2014/14844.pdf>.

Em novembro de 1993⁴⁴, China e Brasil estabeleceram uma parceria estratégica em termos de estabilidade e benefícios próprio a longo prazo, marcando uma nova etapa das relações sino-latino-americanas. Posteriormente, a China obteve reconhecimento diplomático de Santa Lucía e Bahamas no ano 1997⁴⁵, tendo os líderes chineses manifestaram seu interesse em ampliar a cooperação económica e comercial com a ALC. Neste sentido, o Primeiro-ministro da época Li Peng afirmou⁴⁶ que para o sucesso das cooperações era importante destacar os seguintes aspetos: i) enaltecer laços comerciais complementares; ii) fomentar a cooperação interempresarial; iii) fomentar à modalidade *joint-venture* de forma a um maior aproveitamento dos recursos naturais, intercâmbio científico e comercial.

Nos anos noventa do século XX assistiu-se a intercâmbios comerciais variáveis, com a ALC exportar para a China bens com escasso valor agregado e a China a importar produtos manufaturados, tendo esta estrutura comercial refletido uma complementaridade sustentada em vantagens comparativas. Paralelamente, a China começou a promover relações com as organizações regionais latino-americanas tais como o Grupo de Rio e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), estabelecendo mecanismos de diálogos e consultas. Em Janeiro de 1998 ingressou oficialmente no Banco de Desenvolvimento das Caraíbas⁴⁷.

Em termos de cooperação na ciência e tecnologia entre China e a América Latina, com grande impulso na altura, destaca-se o projeto Satélite de Recursos Terrestres⁴⁸ elaborado e lançado entre China e Brasil, designado *China-Brazil Earth-Resources Satellite* (CBERS) criado em 1998. Os satélites CBERS se destinam a monitorização do clima, projetos de sistematização e uso da terra, gerenciamento de recursos híbridos e arrecadação fiscal, imagens para licenciamento e monitoramento ambiental, entre outras aplicações. O resultado é uma maior independência de imagens que antes eram fornecidas por outras nações.

⁴⁴ RED ALC- China (2013). *América Latina y El Caribe - China Relaciones Políticas e Internacionales*. México.139p

⁴⁵ *Ibid.* 52p

⁴⁶ *Ibid.* 52p.

⁴⁷ Herrera, M. (Outubro de 2011). China y América Latina: una relación positiva con varias interrogantes. *Programa de Cooperación en Seguridad Regional*. 6p.

⁴⁸ Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres. Site oficial, Disponível em: www.cbbers.inpe.br

O comércio da China com a ALC concentrou-se em parceiros seletivos, particularmente com o Brasil, a Argentina, o Chile, o México e o Panamá⁴⁹. Na mesma época, a RPC tomou consciência da necessidade de investir na região para facilitar o acesso a recursos naturais, de forma a poder explorar e produzir conjuntamente com os países da região⁵⁰.

⁴⁹ Panamá não tem relações diplomáticas com China, reconhece a Taiwan.

⁵⁰ Registou-se inversões da China em exploração de cobre em Chile, minerais e ferro no Brasil e petróleo em Venezuela.

CAPÍTULO III - A RPC e a América Latina: 2000-2015

3.1. Reforço das relações bilaterais

No século XXI, a RPC começou a desenvolver alianças estratégicas com países da região Sul-americana, incluindo com o México, a Argentina, o Chile e a Venezuela. Estas relações estratégicas eram orientadas de forma a estabelecer relações mais estreitas, reforçando as relações económicas com as potências regionais de América Latina. No sector económico, a China e os países da América Latina fomentaram o aumento das suas exportações e importações mútuas com cenários mistos de *superavit* comercial e deficit entre eles. Com efeito, a política da RPC para ALC encontra-se focada no comércio. Comparando com década de 90, o comércio chinês com América Latina cresceu mais rapidamente na última década.

Desde 2000 os contactos e as visitas governamentais mútuas de alto nível aumentaram, permitindo o aprofundamento dos vínculos políticos entre a RPC e os países da América Latina. Em 2002 estabeleceu-se um mecanismo de consulta e cooperação com a Comunidade Andina das Nações⁵¹. Em 2004, a China foi admitida como membro observador da Organização de Estados Americanos (OEA) e do Parlamento Latino-americano. E em novembro do ano seguinte, após de 37 anos de relações diplomáticas, o Chile e a China assinaram um Tratado de Livre Comércio (TLC), que conjuga esforços de integração regional prévios como a APEC. Em Maio de 2007, China estabeleceu relações diplomáticas com Costa Rica e no ano 2010 assinaram um Tratado de Livre Comércio, o que permitiu aumentar ainda mais a influência de China na América Central (cf. Tabela I).

Em 2008, o governo chinês publicou o Livro Branco sobre a Política da China para América Latina e Caraíbas, salientando as relações com a região e uma

⁵¹ Romer, C., & Navarro García, A. (Julho-Agosto de 2010). China y América Latina: recursos, mercados y poder global. *Nueva Sociedad* nº.228. 86p.

importância estratégica. Neste documento o governo chinês referiu que iria esforçar-se para desenvolver as relações com os países latino-americanos com base na igualdade, benefício recíproco e desenvolvimento partilhado⁵².

No mesmo ano, China intensifica sua presença em organismos regionais da América Latina, participando como acionista do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), membro observador no CEPAL, na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), na Organização dos Estados Americanos (OEA), além de participar na Comissão de Diálogo Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)-China, iniciado em 1997.

Em 2009 foi assinado um TLC, em Beijing, entre a Ministra de Comércio Exterior do Perú Mercedes Aráoz e o Vice-ministro de Comércio da China, Yi Xiazhum. Um acordo que entrou em vigência em Março de 2010 (Cf. Tabela 1)⁵³.

Em 2014, durante a visita do presidente chinês Xi Jinping⁵⁴ realizada na capital brasileira, os líderes de 11 países da América Latina e Caraíbas⁵⁵ publicaram o “Comunicado de imprensa”, tendo como resultado o compromisso das partes em amplificar a cooperação económica e comercial e estimular e apoiar empresas respetivas para aumentar contactos no marco do Fórum de Cooperação Económica e Comercial China-Caraíbas⁵⁶.

Os Tratados de Livre Comércio e número de acordos sobre investimentos em vigor com a China explicam que como a via diplomática ocupa o primeiro lugar em matéria de cooperação. Traduzindo-se em assinaturas de acordos de natureza com implicações muito diversas e cobrindo vários temas. Alguns desses acordos jogam um papel especial em determinados países, atendendo ao difícil clima económico que impera neles ultimamente. No que refere aos acordos com o Brasil, a Argentina e a

⁵² RED ALC- China (2013). *América Latina y El Caribe - China Relaciones Políticas e Internacionales*. México.139p

⁵³ “Tratado de Libre Comercio entre Perú y China” (s.d). Consultado em Maio de 2015, de Ministerio de Comercio Exterior de Peru. Disponível em: <http://www.acuerdoscomerciales.gob.pe/>.

⁵⁴ “Fórum China-CELAC é estabelecido no Brasil”. (18 de Julho de 2014). Consultado em Março de 2016, de CRI. Disponível em: <http://portuguese.cri.cn>.

⁵⁵ CEPAL. Site oficial. Consultado em Janeiro de 2015. Disponível em: www.cepal.org.

⁵⁶ A CELAC (em espanhol *Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeño*) é um organismo internacional, criado em 2010, composto por 33 países que representam praticamente todo o hemisfério ocidental, exceto os EUA e o Canadá.

Venezuela são considerados pela China como países com uma Parceria Estratégica Especial (Cf. Tabela 1)⁵⁷.

Tabela I. Principais Acordos Diplomáticos da ALC com a China

Pais	Ano de Relações Diplomáticas	Tipos de Acordos
Argentina	1972	Proteção política, formação de empresas, proteção recíproca de inversões. Cooperação científico-tecnológico. Comissão mista de cooperação Antártica, campo agrícola e usos da pacíficos de energia nuclear. Programas de intercâmbios acadêmicos. Comissão Conjunta de defesa.
Bolívia	1985	Acordos em matéria agrícola, comunicações, incentivos de inversão de energia, mineração e segurança alimentar. Cooperação na aérea de defesa. Cooperação técnico-científico. Cooperação espacial. Cooperação de tecnologia e informação.
Brasil	1974	Cooperação cultural e educacional, comercial, agrícola, proteção ao meio ambiente. Protocolo sobre cooperação em energia e mineração. Cooperação no âmbito de satélite. Acordo de cooperação científica-tecnológica, saúde e ciências medicas. Cooperação desportiva. Assistência jurídica mútua em matéria penal. Acordo sobre vistos diplomáticos. Convênio de transportes marítimos. Cooperação no âmbito acadêmico ¹
Chile	1970	Tratado de Livre comercio (2007). Convênio comercial. Acordos Culturais. Cooperação econômica e tecnológica. Acordo sobre prestamos comerciais estímulo e proteção mútua de inversão. Convênio de transporte marítimo, aéreo e civil. Cooperação em pymes, agricultura, ganadaria, ciência-tecnologia, espacial, saúde e medicina. Cooperação do desporto. ²
Colômbia	1980	Cooperação cultural, acadêmica, científica-técnica. Mecanismos de consulta política. Comissões mistas de econômica, comercio. Cooperação econômica. Assistência judicial em matéria penal. Consulta política. Convênios econômicos, sanidade animal. Intercâmbio cinematográfico. Assistência militar e defesa. Intercâmbio cinematográfico . Cooperação em mineração e energia. ³
Costa Rica	2007	Tratado de Livre Comercio (2010) Convênio de assistência técnica. Cooperação em desastre climático. Proteção de recursos hídricos. Transferência de tecnologia. ⁴
Cuba	1960	Cooperação econômica, comercio, cultura e educação. Cooperação ciência e tecnologia. Intercâmbio cultural e desporto. Acordo de isenção de visto. Convênio de comercio governamental. Promoção e proteção de inversões. ⁵
Equador	1980	Cooperação cultural, agrícola, econômica e comercial. Cooperação em segurança e defesa. Cooperação em educação, ciência-tecnologia.
México	1972	Cooperação econômica e comercial. Cooperação e intercâmbio cultural, tecnológico, educativo. Cooperação intragovernamentais. Cooperação acadêmica, meios de comunicação y transportes. Acordos de inversão mútua em energia, mineração, infraestrutura, manufatura e promoção ao turismo. Cooperação científica. ⁶
Peru	1971	Tratado de Livre Comercio (2011) Cooperação Científica e tecnológica. Cooperação cultural e acadêmica. Cooperação cultural e científica-técnica. Cooperação em pymes. Cooperação econômica e comercio. Cooperação Agrícola. Protocolo proteção ambiental Cooperação em defesa civil.
Uruguai	1985	Convênios governamentais para o comercio, cooperação cultural e educação. Cooperação econômica e tecnológica. Cooperação de sanidade de animais. Cooperação desportiva. Acordo de isenção de visto mútuo para diplomáticos.
Venezuela	1974	Convênio de comercio. Intercâmbio cultural, educativo, desporto, científico, militar. Cooperação científica e tecnológica para a exploração e exploração de petróleo. Cooperação agrícola, ganadaria. Isenção de visto diplomático.

Fonte: Elaboração própria a partir do site oficial da embaixada da China estabelecido em cada país mencionado.

⁵⁷ OCDE/CEPAL/CAF. (2015), *Perspectivas económicas de América Latina 2016: Hacia una nueva asociación con China*, OECD Publishing, Paris. 135p.

3.2. Relações Políticas e Diplomáticas

Paralelo com evolução das mudanças económicas nas relações sino-latino-americanas, assistiu-se a algumas alterações nas relações diplomáticas. Em resultado da eficaz diplomacia da RPC relativamente à sua política externa, logrando cativar os interesses da América-latina, vítima de frustrações sofridas nas tradicionais políticas norte-sul.

Kishore Mahbubani⁵⁸ defende que América Latina é uma das sociedades mais abertas do mundo, mas quando se trata de ouvir os outros é muito fechada. Este facto, de alguma forma favoreceu a China, já que a política de esquerda maioritária na América Latina facilitou uma maior implementação da China na região. Embora a aproximação da China na região tenha sido lenta e com vista a longos prazos, a China só chegou a uma maior aproximação com a região pelo facto de ter oferecido vias de solução para os momentos críticos que a região estava a passar.

Além disso, a política externa chinesa fez questão de mostrar “igualdade” perante a região refletida nos seus discursos políticos, o que permitiu uma maior receção por parte da América Latina. O Cientista político indiano Pratap Bhanu Mehta⁵⁹ comparou a Índia e a China, dizendo *“A Índia é uma sociedade aberta com uma mente fechada; A China é uma sociedade fechada com uma mente aberta”*. A mesma comparação pode muito bem ser feita entre América Latina e China.

Depois do incidente de Tiananmen, os contatos políticos entre as partes cresceram rapidamente, tendo os intercâmbios de visitas tomado um novo impulso criando bases para fortalecer as relações bilaterais. O avanço das políticas e a formalização de relações diplomáticas, para além das relações económicas já estabelecidas, tiveram maior desenvolvimento a partir do ano 2000. Desde então, as visitas oficiais realizadas pelos chefes de Estado chinês à América Latina têm tido continuidade no tempo, sendo um claro reflexo da convergência de interesses numa agenda de benefício mútuo entre China e a região, refletido com os novos Estados da ALC a reconhecerem a China continental.

⁵⁸ Mahbubani, K. (2009). *Can Asians Think?* (4ª ed.). Singapore: Marshall Cavendish.

⁵⁹ *Ibid.* 205p.

Para consolidar sua presença no continente latino-americano, a diplomacia chinesa recorre ao *soft power*, como ferramenta mais robusta dentro da sua política externa envolvendo várias áreas, como segurança, ajuda humanitária, cultura, diplomacia bilateral e multilateral e Investimento Direto Estrangeiro (IDE). É importante ter em conta o *soft power* tem influenciado o modelo de desenvolvimento da China, tornando atrativo para alguns países de ALC por que estes se identificam com os valores e princípios políticos, como por exemplo a defesa do multilateralismo, a justiça, paz, multipolaridade, busca da harmonia nas relações internacionais.

Neste sentido, os vínculos entre ambas regiões são favorecidos principalmente por três fatores: primeiro, a relativa ausência de conflitos históricos entre ambas as regiões; segundo, o amplo apoio latino-americano às relações com a China; e o terceiro um enfoque também pragmático na perspectiva de conquistar o grande mercado chinês⁶⁰.

Um aspecto que favoreceu a relação entre ambas regiões foi a ideologia política de esquerda que prevaleceu na região latino-americana. As primeiras eleições nos anos 90 do séculoXX não implicaram grandes mudanças, com os presidentes Hugo Chavez da Venezuela e Michele Bachelet do Chile. Contudo, a partir de 2002 os vínculos fortaleceram-se após as eleições de Hugo Chavez, de Rafael Correa no Equador, Evo Morales na Bolívia, Nestor Kichner na Argentina, Daniel Ortega na Nicarágua e Inácio “Lula” da Silva no Brasil, evidenciando-se uma proliferação de novos programas políticos⁶¹.

Com efeito, as visitas diplomáticas chinesas foram complementadas com visitas de alto nível da América Latina à China, impulsionando o avanço nas relações bilaterais. Para o efeito é importante identificar de que forma foram se desenvolvendo e a aceitação das mesmas por cada país. Nas seguintes linhas iremos ressaltar resumidamente como se desenvolveram tais visitas.

Sem dúvida, Cuba foi país cuja ligação com a China teve diferenças em relação aos países da região, não no nível da profundidade dos seus vínculos políticos, mas também no seu fortalecimento ideológico. Somado a que sendo uma relação bilateral

⁶⁰ Amado Mendes, C. (26 de Junho de 2010). A China e a Cooperação Sul-Sul. *Relações Internacionais*, 033-046.

⁶¹ FLACSO. (2014). *Latin America, the Caribbean and China: sub-regional strategic scenarios* (1st ed.). (A. Bonilla Soria, P. Milet García, Edits., & S. Roraff, Trad.) San José, C.R.: Ingenium Studio.82p

pioneira na região, tal experiência tem conduzido a elementos valiosos para a implementação de políticas da China. Para além disto, a relação sino-cubana tem ainda mais importância para a Cuba, já que é sinónimo de independência e de oposição dos Estados Unidos⁶².

As visitas da China a Cuba foram mais frequente desde o ano 2000, porém, no sentido inverso, verificou-se que Cuba retribui as visitas com menor frequência, com a visita do presidente de Cuba Fidel Castro em 2003⁶³, e anos mais tarde, do presidente Raul Castro em 2012⁶⁴.

Segundo uma informação lançada pela CEPAL em 2013⁶⁵, as relações entre Uruguai e a China apresentam uma assimetria devido, principalmente, ao tamanho geográfico reduzido que apresenta Uruguai. Esta relação teve uma atenção muito negligenciada pelas duas partes, tendo para o Uruguai começado a ter maior importância com o presidente Jorge Batlle, que visitou a China em 2002⁶⁶, Uruguai encontrava-se nesse anos numa das piores crises da sua história, logo, dita visita resultou numa importância essencial para a abertura de novos mercados. Mas, as relações foram tomando maior relevância com o presidente Jose Mujica que visitou a China em 2013⁶⁷ à procura de novos investidores. Ambos os países têm conseguido gerir a confiança recíproca, desde o estabelecimento das suas relações, tendo como resultado assistido num salto qualitativo na mesma, nos últimos anos.

A relação sino-chilenas é pragmática em referência a um certo contexto histórico. Segundo Sun Yanfeng, *“Chile sempre respeitou a os interesses fundamentais da China e nunca interferiu nos assuntos internos nem violando seus direitos, as relações entre ambos têm-se convertido num modelo das negociações entre China e*

⁶² RED ALC- China (2013). *América Latina y El Caribe - China Relaciones Políticas e Internacionales*. México. 403p.

⁶³ *“Fidel Castro visita China”*. (25 de Fevereiro de 2003). Consultado em Janeiro de 2016, de Voz América. Disponível em: <http://www.voanoticias.com/content/a-2003-02-26-7-1/72204.html>

⁶⁴ *“El presidente cubano Raúl Castro visita China”*. (4 de Julho de 2012). Consultado em Janeiro de 2016, de Telemundo. Disponível em: <http://www.telemundo.com/noticias/2012/07/04/el-presidente-cubano-raul-castro-visita-china>

⁶⁵ RED ALC- China (2013). *América Latina y El Caribe - China Relaciones Políticas e Internacionales*. México. 316p.

⁶⁶ Site oficial. Embajada de la República Popular China en la República Oriental del Uruguay. Consultado em Janeiro de 2016. Disponível em: <http://uy.china-embassy.org/>

⁶⁷ *“Pepe Mujica visita China”*. (28 de Maio de 2015). Consultado em Janeiro de 2016, de China Files. Disponível em: <http://www.china-files.com/es/link/29394/pepe-mujica-visita-china-2>

ALC”⁶⁸. Em 2001, o ex-presidente de Chile Ricardo Lagos visitou a China, seguido pela visita do presidente Michele Bacheler em 2009 e pela de Sebastian Piñera em 2010, aquando foi celebrado os 40 anos de relações diplomáticas⁶⁹.

Outro país que segue os passos do Chile nas relações bilaterais com a China é o Peru. O primeiro ministro da China Li Peng fez a primeira visita oficial do país asiático a este país em 1995⁷⁰ durante o mandato de Alberto Fjimori. Contudo, a visita só foi retribuída em 2001, embora as relações entre ambos países só comesçassem a intensificar-se com as visitas do presidente Alejandro Toledo à China em 2004 e 2005. Visitas estas que foram precedidas pelas do presidente Alan Garcia em 2008 e 2010⁷¹. Mais recente, deu-se a peculiar visita de altos mandatários encabeçado pelo ministro Stagno de Costa Rica a Pequim em 2007 (cf. Tabela II), a fim de se iniciar o estabelecimento das relações diplomáticas entre ambos países⁷². A partir deste momento histórico, Costa Rica já recebeu várias doações por parte da China, entre as mesmas um estádio de futebol⁷³. Estes três países têm em comum o TLC com China, podendo ser entendido como um nível de escala maior nas relações sino-latino-americanas. Paralelamente, são os países cujo resultado das relações foram de maior benefício quanto comparado com outros.

Colômbia é outro país que tem intenções de celebrar um TLC com a China e cujos acordos aguardam resultados⁷⁴. O presidente Alvaro Uribe da Colômbia visitou oficialmente à China em 2005⁷⁵ com a intensão de intensificar relações políticas,

⁶⁸ RED ALC- China (2013). *América Latina y El Caribe - China Relaciones Políticas e Internacionales*. México. 244p

⁶⁹ “40 años de relaciones China-Chile: trayecto extraordinario y futuro brillante”. (s.d.). Consultado em Março de 2016, de China hoy. Disponível em: http://www.chinatoday.com.cn/ctspanish/se/txt/2011-04/14/content_351029.htm.

⁷⁰ “Relaciones entre la República Popular China y la República del Perú”. (16 de Março de 2007). Consultado em Fevereiro de 2016, de China Radio International. Disponível em: <http://espanol.cri.cn/>

⁷¹ “Presidente Peruano inicia visita de estado en China”. Consultado em Março de 2016, de Pueblo en Linea. Disponível em: <http://spanish.peopledaily.com.cn/>.

⁷² “Costa Rica establece relacionaes con China y rome con Tariwán tras 60 años”. (07 de Junho de 2007). Consultado em Março de 2016, de el mundo Disponível em: <http://www.elmundo.es/elmundo/2007/06/07/internacional/1181174880.html>.

⁷³ RED ALC- China (2013). *América Latina y El Caribe - China Relaciones Políticas e Internacionales*. México.38p.

⁷⁴ *Ibid.* 78p.

⁷⁵ “Presidente Uribe realiza visita de estado a China”. (7 de Abril de 2005). Consultado em Fevereiro de 2016, de Oficina del Consejero Economico-Comercial de la Embajada de la República Popular China en la República de Colômbia. Disponível em: <http://co2.mofcom.gov.cn/>

comerciais e educativas entre ambos países. Em 2012⁷⁶ verificou-se uma segunda visita oficial com o então presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos.

Entre os países que têm um perfil de exportador importante para a China, estão a Venezuela, a Argentina e o Brasil. As relações com Venezuela cresceram e fortaleceram-se devido às políticas de esquerdas latentes e a força pró-americana com vontade de gerar menor dependência dos Estados Unidos. Este impulso começou com o presidente Hugo Chávez que com sua primeira visita a China em 2001 (cf. Tabela II) estabeleceu a parceria estratégica para o desenvolvimento, onde foi objetivado planificar as relações entre ambos países com a criação da Comissão Mista de Alto Nível Venezuela-China⁷⁷. As visitas seguintes da Venezuela à China deram-se em 2004, 2006, 2008 e em 2009.

Em relação à Argentina, a ideologia de esquerda no seu poder político e a abundância de recursos naturais que a China necessita têm favorecido as relações bilaterais com a RPC. O ex-presidente Nestor Kirchner da Argentina, em 2004⁷⁸, realizou sua primeira visita gigante asiático, tendo se discutido os assuntos para a criação da parceria estratégica e assinado vários acordos. As visitas seguintes foram da presidente Cristina Kirchner em 2010 e 2015 (cf. Tabela II).

Por sua vez, a defesa pelas relações “sul-sul” centrada na união dos países do terceiro mundo foi a força motriz que impulsionou as relações entre China e Brasil. Assim, a primeira visita à China do presidente Lula da Silva do Brasil em 2004⁷⁹ marcou a abertura de uma maior intensificação nas relações bilaterais com a China. Na ocasião o presidente brasileiro durante o seu discurso mencionou posição de igualdade com a China como país em desenvolvimento e destacou os interesses de ambos de “modificar as regras injustas que regem no comércio internacional”⁸⁰. As visitas seguintes foram em 2006, 2008, 2009 e 2011.

⁷⁶ *Ibid.*

⁷⁷ “Una mirada a los 14 años de Chávez y China”. (7 de Março de 2013). Consultado em Dezembro de 2015, de China Files. Disponível em: <http://china-files.com/es/link/26737/galeria-de-fotos-de-hugo-chavez-durante-14-anos-de-relaciones-con-china>.

⁷⁸ “Kirchner y Hu Jintao firmaron convénios”. (16 de Novembro de 2004). Consultado em Novembro de 2015, de La Nación. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/654329-kirchner-y-hu-jintao-firmaron-convenios>

⁷⁹ RED ALC- China (2013). *América Latina y El Caribe - China Relaciones Políticas e Internacionales*. México. 228p.

⁸⁰ *Ibid.* 195p.

As visitas oficiais entre China e Equador também foram aumentando com o mandato político de esquerda no Equador. Realçando-se as visitas à China do ex presidente Lucio Gutiérrez em 2002 e 2003, com o objetivo de cativar o investimento chinês no país latino-americano. No entanto, a relação entre Equador e a China só veio a intensificar-se com a chegada ao poder do presidente de Equador Rafael Correa que visitou a China em 2007⁸¹, iniciando-se, posteriormente, um processo acelerado de intercâmbio comercial e de financiamento. Já em 2015, o presidente Rafael Correa visitou pela primeira vez a China para celebrar os 35 anos de relações diplomáticas entre ambas regiões tendo fechado numerosos acordos⁸².

A trajetória com o México é particularmente distintiva devido ao forte desequilíbrio comercial e da perda de competitividade em mercados terceiros de México, especialmente em relação aos EUA. Neste sentido, México tem tido um evolutivo interesse em melhorar as relações sino-mexicanas para que os benefícios sejam mais equitativos⁸³. O presidente Vicente Quesada fez sua primeira visita oficial à China no ano 2001⁸⁴, seguindo-se a do ex-presidente Felipe Calderón em 2008⁸⁵ e a do presidente Peña Nieto em 2014⁸⁶. Por sua vez, as relações com Bolívia intensificaram-se durante o mandato do presidente Evo Morales, tendo em 2013⁸⁷ visitado a China para concluir o projeto espacial com o lançamento do satélite Túpac Katari.

Paralelamente, registou-se vários encontros entre chanceleres, representantes de Estados, que resultaram na prática, o aprofundamento das organizações internacionais, regionais e nos vários mecanismos de cooperação entre as duas partes.

⁸¹ "Correa inició visita de seis días a China". (19 de Novembro de 2007). Consultado em Março de 2016, de El Universo. Disponível em: <http://www.eluniverso.com>.

⁸² "Exitosa visita del presidente Rafael Correa a China" (09 de Janeiro de 2015). Consultado em Janeiro 2015, de el ciudadano Disponível em: <http://www.elciudadano.gob.ec/logros-de-la-visita-del-presidente-rafael-correa-a-china/>.

⁸³ OCDE/CEPAL/CAF. (2015), *Perspectivas económicas de América Latina 2016: Hacia una nueva asociación con China*, OECD Publishing. 79p

⁸⁴ "Visita México presidente de China". (4 de Setembro de 2005). Consultado em Janeiro de 2016, de Protocolo. Disponível em: <http://www.protocolo.com.mx/>

⁸⁵ "Calderón firma siete acuerdos en su primera visita a China". (11 de Julho de 2008). Consultado em Janeiro de 2016, de El Universal Nación. Disponível em: <http://archivo.eluniversal.com.mx/notas/521728.html>.

⁸⁶ "Reciben a presidente Peña Nieto en visita de Estado a China". (12 de Novembro de 2014). Consultado em Janeiro de 2016, de Televisa. Disponível em: <http://noticieros.televisa.com/mexico/1411/reciben-presidente-pena-nieto-visita-estado-china/>.

⁸⁷ "Evo Morales llega a China para presenciar lanzamiento de primer satélite de Bolívia". (19 de Dezembro de 2013). Consultado em Janeiro de 2016, de emol Mundo. Disponível em: <http://www.emol.com/noticias/internacional/2013/12/19/635656/presidente-boliviano-evo-morales-llega-a-china-para-su-tercera-visita-oficial.html>.

Com efeito, China tornou-se membro observador na Organização de Estados Americanos e do Grupo Rio. Ficou vinculada ao MERCOSUL e à Comunidade Andina através de consultas e estabeleceu vínculos com a Comunidade das Caraíbas. Para além disso, a China é membro do G20, como a Argentina, o Brasil, a Bolívia, o Equador, o Chile, Cuba, o México, Peru, a Venezuela e o Uruguai⁸⁸.

Após uma década de reaproximação socioeconómica entre a China e a América Latina numa tentativa de aprofundar os acordos alcançados, durante o périplo à América Latina em 2014 (cf. Tabela II), Pequim decidiu reforçar a sua presença na região, legitimando a Comunidade de Estados Latino-americanos e das Caraíbas (CELAC) esta comunidade, tornou-se um ator importante no desenvolvimento das relações diplomáticas e económicas sino-latino-americana.

A nível regional em 2013, o Equador acolheu o Sexto Fórum Legal China-América Latina, onde foram abordados “assuntos sobre as relações de cooperação, comércio internacional, Estado de Direito e Desenvolvimento entre o gigante asiático e a região americana”⁸⁹. No mesmo ano, a nível comercial, Costa Rica acolheu a VIII Cimeira Empresarial China-América Latina e Caraíbas, onde assistiram 20 países da região, empresários, altos funcionários⁹⁰ do Governo chinês com o fim de promover o comércio e o investimento bilateral.

A reunião ministerial, realizada a 8 e 9 de Janeiro de 2015⁹¹, destacou a criação de documentos significativos. Em primeiro lugar, aprovou um plano de cooperação multilateral de cinco anos entre o bloco e a potência asiática. Além disso, os regulamentos desta nova parceria bilateral foram estabelecidos, clarificando os mecanismos de coordenação e abordagens de operação. Finalmente, a Declaração de

⁸⁸ Guatemala e Paraguai são os restantes países da ALC membros do G20, no entanto, não mantêm relações diplomáticas com a China.

⁸⁹ “Ecuador acogerá el foro económico-legal China-América Latina”. (09 de Outubro de 2013). Consultado em Fevereiro de 2016. De el País. Disponível em: <http://www.crhoy.com/china-brinda-recomendaciones-a-costa-rica-en-el-arranque-de-la-cumbre-empresarial/>,

⁹⁰ Crhoy. com. (26 de Novembro de 2013). *China brinda recomendaciones a Costa Rica en el arranque de la cumbre de empresarial*. Consultado em Fevereiro de 2016. Disponível em: <http://www.crhoy.com/china-brinda-recomendaciones-a-costa-rica-en-el-arranque-de-la-cumbre-empresarial/>.

⁹¹ “China se afianza en América Latina”. (20 de Janeiro de 2015). Consultado em Setembro de 2015, de International Centre for Trade and Sustainable Development. Disponível em: <http://www.ictsd.org/bridges-news/puentes/news/china-se-afianza-en-am%C3%A9rica-latina>,

Beijing assinada define o consenso político entre os dois lados e a direção de palco e política de cooperação global⁹².

Tabela II. Número de visitas de alto nível entre a China e a América Latina e Caraíbas

Data	Presidente de China	Da China à América Latina	Resumen	Da América Latina à China
2001	Jiang Zemin	Chile, Argentina, Uruguai, Brasil, Venezuela, Cuba	Enfatizou: cooperação sul-sul, afiançar o dialogo, incrementar confiança, promover cooperação e fomentar o desenvolvimento partilhado.	Peru, Chile, México, Venezuela
2002	Jiang Zemin	México (visita no oficial)	O presidente Jiang visitou México só para assistir à reunião da APEC	Equador, Uruguai
2003	Primeiro-ministro Wen Jiabao	México	Estabeleceram relações sócios estratégicas bilaterais.	Equador, Cuba, Guiana
2004	Hu Jintao	Chile, Brasil, Argentina, Cuba	O presidente assistiu a reunião informal da APEC. Enfatizou: associação estratégica sino-brasileira., sino-argentina, sino-cubana. Cooperação integral com Chile.	Argentina, Brasil, Venezuela, Peru, Colômbia
2005	Hu Jintao	México	Fundaram Mecanismos de intercâmbios. O resultado foi o estabelecimento da Comissão Binacional Permanente México-China, com um plano futuro de 20 anos.	Peru, Colômbia
2006	Hu Jintao			Venezuela, Bolívia
2007	Hu Jintao			Costa Rica
2008	Hu Jintao	Peru, Costa Rica, Cuba	Anuncio a integração da China no Bando Interamericano de Desenvolvimento (BID), como país doador e a publicação do livro Branco.	Peru, Chile, México, Brasil, Venezuela
2009	Hu Jintao			Chile, Brasil, Venezuela
2010	Hu Jintao	Brasil, Venezuela, Chile	Visita finalmente cancelada a causa do terramoto de Qinghai (China)	Argentina, Chile
2011	Vice Presidente Xi Jinping	Cuba, Uruguai e Chile	Xi Jinping fez a proposta pronunciado a CEPAL com sede no Chile. Manifestou importância nas cooperações bilaterais, comerciais.	Brasil, Bolívia
2012	Primeiro Ministro Wen Jiabao	Brasil, Argentina, Uruguai, Chile	Prometeu maior cooperação agrícola, empréstimos de projetos de infraestruturas e mais bolsas. Aprofundar intercâmbios de altos níveis. Ênfase à cooperação económica	Colômbia, Cuba
2013	Xi Jinping	México, Costa Rica, Trindade e Tobago	Acordos de cooperação económica e comercial. Intercâmbios académicos e culturais. Construção de uma Zona Económica Especial	Uruguai, Bolívia ¹
2014	Xi Jinping	Brasil, Argentina e Venezuela, Cuba	Ano de criação do Foro China-CELAC. Ofereceu fundos para projetos de infraestruturas. Assistiu a Cimeira BRICs no Brasil	
2015	Primeiro ministro - Li Keqiang	Brasil, Colômbia, Peru e Chile	Anuncio do projeto ferroviário transoceânico. Li propôs o modelo de cooperação de construção conjunta de vias logísticas, energética e informática.	Argentina, Equador

Fonte: CEPAL

¹ Presidente da Bolívia Evo Morales assiste em China o lançamento do primeiro satélite Boliviano de telecomunicações no espaço, cujo nome é Túpac Katari.

Em 2001, o então presidente chinês Jiang Zemin fez um périplo pela região, visitando Cuba, Venezuela, o Brasil, Uruguai, a Argentina e o Chile. Em finais de 2003 o primeiro-ministro Wen Jiabao visitou o México, e, no ano seguinte o presidente Hu Jintao voltou a visitar Cuba, a Argentina, o Chile e o Brasil (Cf. Tabela I e III). Durante essas visitas a RPC assinou diversos acordos com estes quatro países latino-americanos e pronunciou um discurso intitulado “Trabalhemos juntos por uma relação Sino-Latino-Americana mais amistosa e fresca” (*Work together for a more friendly and fresher China-Latin American Relations*)⁹³. Nesse discurso, Hu Jintao propôs que o investimento seria um tema central para o futuro.

Em Novembro de 2004, o presidente Hu Jintao começou com uma reunião no Fórum de Cooperação Económica Ásia-Pacífico (APEC), e continuou com uma série de visitas de Estado à Argentina, ao Brasil, ao Chile e a Cuba (cf. Tabela III) com a intenção de demonstrar o conceito de “desenvolvimento pacífico”. Consolidando ainda mais as novas relações entre China e ALC. A visita foi considerada de grande êxito. A Argentina, o Brasil, o Chile e o Peru reconheceram o *status* de China como economia do mercado, um facto importante para a posterior integração de China no sistema de comércio mundial. Igualmente, a China e o Chile acordaram iniciar as negociações para um Tratado de Livre Comércio entre as duas nações⁹⁴.

Na sua primeira visita oficial a América Latina em 2013, o presidente Xi Jinping deslocou-se a Trindade e Tobago, que recebeu pela primeira vez um presidente chinês. Esta primeira visita incluiu Costa Rica e México (cf. Tabela II). Durante esta visita oficial China à AL assinou 24 acordos com os respetivos países aborcando a cooperação em diversas áreas como académicas, educativa, médica e de cooperação na saúde⁹⁵.

No ano seguinte, o presidente Xi Jinping participou em reuniões multilaterais e efetuou visitas de Estado ao Brasil, à Argentina, à Venezuela e a Cuba, fortalecendo-se os intercâmbios e os vínculos económicos e também as relações políticas. Mais

⁹³ RED ALC- China (2013). *América Latina y El Caribe - China Relaciones Políticas e Internacionales*. México.137p

⁹⁴ *Ibid.* 124p

⁹⁵ Ministerio de Comercio de la República Popular China. (07 de Junho de 2013). “Visita de Presidente Xi a América Latina” Consultado em Fevereiro de 2015. Disponível em: http://spanish.mofcom.gov.cn/article/zt_xiamerica/column4/201308/20130800250713.shtml

recentemente, em 2015, o primeiro ministro chinês Li Keqiang⁹⁶ realizou sua primeira visita a América Latina desde que foi eleito primeiro-ministro. No Brasil assinou 35 acordos de cooperação em áreas de infraestrutura, finanças, aviação agricultura, etc. Na Colômbia assinou 12 acordos⁹⁷ de cooperação sobre a construção de infraestrutura, capacidade produtiva, ajudas, cultura e educação. No Peru, Li Keqiang, manifestou seu interesse por participar ativamente na construção da linha férrea transcontinental. Durante seu discurso na sede da CEPAL no Chile, o primeiro-ministro mencionou o modelo “3x3” como novo modelo de cooperação, que significa a construção conjunta de três corredores para a logística, a energia e a informação⁹⁸.

Na tabela III - *Lista de número de visitas dos principais líderes chineses* observa-se que o Brasil está em primeiro lugar no número de visitas recebidas pelos principais líderes chineses, enquanto a Colômbia e Trindade e Tobago, encontram-se nas últimas posições. Também se pode verificar que os países que receberam menor número de visitas são países que reconheceram a China só a partir dos anos oitenta, como é o caso de Colômbia, do Uruguai, do Equador e da Bolívia. As visitas a estes países só se intensificaram depois da primeira década do ano dois mil, logrando melhorar suas relações com a China, embora sejam moderadas quando comparado com os restantes países com estratégia ativa.

⁹⁶ “Exitosa visita del primer ministro de China a América Latina”. (29 de Maio de 2005). Consultado em Dezembro de 2014, de El Financiero. Disponível em: <http://www.elfinanciero.com.mx/opinion/exitosa-visita-del-primer-ministro-de-china-a-america-latina.html>

⁹⁷ “Visita de premier chino estimula lazos con Colômbia, disse experta”. (31 de Maio de 2015). Consultado em Fevereiro de 2016, de Xinhua. Disponível em: http://spanish.xinhuanet.com/chinaiber/2015-05/31/c_134284546.htm

⁹⁸ “Visita de Li inspira nuevos modos de cooperación entre China e América Latina. (29 de Maio de 2015) de Xinhua Español. Consultado em Março de 2016. Disponível em: http://spanish.xinhuanet.com/chinaiber/2015-05/29/c_134281463.htm

**Tabela III. Número de visitas de alto nível de China a América Latina e
Caraíbas**

YEAR	PREMIER	PRESIDENT	Argentina	Brazil	Chile	Costa Rica	Colombia	Cuba	Ecuador	Mexico	Peru	Trinidad and Tobago	Uruguay	Venezuela	TOTAL	
2001	Zhu Rongji	Jiang Zemin	Apr 8	Apr 11	Apr 4			Apr 13					Apr 10	Apr 19	6	
2002															0	
2003	Wen Jiabao	Hu Jintao								Dec 12					1	
2004			Nov 16	Nov 11	Nov 18			Nov 22							4	
2005															0	
2006															0	
2007															0	
2008								Nov 17		Nov 18			Nov 20			3
2009																0
2010						Apr 15										1
2011																0
2012					Jun 23	Jun 20	Jun 25					Jun 16			Jun 22	
2013	Li Keqiang	Xi Jinping				Jun 2				Jun 4		Jun 1			3	
2014			Jul 18	Jul 14				Jul 21						Jul 20	4	
2015				May 18	May 24			May 21				May 22				4
PREMIER TOTAL			1	2	2	0	1	0	0	1	1	0	1	0	9	
PRESIDENT TOTAL			3	4	2	2	0	4	0	2	1	1	1	2	22	
COMBINED TOTAL			4	6	4	2	1	4	0	3	2	1	2	2	31	

Source: Author compilation based on media reports.

Entre os países que receberam maior número de visitas por parte da China, pode realçar-se características importantes: além de serem potências regionais são países que possuem fontes atrativas para China, particularmente, recursos energéticos, matérias-primas, etc.. Os mesmos países têm parcerias estratégicas com a China: Brasil (1993), Venezuela (2001), México (2003), Argentina (2004), Peru (2008) e Chile (2012).

A última visita de alto nível empreendida por Hu Jintao à ALC foi em Novembro de 2008, onde assistiu a 16ª Cimeira da APEC no Peru. Para além disso realizou respetivas visitas de Estados à Costa Rica e a Cuba. Esta viagem marcou o momento da apresentação do Documento da Política China para América Latina e Caraíbas⁹⁹.

As visitas oficiais realizadas pelos chefes de Estado chinês à América Latina e Caraíbas, durante a primeira década, são um reflexo da convergência de interesses na

⁹⁹ FLACSO. (2014). *Latin America, the Caribbean and China: sub-regional strategic scenarios* (1st ed.). (A. Bonilla Soria, P. Milet García, Edits., & S. Roraff, Trad.) San José, C.R.: Ingenium Studio.339p.

agenda de benefícios mútuo entre China e a Região latino-americana. A partir do ano 2012 as visitas da China à América Latina e Caraíbas intensificam-se com maior assiduidade (cf. Tabela III).

O impulso na ligação de China com América Latina foi respondido com o lançamento do Livro Branco para ALC a 5 de novembro de 2008¹⁰⁰. Neste documento o governo da RPC esclarece que suas intenções não são de conquistar o território, nem deteriorar a situação económica e política de estes países, mas sim de celebrar laços de amizade de acordo os princípios da política externa defendida pela China de Coexistência Pacífica e do desenvolvimento pacífico.

No Livro Branco, a RPC enfatiza a importância que a ALC têm para o governo chinês ao ponto de emitir um documento de orientação com o intuito de esclarecer os objetivos da política da China na região, tanto como delinear os princípios orientadores para uma futura cooperação.

Numa breve análise do Livro Branco destacam-se as frases frequentemente repetidas no texto, tais como: “cooperação sul-sul”, “Desenvolvimento comum”, “igualdade e benefício mútuo” conseguido através do *win-win*. É fundamental destacar que no Livro a China indica que está disposta a estabelecer e a desenvolver relações Estado-a-Estado com todos os países da ALC com base no princípio de uma China. Isto é, um princípio básico que tais países estejam comprometidos a apoiar a reunificação da China e não ter contatos com Taiwan¹⁰¹.

Para fortalecer a cooperação no campo político com ALC, no Livro Branco, China estabelece alguns parâmetros a atingir:

1. Intercâmbios de alto nível: pretende reforçar a troca de experiências em matéria de governação e consolidar as bases políticas para o crescimento das relações de ambas partes.
2. Intercâmbio entre os legislativos: deseja reforçar intercâmbios amistosos com os parlamentos dos países da ALC, tanto quanto nos parlamentos regionais como MERCOSUL, CAN, etc.

¹⁰⁰ *Ibid.* 129p

¹⁰¹ Yao (Ed.). (5 de Novembro de 2008). *China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean*. Consultado em Abril de 2015, de Window of China. Disponível em: www.chinaview.cn.

3. Intercâmbio de partidos políticos: deseja realizar intercâmbios amigáveis com partidos e organizações na base de independência, igualdade, respeito mútuo e não ingerência nos assuntos internos políticos, aprender uns com os outros.
4. Mecanismos de Consulta: Agências do governo chinês desejam estabelecer e melhorar mecanismos de comissões permanentes, diálogo estratégico, consulta política, comissão sobre economia e comércio, consulta sobre economia e comércio e alto nível de grupos de trabalho.
5. Cooperação em Assuntos internacionais: pretende reforçar a coordenação e cooperação sobre questões internacionais. Além de quer continuar a defender o apoio mútuo sobre questões como a soberania e integridade territorial. A China está disposta a trabalhar para reforçar o seu papel nas Nações Unidas, para uma ordem internacional mais justa e equitativa, promover a democracia nas relações internacionais e defender os direitos e interesses legítimos dos países em desenvolvimento.
6. Trocas de Governo Local: Os intercâmbios de cooperação em organizações internacionais de governos locais, províncias/estados/cidades dentro da China e países latino-americanos em negócios, ciências e tecnologia, cultura etc.

Os outros aspetos mencionados no Livro Branco¹⁰² da China são de âmbito cultural e social, destacando-se os seguintes: 1) Intercâmbio cultural e desportivo; 2) Cooperação em Ciências, Tecnologia e Ensino; 3) Cooperação na Medicina e Saúde; 4) Cooperação consular e intercâmbio de pessoas; 5) Cooperação nos meios de Comunicação; 6) Cooperação Académica; 7) Cooperação na proteção do ambiente; 8) Cooperação no combate às alterações climáticas; 9) Cooperação na área de Recursos humanos e Segurança Social; 10) Redução de desastres e Assistência Humanitária; 11) Cooperação em alívio à pobreza.

Deve referir que existe também a influência da China na ALC e a sua incursão nas organizações regionais com um relevante vínculo político, tais como: no Grupo Rio;

¹⁰² “Documento sobre la Política de China hacia América Latina y el Caribe”. Disponível em: <http://www.china-files.com/pdf/LibroBlanco.pdf>

no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID),¹⁰³ no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Mantêm igualmente diálogos com a Comunidade Andina das Nações (CAN) e a Comunidade das Caraíbas (CARICOM)¹⁰⁴. É membro observador do Parlamento latino-americano, tendo assinado um acordo de associação com a Corporação Andina de Fomento (CAF). Foi o primeiro país asiático a tornar-se observador da Associação Latino-americana de Integração (ALADI), no ano 2004 adquirindo o *status* de observador permanente da Organização de Estados Americanos (OEA), e estando, desde essa altura, também presente na Comissão Económica para América Latina e ONU (CEPAL).

A presença diplomática e a influência económica da China com o seu *soft power* têm crescido, em particular, nos países em desenvolvimento por meio de financiamento de obras de infraestrutura e projetos para a extração de recursos naturais e pela participação de empresas estatais chinesas em *joint-ventures*. A difusão do *soft power* da RPC faz-se também por meio das variáveis culturais a partir da primeira década de 2000. Em 2006 inaugurou-se o primeiro Instituto Confúcio no México. Existindo, atualmente, 25 Institutos Confúcio e 10 Aulas Confúcio em 12 países da América Latina, destacando-se que no México há 4, no Peru 5, na Colômbia 2, em Cuba 1, no Chile 2, no Brasil 3, na Argentina 2 e na Costa Rica 1¹⁰⁵.

A América Latina reconhece que existe ainda um grande desconhecimento acerca da China ao mesmo tempo que a China também reconhece o mesmo na região latino-americana. Porém, as atitudes por parte da China mostram-se ainda mais recetivas. Os principais órgãos de governo da China, incluindo as embaixadas criaram há alguns anos páginas de internet em inglês e outras línguas. As maiores companhias mediáticas do país são estatais, tanto na televisão como na imprensa escrita que distribui informação para todo o mundo. A “*Xinhua*” que literalmente significa “nova China” é a agência oficial de notícias do governo chinês, também a maior agência do planeta, com um editorial de imprensa em oito línguas. A televisão Central da China

¹⁰³ Converteu-se em acionista com um investimento de \$350 milhões em 2008. CF. Romer, C., & Navarro García, A. (Julho-Agosto de 2010). China y América Latina: recursos, mercados y poder global. *Nueva Sociedad* nº. 228. 86p.

¹⁰⁴ FLACSO. (2014). *Latin America, the Caribbean and China: sub-regional strategic scenarios* (1st ed.). (A. Bonilla Soria, P. Milet García, Edits., & S. Roraff, Trad.) San José, C.R.: Ingenium Studio. 55p.

¹⁰⁵ Rodríguez Aranda, I., & Leiva Van de Maele, D. (2013). El soft power en la política exterior de China: consecuencias para América Latina. (Polis, Ed.) *Revista Latinoamericana*, 12 (35), 497-517. 505p.

(CCTV)¹⁰⁶ conta no Brasil com 18 jornalistas, seguidos por Cuba, México, Venezuela, Peru, Colômbia, Equador e Costa Rica, ao mesmo tempo que a China conta com 16 jornalistas latino-americanos.

No intuito de expandir sua diplomacia de poder brando a China desenvolve sua diplomacia pública que consiste em programas de governo cujo objetivo é informar o influir na opinião pública dos outros países, tendo como principais instrumentos as publicações, filmes, intercâmbios culturais, rádio televisão, turismo e desporto. Além da promoção da língua e celebração de conferências no estrangeiro. Curiosamente, segundo uma informação publicada em 2010¹⁰⁷, os interesses nos meios de comunicação chineses na ALC estão centrados em Venezuela, na Nicarágua, na Bolívia e no Equador. Outro factor que influi para a difusão do *soft power* chinês é a diáspora chinesa na região controlada pelo governo chinês.

O FATOR TAIWAN

Dos 22 países que mantêm relações diplomáticas oficiais com Taiwan metade está na ALC. Um dos principais interesses da RPC nesta região é conseguir o reconhecimento diplomático nos restantes países. A ascendência pacífica da China na América Latina pode induzir alguns governos a romper relações com Taiwan, intensificando o isolamento da ilha. Entre os Estados que mantêm relações diplomáticas com Taiwan destacam-se: Haiti, Belize, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Dominicana, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas, El Salvador, Guatemala, Santa Lúcia.

Existem vários motivos pelos quais Taiwan teria mais peso na balança de influência contra a RPC nestes países. Em primeiro lugar, a ligação com Taiwan não é só diplomática mas também política. A ilha tem um presidente e parlamento escolhidos por sufrágio universal, além de que a experiência de Taiwan é muito semelhante com alguns países latino-americanos, já que é um exemplo de transição

¹⁰⁶ RED ALC- China (2013). *América Latina y El Caribe - China Relaciones Políticas e Internacionales*. México. 56p.

¹⁰⁷ CIMA- Centro para la Asistencia Internacional de los Medios- (2010) *“Cómo China persigue la influencia mediática en África, América Latina y el Sudeste Asiático”*.

pacífica de um sistema autoritário a um democrático. Em segundo lugar, Taiwan é um país em vias de desenvolvimento económico e social, mesmo no papel de país marginal, sendo de uma referência para estes países latino-americanos. Em terceiro lugar, os países da América Central têm sido alvo de negociações de Taiwan para acordos de Livre Comércio, destinados a reforçar a capacidade da ilha para vender bens e manter reconhecimento diplomático. Enquanto Taipei celebrou acordos de livre comércio com os governos da Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Panamá. Porém, o acordo de Livre Comércio é essencial para Taiwan com propósito de diversificar os seus mercados, e solidificar as suas relações diplomáticas.

Tanto Pequim como Taipei tentam envolver-se o mais possível com as instituições regionais latino-americanas utilizando-as como ferramentas na tentativa de ampliar os seus aliados políticos na região. A participação nas organizações abre oportunidades para estabelecer contactos com as autoridades dos países com os quais ainda não mantém relações diplomáticas.

Taiwan tem o Fundo de Cooperação e Desenvolvimento Internacional (ICDF). Este interioriza-se em vários padrões de projetos nas áreas de inversão e empréstimos (agricultura, *pymes*, infraestruturas, manufatura, etc.) assistências técnicas (gestão pública, tecnologia industrial, educação, etc.) e vários tipos de cooperações (processamento de alimentos, programas de ensinos, aquacultura, etc.). Existem várias cooperações académicas por meio de numerosas ajudas de bolsa de estudos e ferramentas Universitárias sendo mais visível no Paraguai onde o governo de Taiwan concede 20 bolsas anuais para estudantes paraguaios nas Universidades Taiwanesas.

Taiwan, também faz parte do Banco Centro-americano de Integração Económica, investindo aquando da sua entrada 150 milhões de dólares¹⁰⁸. As dimensões financeiras do desenvolvimento materializam-se com empréstimos e doações, a maioria das vezes com propósitos políticos, no momento em que determinado país reconhece Taiwan como Estado, tendo em conta, mais os critérios políticos que as necessidades objetivas do recetor.

¹⁰⁸ Rodriguez, M. (Março de 2008). La batalla diplomática de Beijing y Taipei en América Latina y el Caribe. *Revista CIDOB d'afers Internacionals* 81. , 209-231. 217p.

Nos últimos anos, nos países que reconhecem Taiwan estabeleceram algumas das associações ligadas à RPC, como por exemplo, em Março de 2007 ¹⁰⁹a Federação Centro-americana da Amizade com a RPC, que abrange as Associações de Amizade com China e Panamá, Honduras, El Salvador, Costa Rica, Nicarágua e Paraguai. Em termos académicos, Pequim também tem contribuído para últimos países, assim, inaugurando-se no ano 2006 ¹¹⁰ o Centro de Estudos de Centro-América e Caraíbas para fomentar a amizade entre China e os povos de América Central e Caraíbas. Por sua vez, Taiwan tem tentado potenciar a diplomacia com os aliados de Pequim na região, mas de maneira informal, utilizando como instrumento alguns escritórios de representação na ALC.

O peso relativo de Pequim e Taipei dentro da comunidade internacional é essencialmente nas regiões pertencentes a países em vias de desenvolvimento, sendo um dos fatores que estes países têm em conta na hora de optar por manter relações diplomáticas novas, isto é, países que procuram uma maior projeção internacional tendem a manter relações diplomáticas com a RPC.

O aumento do interesse de empresas chinesas na região de Centro-América é cada vez maior criando oportunidades de investimento. Os sectores da energia e infraestrutura têm atraído investidores chineses, como é o caso do compromisso da construção de instalações de produção de eletricidade na Guatemala e Honduras, e na conclusão de uma nova barragem hidroelétrica em Honduras.

Com efeito, a região latino-americana converte-se num epicentro de competência diplomática entre a RPC e Taiwan. Há vários fatores ¹¹¹ que influenciam para que um país latino-americano reconheça como Estado à RPC ou a República de China: desde sua conjuntura política doméstica, até ao peso económico de Pequim e Taipei (inclui: comércio, ajuda, investimento), as condições geoestratégicas como a pressão de terceiros países ou atuação de China e Taiwan em diversos foros internacionais.

¹⁰⁹ RED ALC- China (2013). *América Latina y El Caribe - China Relaciones Políticas e Internacionales*. México. 383p.

¹¹⁰ Rodríguez, M. (Março de 2008). La batalla diplomática de Beijing y Taipei en América Latina y el Caribe. *Revista CIDOB d'afers Internacionals* 81, 209-231. 227p.

¹¹¹ Rodríguez, M. (Março de 2008). La batalla diplomática de Beijing y Taipei en América Latina y el Caribe. *Revista CIDOB d'afers Internacionals* 81, 209-231. 210p.

Os Estados centro-americanos, ao longo dos anos receberam muita assistência técnica e médica de Taiwan após desastres humanitários ou naturais que assolaram a região, que comumente foram ignorados pela comunidade internacional. A semelhanças com esta região, pela sua localização geográfica atrai altos riscos de vítimas de terremotos e inundação, tufões, motivo pelo qual a troca de assistência é muito mais próxima.

A maioria dos governos da região têm recebido propostas económicas de Pequim. El Salvador abriu um escritório comercial na China em 2013 e o Ministro da Economia da Guatemala viajou para as zonas de Livre Comércio e visitou Shanghai¹¹² a fim de avaliar a possibilidade de zonas semelhantes na Guatemala. Em 2014 o Panamá e RPC concordaram em criar zonas de processamento de comércio livre, permitindo que os produtos sejam fabricados, transformados e montados nestas áreas para entrar na RPC em condições especiais, a fim de promover altos volumes de exportação e a integração em cadeias de valor internacionais¹¹³.

Contudo, a região de Centro América está a tornar-se uma frente importante na luta pela influência política de poder e investimentos financeiros, bem como um cenário da luta pela disputa de reconhecimento de Estado da RPC e Taiwan.

A “diplomacia personalizada” é uma característica chave da política externa da China, que resulta com maior frequência em países de governo autoritário, continuam a ser frequentes as viagens de autoridades latino-americanas a Taiwan, de facto, quanto mais aumenta a perda de relações diplomáticas de Taiwan, mais frequentes têm sido a visitas de altos cargos taiwanês e latino-americanos aliados com programas que também incluem autoridades militares. Neste sentido, Taipei mantém estreitas relações com vários exércitos dos seus aliados diplomáticos na ALC, fazendo doações na área militar e policial.

¹¹² FLACSO. Morales , M., Zúñiga , E., & Gómez Valázquez , M. (2014). Panorama Político y económico de las relaciones entre América Latina y China.26p

¹¹³ Shortell, P. (27 de Agosto de 2014). *Growing Chinese Presence Challenges Taiwan's Influence*. Consultado em Junho de 2015, de Inter-American Dialogue. Disponível em: <http://chinaandlatinamerica.com/2014/08/27/growing-chinese-presence-challenges-taiwans-influence/>

A abordagem recente da China nas relações internacionais e o seu interesse no aliciamento com instituições multilaterais tem sido retratado como um compromisso com o *status quo*, substituindo um antigo ceticismo do multilateralismo. A China integrou-se na economia internacional e instituições internacionais, desempenhando um papel mais ativo e responsável em situações de crise.

Um dos principais resultados da visita do presidente Xi Jinping na América Latina após a Cimeira da BRICS foi a criação do Fórum China-CELAC, a 17 de Julho de 2014, com um financiamento inicial de US \$20.000 milhões¹¹⁴. Um fundo proposto pela China com o objeto de promover empreendimentos de infraestruturas necessárias na região da América Latina, somado com US\$ 10 bilhões¹¹⁵ em crédito através do Banco da China. O Fórum China-CELAC foi criado com o objetivo de promover relações no âmbito, político, económico, comercial, e de cooperação social e externa.

Durante o 1.º Fórum foi definida a cooperação nas áreas de comércio, investimento e indústria. Um dos documentos resultantes do Fórum estabeleceu a cooperação para os próximos cinco anos, nas áreas de segurança, comércio, investimento, infraestrutura, energia, indústria, agricultura, ciência e troca de tecnologia, cultura e educação¹¹⁶.

Desde o início do *Forum on China-Africa Cooperation* (FOCAC), a RPC esperava fazer algo semelhante na América Latina e Caraíbas. Essa oportunidade veio em Janeiro de 2014, na segunda reunião anual da Comunidade da América Latina e das Caraíbas (CELAC), em Havana - Cuba, onde os membros reunidos concordaram em criar um mecanismo para interagir coletivamente com a República Popular da China, com a primeira China-CELAC.

Ao estabelecer o fórum China-CELAC, a China teria a intenção de replicar as

¹¹⁴ *Foro China-CELAC*. (18 de Julho de 2014). Consultado em Agosto de 2015, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/>

¹¹⁵ *China cria fundo de US\$ 10 bilhões para cooperação com a América Latina*. (01 de Setembro de 2015). Consultado em 07 de Setembro de 2015, de Uol Noticias. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2015/09/01/china-cria-fundo-de-us-10-bilhoes-para-cooperacao-com-a-america-latina.htm>

¹¹⁶ *1º Fórum China-CELAC: grande encontro ou oportunidade perdida?* (s.d.). Consultado em Outubro de 2015, de Diálogo Chino. Disponível em: <http://dialogochino.net/1o-forum-china-celac-grande-encontro-ou-oportunidade-perdida/?lang=pt-pt>

lições do multilateralismo numa região que tem estado tradicionalmente fora do seu âmbito de influência, embora isso está a mudar, a influência da China na ALC tem vindo a crescer rapidamente, na sequência de um aprofundamento das relações comerciais e económicas com a região.

A seguinte imagem é uma publicidade sobre o Fórum CELAC 2014, na mesma pode apreciar-se os princípios, objetivos e antecedentes da CELAC, destacando como um fórum que apesar de recente tem consolidado com sucesso, como mencionado anteriormente recebe uma maior importância devido a sua vasta estrutura. Um exemplo disto, é que no último Foro China-CELAC realizado em Janeiro de 2015, onde foi traçado a “Agenda 2020”, foi assinado um acordo, que aborda os objetivos concretos a cumprir durante o quinquênio são: redução da pobreza extrema e a desigualdade; educação, ciência, tecnologia e inovação; meio ambiente e mudança climática; infraestrutura e conectividade; e financiamento para o desenvolvimento¹¹⁷.

Imagem 1. II Fórum CELAC -2014



Fonte: <https://laventanablog.wordpress.com>

¹¹⁷ “CELAC discute a “Agenda 2020” e projetos com a China”. (5 de Maio de 2015). Consultado em Março de 2016. Disponível em: <http://brasilnomundo.org.br/noticias/celac-discute-a-agenda-2020-incluindo-projetos-com-a-china/#.VwsKPTYrLUQ>

Contudo, observa-se, primeiramente, nas mencionadas relações multilaterais, que Pequim enfatiza a lógica de “win-win” (jogo de soma positiva) nas relações internacionais, contrariando a percepção de “jogo de soma negativa” típico da Guerra Fria. Em segundo, contrariamente ao intervencionismo norte-americano, a China acena com o princípio da não ingerência, em particular, nas regiões africanas e latino-americanas, seguindo a fórmula enunciada dos Princípios da Coexistência Pacífica.

Além disso, a RPC surge no plano internacional como um modelo de nação em desenvolvimento em que o processo é controlado a partir do topo do estado, evitando uma abertura abrupta aos mercados que tantos estragos causaram em países latino-americanos e do sudeste asiático que seguiram as receitas do “Consenso de Washington”¹¹⁸. Estas três faces da China atraem sobretudo os países em desenvolvimento, seguindo a diplomacia de “sul-sul”, que procura alternativas ao modelo de cooperação dos EUA e da Europa. Além do mais, a valorização do multilateralismo está mais em conformidade com a eloquência do jogo de soma positiva, consequente à emergência pacífica e mundo harmonioso.

Embora os detalhes do novo fórum China-CELAC ainda não estejam claros, é provável que a organização irá funcionar de modo semelhante ao do FOCAC, com uma atenção superficial em posições políticas comuns, enaltecendo o avanço de negócios chineses com a região por meio de fundos de empréstimos multilaterais, acordos-quadro em áreas como finanças, certificações fitossanitárias, e projetos de investimento, além da atenção política de alto nível para - e a bênção oficial de- projetos comerciais importantes.

Contudo, a CELAC é um fórum regional que reúne maior quantidade de países latino-americanos e caribenhos. A CELAC é a terceira potência económica a nível mundial, de acordo com o seu PIB, terceiro produtor mundial de energia e maior produtor mundial de alimentos¹¹⁹.

¹¹⁸ “Consenso de Washington”: é um conjunto de medidas - que se compõe de dez regras básicas - formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, fundamentadas num texto do economista John Williamson, do International Institute for Economic. Disponível em: <http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/consenso.html>

¹¹⁹ Mendez Norberto R. (s.d). “MERCOSUR-UNASUR-ALBA-CELAC: sellos de goma a realidades con peso propio?”. Consultado em Março de 2016, de el Grano. Disponível em: <http://elgranotro.com.ar/index.php/mercosur-unasur-alba-celac-sellos-de-goma-o-realidades-con-peso-propio/>.

A eloquência do multilateralismo da CELAC inclui as onze nações que reconhecem diplomaticamente a República da China, incluindo o Paraguai, todas as nações da América Central, exceto Costa Rica, e cerca de metade do Caribe. O projeto diplomático de Taiwan na região provavelmente estará estruturado para garantir que o comunicado que sai do fórum não inclui suporte para uma política de "Uma só China", com a finalidade de obter o reconhecimento da República Popular da China. Com efeito, a incorporação política, entre estes países e a RPC é através do fórum China-CELAC, reforçando os argumentos daqueles países para a aproximação com a RPC, contrapondo Taipé.

O impulso multilateral da China é essencial aos seus interesses nacionais. A febre multilateralista de Pequim ajuda a projetar a imagem de cidadão responsável e construtivo no sistema internacional que gera soluções de soma positiva. Assim, a RPC espera simultaneamente maximizar a sua esfera de influência e mitigar a percepção do país enquanto ameaça.

O surgimento da CELAC responde ao interesse dos países latino-americanos por alcançar convergências transversais sem a participação direta dos EUA, como é o caso com a OEA. Porém governantes de alguns países latino-americanos afirmam que tanto a CELAC como a OEA são mecanismos que se complementam e não se contrapõem.

Num mundo globalizado, o multilateralismo, é de facto, a chave para uma participação integral de todos os países no sistema de tomada de decisões dos assuntos internacionais, sendo uma garantia de legitimidade e democracia. No atual mundo globalizado, o conceito de multilateralismo complementa-se na interdependência crescente, de forma que o institucionalismo internacional corresponda aos objetivos comuns.

O principal documento aprovado foi o Plano de Cooperação 2015-2019, que abrange uma ampla gama de iniciativas. Um dos aspetos relevantes que resultou do Fórum foi que os países participantes consideram a possibilidade de realizar intercâmbios entre partidos políticos, governos locais e jovens chineses e latino-americanos. Nesse sentido, a China irá convidar 1000 líderes políticos dos países da CELAC para visitar aquele país nos próximos cinco anos. Todavia, a China oferecerá aos países membros da CELAC mais de 10 mil bolsas de estudos em diversas áreas num

período de 4 anos¹²⁰.

Existem outros sub-fóruns em áreas específicas como: Fórum de Ministros de Agricultura China-América Latina e Caraíbas, Fórum de Inovação Científica e Tecnológica, Cimeira Empresarial, Fórum de Intercâmbio de *Think Tanks*, Foro de Políticos e Jovens de China.

A Diplomacia Militar

No âmbito militar, a cooperação entre China e ALC têm crescido nos últimos anos. De forma geral, o objetivo da presença chinesa na latino-América é proteger e promover o surgimento da China como ator inserido na região. O envolvimento militar chinês na América Latina está dividido em quatro¹²¹ principais objetivos. Primeiro é desenvolver a boa vontade, o entendimento e a influência política, já que para a RPC o envolvimento militar é uma ferramenta para desenvolver a influência num país, com o fim de aumentar suas possibilidades do regime não se oponha à entrada de produtos chineses nem ajam contra seus investimentos. Segundo, criar ferramentas para proteger os interesses da RPC na região. Isto devido ao crescimento das empresas chinesas na região e à expansão do número de empresários chineses na região, existindo um aumento da insegurança, visível pelos sequestros, pela extorsão, violência, etc. Por outro lado a diferença cultural e o descontentamento local tem fomentado tensões da população. Em terceiro lugar, a própria venda de produtos chineses contribuem para manter a base industrial de defesa da RPC e ajuda a melhorar a capacidade técnica em apoio as metas de defesa nacional. Por último, o posicionamento estratégico na região, já que os vínculos militares com América Latina brindam-lhe benefícios geograficamente específicos, que permitem criar estratégias de inteligência.

¹²⁰ Grupo Celac-China decide ampliar investimentos mútuos a US\$ 250 bilhões em dez anos. (12 de Janeiro de 2015). Consultado em 15 de Agosto de 2015, de Blog Planalto. Disponível em: <http://blog.planalto.gov.br/grupo-celac-china-decide-ampliar-investimentos-mutuos-a-us-250-bilhoes-em-dez-anos/>

¹²¹ Ellis, D. (s.f.). China- Involucramiento Militar en América Latina . Air & space Power. 44p

Nas manifestações do envolvimento militar na América Latina salienta-se quatro elementos significativos¹²². O primeiro, está relacionado com a venda e doações de equipamentos militares e armamentos com o propósito de gerar independência. O segundo, tem a ver com a cooperação em áreas estratégicas e transferências de tecnologia e inteligência. O terceiro, são intercâmbios militares: visitas oficiais de autoridades castrenses, intercâmbios de estudantes para aperfeiçoamento no estudo e visitas de unidades navais. O quarto, com a presença física das forças do Exército de Libertação Popular (ELP) na região.

David Shambaugh¹²³ refere, como parte da estratégia chinesa a China está a tornar-se um grande vendedor de armas no exterior, ocupando o quarto lugar a nível internacional em 2010, de acordo com o Instituto Internacional de Estocolmo de Pesquisa da Paz¹²⁴. O primeiro acontecimento importante na venda de armamento militar para a China foi em 2008 quando a Venezuela comprou um total de 18 aviões K-8¹²⁵. Dois anos antes, Venezuela já havia adquirido radares comprados de uma empresa chinesa, e nos finais de 2008 os chineses também instalaram um centro de comando e controlo para os radares venezuelanos com uma base militar perto de Caracas¹²⁶. Em 2012, a Venezuela pediu oito helicópteros Chineses Z-9C/D¹²⁷.

Uma vantagem final de alternativa chinesa é o preço baixo. A maioria dos sistemas de armas chineses é pelo menos duas vezes mais barato que os da concorrência. Além dos sistemas de baixo custo, a China oferece condições de pagamento flexíveis de generosos¹²⁸.

Em 2009, o Equador negociou um acordo com a RPC para os radares, fabricados pela China Electronics Technology Corporation (CETC), para serem instalados na fronteira norte com a Colômbia para uma avaliação. Embora não tenha obtido grandes resultados, em 2010, o governo equatoriano anunciou que iria

¹²² Ellis, D. (s.d). China- Involucramiento Militar en América Latina . Air & space Power.45p.

¹²³ International, R. (2010). *Handbook of China's International Relations* (1º ed.). (S. Breslin, Ed.) Taylos & Francis .

¹²⁴ Rodríguez, M, E. “China en América Latina”. (s.d.). p, 175- 192. 187p.

¹²⁵ “Venezuela’s Chavez to buy Chinese K-8 planes (Chávez de Venezuela comprará aviones chinos K-8)”. Reuters. <http://www.reuters.com>. Mayo 11, 2008.

¹²⁶ “Consideran comprar radares de baja cota”. El Universal. Caracas, Venezuela. <http://www.el-universal.com> . Junio 6, 2009

¹²⁷ “Venezuela evaluates Chinese air package,” Jane’s Defence Weekly, 10 de outubro de 2001.

¹²⁸ Horta, L. (2009). “A influência Militar da China na América Latina”. Center for International Security Studies. Austrália.38p

prosseguir com a compra de quatro radares adicionais a um custo de \$S 80 milhões¹²⁹. O Equador comprou artilharia antiaérea, metralhadoras pesadas e pontes militares da China, e a Guiana comprou uma única aeronave Y-12 para sua pequena força aérea e barcos de patrulha para reforçar os seus modestos meios navais¹³⁰. Finalmente, a RPC também doou camiões militares e ambulâncias e outros produtos não letais a Equador. Durante a visita do general Varela à RPC em 2010, China mencionou que tinha intenção de dobrar tais doações¹³¹.

Bolívia também adquiriu armamentos militares da RPC, comprando 6 aviões K-8 que foram ensamblados em Bolívia. Em 2007, este país anunciou o arrendamento de aviões militares de carga de passageiros MA-60 da RPC, como parte de um acordos que incluía a aquisição de aviões de transporte militar da Venezuela¹³². Os aviões militares chineses MA-60 foram pagos com um empréstimo de \$38,3 milhões da RPC. Em 2012, Bolívia comprou helicópteros de transporte chinês para uso da empresa de petróleo estatal boliviana YPBF por um valor de \$300 milhões¹³³.

O Fórum de Alto Nível de Defesa de China e América Latina foi criado em Novembro de 2012 com a presença de líderes militares de seis países latino-americanos¹³⁴. Além das armas, os militares chineses tem desenvolvido sua relação com ALC mediante visitas, treino e educação militar profissional. A China forneceu itens militares “não letais” a outros países latino-americanos. As forças armadas de Guiana e outras nações das Caraíbas já receberam uniformes, barracas, cozinhas de campanha, veículos e equipamentos de engenharia¹³⁵.

A China possui militares estreitas com Cuba e uma base militar em Bejucal, perto da Havana. No caso particular de Cuba, esta conta com a maior assistência

¹²⁹ “Ecuador instalará cuatro radares en la frontera con Colombia este año” (16 de Agosto de 2010). El Universal. Caracas, Venezuela. Disponível em: <http://www.el-universal.com>.

¹³⁰ Horta, L. (2009). *“A influência Militar da China na América Latina”*. Center for International Security Studies. Austrália. 36p

¹³¹ “China Duplicará Colaboración Militar Con Ecuador, Según Fuerzas Armadas Del Vecino País”. El Tiempo. Bogotá, Colombia. <http://www.eltiempo.com>. Febrero 15, 2010.

¹³² “El gobierno decide potenciar la fuerza aérea”. La Razón. La Paz. Bolivia. <http://www.la-razon.com>. Febrero 19, 2007.

¹³³ “China Duplicará Colaboración Militar Co Ecuador, Según Fuerzas Armadas Del Vecino País”. El Tiempo. Bogotá, Colombia. <http://www.eltiempo.com>. Febrero 15, 2010.

¹³⁴ “China a América Latina fortalecerá relaciones militares” (21 de Novembro de 2011), Embaixada da RPC no Brasil, Disponível em <http://tinyurl.com/kh57xjc>

¹³⁵ Horta, L. (Janeiro-Fevereiro de 2009). A influência Militar da China na América Latina . *Military Review*, 30-40.

chinesa nas suas forças militares e condições generosas. Para além disso, ajudou Cuba a atualizar o seu sistema de defesa aérea, fornecendo equipamentos de comunicação mais avançados, aprimorando o seu centro de integração e controle central e auxiliando com manutenção e peças sobressalentes. Em contrapartida, Cuba permite que a China utilize suas instalações de telecomunicações¹³⁶, após o abandono da base dos russos, em 2001. A base pode interceptar telefonemas e transmissões de Fax civis originais e destinados aos Estados Unidos de América¹³⁷.

A parceria militar da China com os membros da coligação com a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) levanta uma série de preocupações. Primeiro, a China não faz distinção entre os seus clientes. O principal objetivo da China é estabelecer uma base comercial na região. Portanto, armas militares vendidos para alguns países da América Latina podem acabar em mãos erradas. Venezuela é um bom exemplo. A preocupação é que a Venezuela teve um relacionamento próximo com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo (FARC-EP ou FARC) traficante de droga, bem como uma parceria estratégica com a Rússia, o Irão e Hezbollah¹³⁸.

Além disso, como apontado por Evan Ellis no seu artigo "The United States, Latin America and China: A "Triangular Relationship"?"¹³⁹, o facto de a China de vender armas de baixo custo para países como a Venezuela tem minado a capacidade dos EUA para trabalhar com seus aliados a impor o controle de armas e compra e venda em determinada regimes.

Embora as transações de armas mais importantes entre a RPC e América Latina ocorrem com os países do bloco da ALBA, também ocorreram algumas vendas importantes em outros países da região da ALC. Peru, por exemplo, comprou itens militares não letais, em 2007 e assinou acordos de defesa com a China para que os

¹³⁶ <https://chinaperspectives.revues.org/3053>

¹³⁷ SANTOLI, Albert. "China's Strategic Reach into Latin America," testimony before the U.S.-China Economic and Security Review Commission, Washington, D.C., 21-22 de julho de 2005, disponível em: www.uscc.gov/hearings/2005hearings/written_testimonies/05_07_21_22wrts/santoli_albert_wrts.htm. Consulte também RATLIFF, William, "Mirroring Taiwan: Cuba and China," The China Brief, Vol. 6 Edição 10, Maio de 2006.

¹³⁸ Ellis, E. (s.d.). Intensificación de las Relaciones de China con América Latina y el Caribe. *Air & Space* 9-24.

¹³⁹ Ellis, R. E. (MAY de 2012). *The United States, Latin America and China: A Triangular Relationship?*. Consultado em Dez de 2015, de Inter-American Dialogue. Disponível em: <http://www10.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2012/10211.pdf>

mesmos possam participar mais diretamente no sistema peruano de aquisição militares¹⁴⁰.

A Colômbia, apesar de se ter mantido inativa na compra de armamento devido à estreita relação de defesa e segurança com os Estados Unidos, os militares colombianos receberam aproximadamente \$1 milhão por ano de equipamento não letal, em novembro de 2010, e lograram aprofundar essa relação através da assinatura de um acordo de cooperação e defesa, assinado no ano seguinte, aumentando a doação para \$1,5 milhões¹⁴¹.

A China também estabeleceu um acordo de cooperação para o aperfeiçoamento dos membros de porta-aviões com o Brasil. Porém, no caso do Brasil que tem uma indústria de defesa bem desenvolvida, não há compras significativas de equipamentos militares chineses. Mas, existe uma possibilidade de coprodução Sino-brasileira de estes itens, tendo o tema sido tratado durante uma reunião em 2010 com o Ministro de Defesa da China Liang Guanglie e Nelson Jobim¹⁴².

A transferência de tecnologia militar na Argentina é bastante acentuada. Em Outubro de 2011, anunciou-se o acordo com a China National Aero-Technology Import & Export Corporation para produzir helicóptero ultraleve¹⁴³. Embora o Brasil não tenha um acordo específico com a China sobre transferência de tecnologia militar, os dois países lançaram três satélites de recursos terrestres para beneficiar as nações que não tem os seus próprios satélites, e para monitorizar recursos naturais, zonas agrícolas e envolvimento urbano¹⁴⁴.

A China ensina oficiais de todos os níveis de comando e de todas as forças singulares. Na Escola de Comando de Estado-Maior da Marinha do ELP, os oficiais subalternos e superiores da AL participam em cursos de diversos níveis, sendo um dos mais importante a aprendizagem dos escalões superiores das forças militares da

¹⁴⁰ "Perú y China firman un convenio de cooperación por 800 mil dólares". (11 de Novembro de 2007). Consultado em Janeiro de 2015, de El Comercio. Lima, Perú. Disponível em: <http://www.elcomercio.com.pe>.

¹⁴¹ "China dona US\$1 millón a Colombia para armamentos". (6 de Setembro de 2010) Consultado em Abril de 2015, de ABC., Paraguay. Disponível em: <http://www.abc.com.py>

¹⁴² "Brazil seeks closer defense relationship with China: defense minister (Brasil busca relaciones de defensa más estrechas con China: Ministro de Defensa)". (30 de Setembro de 2010). Consultado em Janeiro de 2015, de People's Daily Online. China. Disponível em: <http://english.people.com>.

¹⁴³ Marcella, G. (20012). "China's Military Activity in Latin América". Consultado em 2015, de Quartely Americas. Disponível em: <http://americasquarterly.org/Marcella>

¹⁴⁴ "Brasil e China Fara Mais Quatro satélites," *Valor Económico*, 2 de setembro de 2011.

América Latina na importante Universidade Defesa Nacional (UDN) em Pequim. O ELP já enviou oficiais para cursos no Brasil, no Chile, na Argentina, na Venezuela, em Cuba e no México. Além de convidar oficiais latino-americanos para estudarem em escolas do ELP, as forças militares chinesas oferecem bolsas para as universidades civis mais reconhecidas da China.

Em 2008, quando a RPC publicou o seu primeiro documento de política oficial sobre a América Latina anunciou que pretendia reforçar *"visitas mútuas de defesa e oficiais militares dos dois lados, bem como intercâmbio de pessoal"*, e para aprofundar intercâmbio de profissionais em treino militar, treino de pessoal na manutenção da paz¹⁴⁵.

As visitas oficiais e outros intercâmbios tornaram-se um aspeto importante nas relações de defesa sino-latinas, na medida em que Pequim intensificou a sua diplomacia de defesa com o hemisfério sul. Quase todos os chefes das forças de defesa e ministros de defesa da ALC já visitaram a China. No período de 2001-2010, foram feitas 155 visitas entre autoridades militares de China e 11 países da América Latina: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Peru, Uruguai e Venezuela (cf. Tabela IV)¹⁴⁶.

Tabela IV. Número de intercâmbio militar entre China e ALC

Intercâmbios de visitas China- ALC (Período de 2001-2010)	
Países	Número
Argentina	17
Bolívia	9
Brasil	21
Chile	25
Colômbia	7
Cuba	19
Equador	12
México	13
Peru	10
Uruguai	10
Venezuela	12

Fonte: Elaboração própria a partir da FLACSO 2014

¹⁴⁵ "Texto Integral del Documento sobre la Política de China hacia América Latina". (05 de Novembro de 2008). Consultado em Abril de 2015, de Pueblo en Linea. Disponível em: <http://spanish.peopledaily.com.cn/31621/6527840.html>

¹⁴⁶ FLACSO. (2014). *Latin America, the Caribbean and China: sub-regional strategic scenarios* (1st ed.). (A. Bonilla Soria, P. Milet García, Edits., & S. Roraff, Trad.) San José, C.R.: Ingenium Studio 192p

Como se pode observar na Tabela IV, os países andinos não têm muita participação no intercâmbio de visitas, quando comparado com a participação de esta região na compra de armamento e equipamento Chinês. Verifica-se que as visitas e intercâmbios militares são de maior número com os países da região latino-americana que possuem maior desenvolvimento militar.

A colaboração chinesa com os militares latino-americanos em educação e adestramento está a crescer com rapidez com programas de nível tático. Em 2010 houve um acordo de intercâmbios sino-colombianos¹⁴⁷, no mesmo ano, durante uma reunião no Brasil, foi discutido a ampliação da cooperação sino-brasileira na área de adestramento básico, além de desenvolver relações pessoais e de inteligência¹⁴⁸, que simultaneamente servem de ajuda para a RPC desenvolver a sua capacidade militar.

Todavia, existe as visitas de liderança entre as instituições, como o Instituto de Estudos e Defesa da Universidade de Defesa Nacional em Pequim que organiza cursos estratégicos para oficiais militares de cada país da ALC com os que a RPC mantém relações diplomáticas¹⁴⁹. A educação e o treino militar são importantes para a RPC com as vendas de armas, permite que o ELP desenvolva relações pessoais com líderes atuais e futuros das forças armadas de América Latina, melhorando o conhecimento de como funcionam os militares latino-americanos e instituições dentro da sociedade da América Latina.

O governo chinês quer expandir o “intercâmbio de profissionais em treino militar, de pessoal e manutenção da paz”¹⁵⁰. De acordo com David Shambaugh¹⁵¹, a contribuição para operações de paz é parte da segurança global da China. Na verdade, a China agora classifica-se como o maior contribuinte nacional de pessoal para operações de paz, e é o primeiro entre os membros permanentes no Conselho Segurança das Nações Unidas (ONU).

¹⁴⁷ “China dona US\$1 millón a Colombia para armamentos”. (6 de Setembro de 2010) Consultado em Abril de 2015, de ABC., Paraguay. Disponível em: <http://www.abc.com.py>

¹⁴⁸ “Brazil seeks closer defense relationship with China: defense minister (Brasil busca relaciones de defensa más estrechas con China: Ministro de Defensa)”. (30 de Setembro de 2010). Consultado em Janeiro de 2015, de People’s Daily Online. China. Disponível em: <http://english.people.com>

¹⁴⁹ Horta, L. (Janeiro-Fevereiro de 2009). A influência Militar da China na América Latina. *Military Review*, 30-40. 31p.

¹⁵⁰ International, R. (2010). *Handbook of China's International Relations* (1ª ed.). (S. Breslin, Ed.) Taylos & Francis.

¹⁵¹ Shambaugh, D. (2002) ‘China’s International Relations Think Tanks: Evolving Structure and Process’, *The China Quarterly*.

Quanto à participação na manutenção da paz, a presença chinesa em território latino-americano pode ser entendido como um esforço por parte da política externa chinesa orientada a despertar uma imagem de prudência, minimizando que a sua ação seja percebida como uma intervenção, mas sim como um vínculo de cooperação.

A RPC têm tido uma presença militar pequena e periódica na América Latina, incluindo a participação na força da paz em Haiti desde 2004 até Setembro de 2012. A Polícia Militar do Exército de Libertação da China serviu como parte da força de pacificação das Nações Unidas (MINUSTAH) que foi para Haiti¹⁵². Em Novembro de 2012, 39 militares chineses participaram junto com 50 peruanos no exército humanitário “*Angel de La Paz*”, com o fim de realizar serviços médicos para a população local¹⁵³.

Entre Setembro e Novembro de 2011, o “barco hospital” posto em serviço da China, chamado “*Peace Arc*” fez sua primeira visita no hemisfério Ocidental, fazendo escala em Cuba, Jamaica, Trindade e Tobago e Costa Rica¹⁵⁴. Salientando na ação o *smart power*, sendo que a RPC demonstrou sua vontade de seguir o exemplo dos Estados Unidos na região, no uso de recursos militares como ferramenta de diplomacia humanitária.

Além da presença da China em Operações de Manutenção da Paz da ONU, também está envolvida ativamente no que eles chamaram de “diplomacia militar”. Como parte de sua diplomacia militar, a China também mantém diálogos de defesa ou diálogos estratégicos com 26 países ao redor do mundo. Alguns desses países são os principais intervenientes e parceiros estratégicos na América Latina, incluindo o Brasil e o México¹⁵⁵.

No aspeto militar existe uma palição de influência com o poder duro chinês, uma forma mais simples de avaliar é mediante à análise do Livro Branco da política externa chinesa para América Latina e Caraíbas, numa análise do documento da sua

¹⁵² Ellis, D. (s.d). China- Involucramiento Militar en América Latina. Air & space Power.46p.

¹⁵³ “Operación Conjunta China-Perú de Rescate Medico Humanitario ‘Ángel de la Paz’”. Máquina de Combate. <http://maquina-de-combate.com/blog/archives/10429>. Noviembre 24, 2010.

¹⁵⁴ Ellis, E. (2013). *The Strategic Dimension of Chinese Engagement with Latin America* (1º ed.). (W. J.Perry, Ed.) Washington,DC: Center for Hemispheric Defense Studies. 97p.

¹⁵⁵ International, R. (2010). *Handbook of China's International Relations* (1º ed.). (S. Breslin, Ed.) Taylos & Francis.

política externa para ALC realizada pelo autor Fernando Lamus¹⁵⁶, pode verificar-se que a China exalta a importância do papel da China perante uma possível crise económica mundial, faz ênfase às relações pacíficas e que a política de defesa nacional têm um carácter defensivo, mas deixa claro que a China acudirá à força caso vise afetada a sua soberania nacional integridade territorial e seus interesses no desenvolvimento nacional, porém, realça também que a China não pretende a hegemonia da sua política militar expansiva mesmo que ela venha a ser mais desenvolvida.

Nesse sentido, a China dá a entender no seu documento para a política com a ALC, que embora seja um país pacífico que defende a paz e o diálogo, se o mesmo se sentir ameaçado na sua soberania, poderá fazer empregar os seus recursos do poder duro incorporados na região latino-americana, assim, no intuito de resguardar o seu *status quo* no sistema internacional, pode ser entendido também como uma estratégia de securitização da política externa chinesa.

Todavia, a dimensão militar com ênfase a cooperação tecnológica aeronáutica, satélites e de telecomunicações nas operações da paz que permitem a China levantar outras aristas de *soft power* dentro de uma capacidade clássica de *hard power*, é o resultado de uma maior presença física da China na ALC, logo o *soft power* se complementa com o *hard power*, emergindo uma configuração de poder inteligente, capaz de utilizar estrategicamente ambas capacidades, podendo também ser chamado como o pragmatismo da política externa chinesa¹⁵⁷.

Não foge do presente, o recurso militar como um instrumento de poder, para Nye, Joseph¹⁵⁸; *“O poder de dissuasão alargado depende de uma combinação de capacidade e de equilíbrio militar”*¹⁵⁹. A proteção pode garantir tanto poder duro como o poder suave ao estado que providencia a proteção, a relação de aliança e manutenção da paz na região da ALC, destaca os recursos do *hard power* chinês, todavia desenvolve uma rede de laços pessoais e um clima de atração na região.

É importante salientar que o facto de distinguir o poder inteligente chinês no ascenso da sua influência na América Latina, não significa que o poder inteligente seja

¹⁵⁶ Lamus, V, Fernando. (2012). *“Smart power y la política exterior de la República Popular de China hacia América Latina e Caribe”*. Santiago, Chile. Pp. 33-51

¹⁵⁷ Rodríguez Aranda, I., & Leiva Van de Maele, D. (2013). El soft power en la política exterior de China: consecuencias para América Latina. (Polis, Ed.) *Revista Latinoamericana*, 12 (35), 497-517.

¹⁵⁸ Joseph S. Nye, Jr. (2012). O Futuro do Poder. Circuito Leitores.

empregue pela China no carácter ofensivo, mas sim que se identificam o poder inteligente chinês como uma estratégia aplicando uma combinação inteligente dos seus recursos de poder duro e poder brando, destacando que a China enfatiza sua presença de carácter defensivo na região. E, como mencionado anteriormente, a dinâmica de uso do poder chinês na região latino-americana têm por objeto manter o “*status quo*” da China, na sua posição de estado em transição de poder no sistema internacional.

Outro aspeto que limita a difusão do *soft power* da China é que embora na sua política externa apresente uma imagem de “igualdade mútua” e coexistência pacífica, a política interna ainda prevalece na sua imagem externa para alguns países. Nye, Joseph, exemplifica esta questão a dizer: “ *Um inquérito Pew em dezasseis países de todo o mundo encontrou uma atitude positiva para com a ascensão económica da China, mas não quanto à sua ascensão militar, se a China for vista, acima de tudo. Como parceiro económico, essa pessoa apresenta uma probabilidade de aprovar a ascensão da China e ser pró-EUA. Em contraste, se um indivíduo vir a China como sendo uma potência militar em ascensão, nesse caso, os seus sentimentos pró-americanos refletem, com frequência, um antagonismo em relação à ascensão chinesa*” ¹⁶⁰.

O mesmo pensamento pode ser implementado na ALC, onde os governos exercem um pensamento maiormente antiamericano, devido a que estiveram habituados a viver durante muito tempo no domínio deste, como um império e que foi como resultado políticas “Norte-Sul”, consequentemente a ALC viu o interesse da China na região como uma oportunidade para adquirir menos dependência dos EUA. Assim, o comércio com a China foi seduzida pela região com a expectativa de adquirir menos dependência e exploração dos anteriores impérios, atraídos com a esperança de comércio “win-win”, porém, embora exista uma grande quantidade de governos de esquerda na região da ALC, existem também países com fortes laços militares com EUA e com forte presença norte-americana na região adiciona-se ainda que é a maior potencia militar do mundo. Assim, o facto de ser pouco provável que a China venha tornar-se um adversário a pé de igualdade com os Estados Unidos nesta região, cria uma situação de declínio ou “respeito” latino-americana, sendo nestes aspetos

¹⁶⁰ Joseph S. Nye, Jr. (2012). *O Futuro do Poder*. Circuito Leitores. p 209.

mencionados o *soft power* dos EUA difundido na região, ainda se encontra muito latente.

3.2 Relações Comerciais

3.2.1. Visão geral

Antes de um desenvolvimento, é importante apontar qual é a relevância de América Latina para as transações comerciais da China e vice-versa. A população da China corresponde a 22% da população mundial, mas o país só dispõe de 7% de terra cultivável e 6% da reserva hídricas do mundo¹⁶¹.

Acrescenta-se que a China está a experimentar mudanças nos seus hábitos de consumo alimentício devido ao processo de urbanização e consolidação e perspectivas de crescimento da sua classe média. Por sua vez, a colossal demanda chinesa destes produtos não poderá ser satisfeita unicamente pela produção interna, devido aos limitados recursos acima referidos¹⁶². Neste sentido, a perspectiva de crescimento chinês requerem ser abordadas com políticas proactivas e desenvolvimento produtivo nestes sectores mediante políticas transversais. Em resposta, ALC encontra-se bem posicionada para responder às mudanças de orientação e consumo da China.

O fluxo financeiro entre China e ALC vem experimentando um crescimento sem precedentes durante a última década, concentrando-se nos sectores de energia, infraestrutura e minério. A força motriz por trás da expansão dos laços económicos de entre a China e a América Latina é a demanda chinesa por minérios, energia e *commodities* agrícolas. Em troca de suas exportações em matérias-primas, a América Latina importa uma variedade de bens chineses manufaturados. Além disso, o rápido aumento dos laços comerciais, em escala e em velocidade e, em menor extensão, do investimento, é de origem relativamente recente, desenvolvido apenas nos anos mais recentes da década de 2000.

A demanda da China por produtos da América Latina teve um papel muito importante durante a crise financeira internacional. À diferença das crises anteriores,

¹⁶¹ CEPAL. (2015). *Panorama da Inserção Internacional da América Latina*. CEPAL, México. 14p

¹⁶² OCDE/CEPAL/CAF. (2015), *Perspectivas económicas de América Latina 2016: Hacia una nueva asociación con China*, OECD Publishing. 28p.

as economias de América Latina estavam numa posição forte quando a recessão arremeteu, com fundamentos macroeconómicos sólidos (deficits fiscais e baixas contas correntes e um maior grado de flexibilidade do tipo de câmbio, baixos níveis de dívida externa de curto prazo e altos níveis de reservas internacionais).

Existem diversos padrões¹⁶³ de desenvolvimento no comércio entre China e América Latina. Primeiro, alguns países que são “lotaria de *commodities*”, ou seja, são privilegiados contando com uma abundante oferta de certos produtos primários que a China necessita. Segundo, existem países que têm uma forte relação de dependência comercial com os EUA, especificamente aqueles cuja especialização de comércio leva a uma competência com a China no mercado estado-unidense. Terceiro, o grau de diversificação da produção industrial interna. Quanto mais complexo o parque industrial maior é a pressão competitiva chinesa sobre o conjunto de sistema produtivo com a implantação do sistema industrial chinês, países da ALC que adotaram um modelo de industrialização intensivo tendem a ser mais prejudicados.

O retrato que emerge da relação comercial da China com a América Latina pode ser capturado por três pontos principais. Primeiro, os laços comerciais e de investimento entre a China e a América Latina cresceram rapidamente desde apenas o início do novo milénio. Segundo, a expansão de laços económicos entre a China e a América Latina conferiu à China um papel de crescente proeminência como fonte de demanda para as exportações latino-americanas. Finalmente, os laços comerciais e de investimento entre a China e a América Latina são baseados na demanda chinesa por um conjunto relativamente limitado de recursos naturais, de um número relativamente pequeno de países, geralmente, sul-americanos.

¹⁶³ Bingwen, Z., Hungbo, S., & Yunxia, Y. (2012). *China en América Latina: Reflexiones sobre las relaciones transpacíficas* (Primeira ed.). (B. Creutzfeldt, Ed.) Bogotá: Printed in Colômbia. 214p.

Tabela V. Posição dos países segundo os fatores que condicionam os impactos da ascensão chinesa

	Loteria das <i>Commodities</i>	Dependência Comercial: Estados Unidos com Exportações Concorrentes às Chinesas	Grau de Diversificação Industrial	Padrões de Relação Comercial com a China
Argentina	+	+	-	B
Brasil	+	+ -	-	B
Chile	+	+	+	A
Colômbia	+ -	+ -	+ -	D e C
Equador	+ -	+ -	+	D
México	-	-	+ -	C
Peru	+	+ -	+ -	A
Uruguai	+ -	+	+ -	D

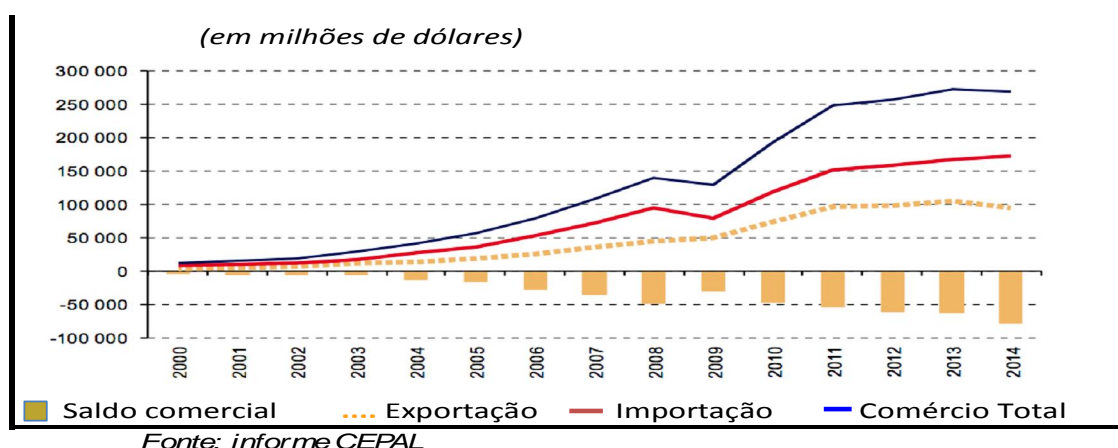
Fonte: RedLat, Estudos Nacionais.

Obs.: - tende a ser prejudicado em virtude deste fator pela ascensão chinesa; + tende a ser favorecido ou não é prejudicado em virtude deste fator pela ascensão chinesa; para + - a ascensão chinesa é indiferente ou conduz a resultados contraditórios.

Neste contexto, enquanto Chile e Peru pertencem ao **padrão A** do comércio, sendo os maiores beneficiados pela lotaria de *commodities*, Brasil e Argentina pertencem ao **padrão B** de “Economias Industriais sem TLC e Exportadores de *Commodities*”. México pertence ao **padrão C** de “Economias exportadoras de Produtos Industriais que possuem TLC com EUA”. Entre os países que oscilam no **padrão C e D** encontra-se por exemplo a Colômbia que é exportador de *commodities*, e ainda (meio prazo) não tenha sido deslocada pela China, tende a uma estrutura industrial possa vir a ser deslocado pela China no mercado interno. Finalmente, no **padrão D**, está o Equador e o Uruguai, economias pequenas de países exportadores de *commodities* que ainda não têm sido beneficiados pela ascensão chinesa, em termos de base industrial¹⁶⁴ (cf. Tabela V).

¹⁶⁴ Bingwen, Z., Hungbo, S., & Yunxia, Y. (2012). *China en América Latina: Reflexiones sobre las relaciones transpacíficas* (Primeira ed.). (B. Creutzfeldt, Ed.) Bogotá: Printed in Colômbia. 215-220p.

Gráfico I. A América Latina e Caraíbas: Comércio de Bens com a China, 2000-14



Segundo os dados do documento lançado pela CEPAL em 2015¹⁶⁵ (cf. Gráfico 1) entre o ano 2000 e 2014 houve uma queda das exportações regionais à China em 2014, resultante da redução da demanda de matérias-primas de este país. De facto, 2014 foi o primeiro ano da queda das exportações de América Latina e Caraíbas para a China dentro do presente século, sendo que as mesmas tinham registado aumento inclusive no ano 2009 e 2013.

Por outro lado, entre 2000 e 2014 a participação da China nas exportações regionais passou de 1% a 9% (em 2013 foi 10%), enquanto a participação nas importações passou de pouco mais de 2% a 16%. De esta forma, China passa a ser o segundo parceiro comercial da América Latina, depois dos EUA¹⁶⁶.

As exportações a China registaram quedas em 13 dos 16 países em que se obtêm informação, o que representa quase 94% dos envios totais da região para a China¹⁶⁷. Com efeito, o menor dinamismo que tem vindo a exibir a económica Chinesa desde 2012 tem repercutido numa menor demanda de matérias-primas que compõe o grosso do cesto de exportador regional a este país.

O Brasil e a Argentina são semelhantes no sentido de serem países favorecidos pela exportação de *commodities*. Porém, o nível de diversificação produtiva faz que sofram uma forte pressão competitiva com a China em sectores

¹⁶⁵ CEPAL. (2015). "América Latina y el Caribe y China: hacia una nueva era de cooperación económica

¹⁶⁶ *Ibid.* 37p.

¹⁶⁷ Informação da Comissão Económica da América Latina e Caraíbas (CEPAL) lançado em 2015, sob a base de fontes oficiais de 16 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

industriais de maior valor agregado, que cumprem um papel importante para ativar o crescimento económicos de estes países. Todavia, China ocasiona um desvio do comércio intrarregional, comprometendo as possibilidades de complementação produtiva.

O Chile e o Peru encontram-se numa situação semelhante por serem favorecidos pela exportação de *commodities*, exportando o que China necessita. Dependem do mercado estado-unidense, mas não competem com a China dentro de este mercado como é o caso de México. Finalmente, possuem um baixo nível de diversificação industrial. Ditas características justificam porque estes países foram os únicos da região que assinaram acordos de Livre comércio com China.

A - Comércio Agrícola

Numa primeira fase, a América Latina e a China protagonizaram uma etapa do comércio que favoreceu aos exportadores de matérias-primas na região latino-americana tanto no sector da indústria (manufatura) como em *commodities* (matéria-prima). Como resultado, os países latino-americanos com abundância de recursos naturais intensificaram sua especialização comercial em ditos produtos, um fenómeno reconhecido como reprimarização das exportações.

Presentemente, a América Latina exporta para a China uma grande quantidade de produtos primários como vegetais, metais, minerais entre outros. Com efeito, satisfaz plenamente a demanda China para produtos intermédios, como pasta de madeira, matérias-primas químicas, matérias-primas têxteis, óleo vegetal, gordura animal etc.¹⁶⁸. A América Latina é igualmente um provedor potencial importante de importação de algumas matérias-primas industriais para a China. Até 2008, a percentagem latino-americana constitui menos de 1/3 na importação de esses produtos de China, enquanto na oferta mundial ultrapassa 1/3¹⁶⁹.

A região latino-americana exhibe um vasto e crescente *superavit* com a China no comércio agrícola, sendo que a exportação agrícola cresceu o 28% anualmente

¹⁶⁸ RED ALC- China (2013). *América Latina y El Caribe - China Relaciones Políticas e Internacionales*. México. 71p

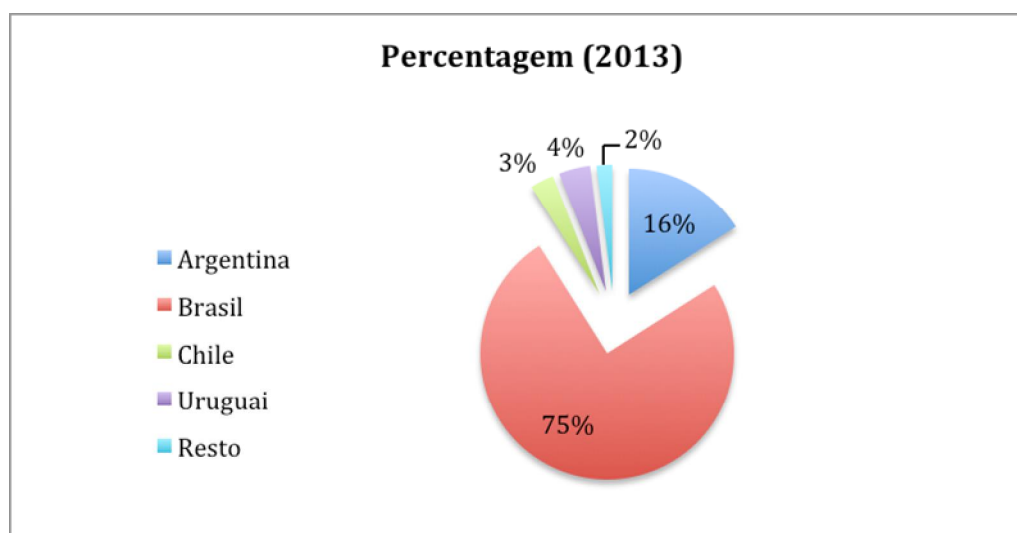
¹⁶⁹ Bingwen, Z., Hungbo, S., & Yunxia, Y. (2012). *China en América Latina: Reflexiones sobre las relaciones transpacíficas* (Primeira ed.). (B. Creutzfeldt, Ed.) Bogotá: Printed in Colômbia. 72p.

desde 2000 alcançando os \$28 milhões a importação cresceu 15% alcançando \$1500 milhões¹⁷⁰.

Em contraste, as economias de Sul América mostram uma balança comercial bastante equilibrada nos últimos dez anos. A China converteu-se numa das principais fontes de importações do México e a América Central, durante a presente década, ALC tem registado um *deficit* comercial com China devido, principalmente ao crescente saldo negativo que sustêm o México e a América Central com o país asiático.

As exportações de ALC para China caracterizam-se por um padrão exportador mais concentrado, onde a exportação de matérias-primas representa comumente, em média, 60% das exportações totais¹⁷¹, segue-se a manufatura baseada em recursos naturais, com produtos minerais processados e em menor medida os produtos agroindustriais. Existe um forte dinamismo das exportações agrícolas para a China e forte concentração por origem e por produtos, limitando os benefícios na região latino-americana.

Gráfico II – Exportação agrícola da ALC para China



Fonte: Elaboração própria a partir do informa de CEPAL 2015.

Na concentração por países, o Brasil já representa o 75% das exportações, somando com Argentina, o Uruguai e o Chile a participação conjunta, aproximando-se

¹⁷⁰ CEPAL. (2015). *“América Latina y el Caribe y China: hacia una nueva era de cooperación económica”*. 53p.

¹⁷¹ CEPAL. (2015). *“América Latina y el Caribe y China: hacia una nueva era de cooperación económica”*. 56p.

dos 100%. No caso particular de Chile o TLC com a China facilitou a participação da China nas exportações agrícolas chilenas aumentando de 1,2% em 2006 para 7,8% em 2013¹⁷². Enquanto o Brasil já é o segundo fornecedor agrícola da China depois dos EUA. A nível de concentração de produtos são ainda mais focados dos níveis totais, devido a que um só produto (soja) representou o 77% do valor total exportado em 2013¹⁷³.

Com efeito, a participação da agricultura nas exportações totais passou de 22% nesse ano a 30% em 2013. De esta forma, o sector se aproxima a recuperar a participação que tinha início na década passada (32%)¹⁷⁴.

A diferença entre o número de produtos enviados a ambos mercados é muito mais pronunciada a nível de países. Com a exceção do Brasil, a China aumentou o seu investimento estrangeiro nessa região e o forte consumo de matéria-prima implicou uma alteração nos preços das mesmas. Em consequência o acelerado crescimento económico da China conduziu a uma elevada demanda do petróleo e de alimentos que, por sua vez, tem transformado as coordenadas das relações comerciais internacionais. Por uma parte, é positivo, porque estimula o comércio internacional e as económicas em desenvolvimento, porém, por outra parte, é negativo por ter contribuído a incrementar os preços internacionais do petróleo¹⁷⁵.

Contudo, as exportações destinadas para a própria região mostram maior participação de produtos manufaturados e maior diversificação. Por tanto, a crescente demanda chinesa tem sido um fator determinante no retorno do protagonismo das matérias-primas e na estrutura exportadora regional. Refere-se aqui o fenómeno mais conhecido com reprimarização do sector exportador da região dos últimos anos.

3.2.2. O Comércio de Energia

A América Latina converteu-se numa alternativa real para a diversificação de fontes de energia da China. A China é o segundo maior importador de petróleo, com a ascendente dependência da importação de petróleo e o problema de segurança das

¹⁷² CEPAL. (2015). *“América Latina y el Caribe y China: hacia una nueva era de cooperación económica”*.54p

¹⁷³ *Ibid.* 55p.

¹⁷⁴ *Ibid.* 51p

¹⁷⁵ Gratiús, S. (Abril de 2008). *Las potencias emergentes: ¿Estabilizadoras o desestabilizadoras?*. Fride.

fontes de energia. Para prevenir e eliminar os riscos de uma excessiva concentração das fontes de importação de petróleo, China impulsionou a estratégia de diversificação da importação tomando como alternativa estratégica a América Latina.

Os países latino-americanos têm abundantes recursos de petróleo, gás natural, água doce e terra arável. A Venezuela e a Argentina têm as maiores reservas de petróleo e gás no xisto (*shale gas*), respetivamente, enquanto o Brasil e o México apresentam um grande potencial na exploração do petróleo e de pré-sal. Por outro lado, a China tem acumulado experiência suficiente para desenvolver e explorar novas fontes de energia, como solar e eólica. No futuro, a China poderá vir a exportar novas tecnologias energéticas para a região e apoiar a instalação de equipamentos e máquinas em países da América Latina para a produção de energia limpa e renovável.

A dependência nesta relação está gravemente desequilibrada, com a Venezuela dependendo China por 16% de suas exportações de petróleo, o Brasil em 30% no total das suas exportações de petróleo, enquanto a China recebe apenas cerca de 10% das suas importações totais de petróleo de toda a América Latina¹⁷⁶.

Na extração de petróleo e gás, a China encontra-se entre os principais investidores estrangeiros mais importantes na Argentina, no Brasil, na Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Por sua vez, na indústria mineira, concentrou seus investimentos no Peru e em menor escala no Brasil. Acresce que, novas instalações de refinação estão a ser construídas na América Latina e Caraíbas, através de *joint-ventures* chinesas, e uma nova unidade de refinação a ser construída na China continental, construída especificamente para processar petróleo venezuelano.

Desde uma perspetiva de cooperação, empresas petrolíferas nacionais chinesas têm incentivado uma "estratégia para a globalização". Os parceiros comerciais na América Latina¹⁷⁷ comprometeram-se em cinco formas de cooperação: 1) comércio de petróleo bruto, 2) serviços técnicos, 3) desenvolvimento conjunto, 4) de participação na construção de infraestrutura, 5) empréstimos por petróleo, 6) pesquisa conjunta em tecnologia de biocombustíveis. Neste aspeto, AL é uma das cinco maiores fontes

¹⁷⁶ Arriagada, G., Espinasa, R., & Baragwanath, K. (2014). *China, América Latina, Estados Unidos: energía, un triángulo en dificultades*. INTER-AMERICAN Dialogue, Energy Policy Group.

¹⁷⁷ Arriaga, G., Espinosa, R., & Baragwanath, K. (Março de 2014). *China, América Latina, Estados Unidos: energía, un triángulo en dificultades*. INTER-AMERICAN dialogue.

de importação de petróleo da China e sua posição relativa eleva-se continuamente. A estabilidade do fornecimento é garantida por acordos de “petróleo por empréstimos”.

Quatro das grandes companhias de petrolíferas da China (CNPC, Sinopec, CNOO, Sinochem), todas elas de propriedades estatal e com importantes investimentos na América Latina (sendo a CNPC a mais antiga da região), estão presente no Equador, no Peru e no Venezuela¹⁷⁸. A partir de 2010 a estratégia das petroleiras chinesas amplificou-se formando empresas conjuntas com as locais privadas. As companhias petrolíferas chinesas estão presentes em todos os países de América Latina que exportam petróleo e gás, com exceção do México (o sector ainda se encontra fechado ao exterior) e o Estado Plurinacional da Bolívia¹⁷⁹.

Em setembro de 2004, duas empresas chinesas, Lutianhua e Chengda Chemical anunciou a sua *joint-venture* com a empresa boliviana LisaTum para construir uma planta petroquímica projetada para produzir amoníaco. Três meses depois, em dezembro, uma subsidiária da SINOPEC, Shengli Oilfield, assinou vários contratos com a YPFB 37, a companhia de petróleo estatal boliviana¹⁸⁰. Os seus projetos incluem duas refinarias, uma estação de alimentação perto de Villamontes, dez campos de petróleo no Chaco e na região do Chapare¹⁸¹. O acordo tinha sido possível quando a China aceitou uma participação minoritária, com 49% do empreendimento compartilhado: este teria sido um investimento colossal 38, no valor de US \$ 1,5 bilhões, o equivalente a 18% do PIB da Bolívia em 2004¹⁸². No entanto, o legal campo minado em torno investimentos no setor de hidrocarbonetos da Bolívia, eventualmente solicitado Shengli para retirar do projeto. Finalmente, a RPC utiliza muitas destas dependências e relações desequilibradas para colher os descontos anuais na área de 10 a 15 por cento, abaixo dos custos descontados esperados para diferentes graus de petróleo bruto. Por exemplo, em 2013, o custo médio da China por barril globalmente foi de US \$106, enquanto o custo médio do barril da Venezuela foi de US \$89, um desconto de 16 por

¹⁷⁸ CEPAL. (2015). *Primer Foro de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC) y China*. Chile . 37p.

¹⁷⁹ CEPAL. (2015). *“América Latina y el Caribe y China: hacia una nueva era de cooperación económica”*. 63p

¹⁸⁰ Iturre, M., & Amado Mendes , C. (25 de Março de 2010). Regional Implications of China's Quest for Energy in Latin America . *East Asia* , 127-143.

¹⁸¹ François,L. (2006) *“China's Presence in Latin América”*. Consultado em 2016. Disponível em: <http://chinaperspectives.revues.org/3053>

¹⁸² *Ibid.* 41p.

cento em relação à média¹⁸³. Os líderes políticos de esquerda e direita mostram uma vontade política forte para fazer da China um parceiro. Em outras palavras, dada a segurança das exportações de petróleo, estes países exportadores querem fazer da China um comprador estratégico sustentável.

D- Manufatura

Na última década, quando a China passou a ser o maior polo de crescimento da economia mundial, a ALC intensificou substancialmente seu comércio com esse país. Este processo foi acompanhado por crescentes assimetrias: um *deficit* cada vez maior para a região, a concentração de suas exportações num pequeno número de produtos primários e de empresas, o carácter intraindustrial dos fluxos comerciais, com limitados vínculos com as cadeias globais de valor, e uma alta participação nas remessas regionais de produtos ambientalmente sensíveis¹⁸⁴.

A relação comercial entre China e América Latina é constantemente alvo de diversos debates antagónicos. Por um lado existem os que afirmam que tal relação comercial é complementar entre ambos, tendo portanto, um efeito positivo para ambas as partes. Por outro, outros observadores indicam que tal complementaridade é na verdade apenas uma forma renovada de dependência latino-americana, ao que outros acrescentam uma dependência assimétrica.

Um estudo recente¹⁸⁵ indica que, entre 2009 e 2012, as exportações da região para China geram entre 44 e 47 empregos diretos por milhão de dólares de 2002 exportado, enquanto suas exportações ao mundo geraram entre 54 e 56 empregos diretos em igual período. O mesmo estudo indica que os envios a China geraram maiores emissões de gases em efeito estufa e consomem mais água por dólar exportado que as exportações da região ao mundo.

Segundo a CEPAL, numa análise de dados sobre o comércio entre ambas regiões entre os anos 2000 e 2014, a América Latina e Caraíbas mostra um *superavit*

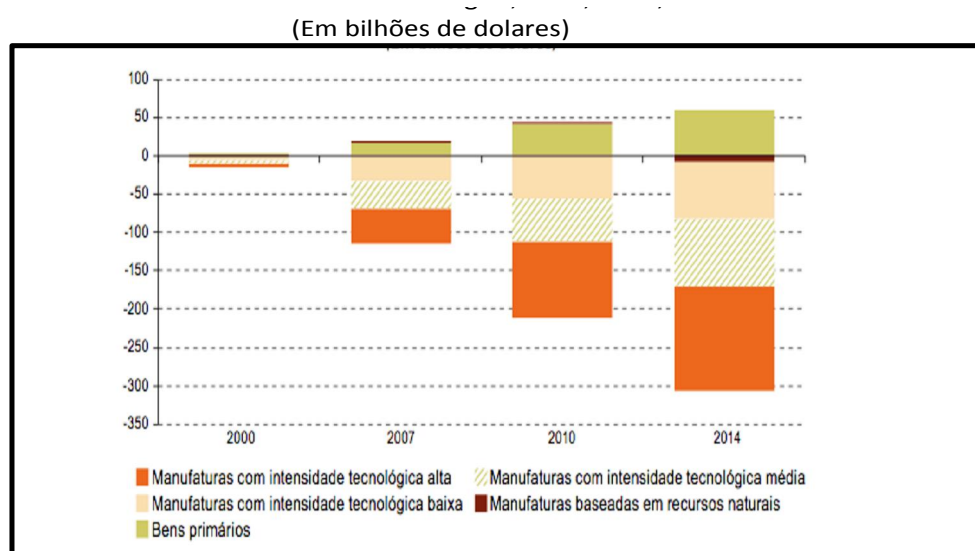
¹⁸³ “El gran negocio de la República Popular China en Petróleo”. (7 de Julio de 2013). Consultado em Janeiro de 2016, de CEPRID. Disponível em: <http://www.nodo50.org/ceprid/spip.php?article1692>

¹⁸⁴ Ray, R., Gallagher, K., Lopez, A., & Sanborn C. (2015). China in Latin America: Lessons for South-South Cooperation and Sustainable Development. Boston University.

¹⁸⁵ Ray, R., Gallagher, K., Lopez, A., & Sanborn, C. (2015). China in Latin America: Lessons for South-South Cooperation and Sustainable Development. Boston University.

comercial crescente com China em Produtos primários e manufaturas baseadas em recursos naturais, o que é mais acentuado na América do Sul. No entanto, a região como um todo e as sub-regiões exibem um crescente *deficit* no comércio de manufatura. O México é o país com maior *deficit* comercial com a China, um exemplo disto é que em 2014, 77% do deficit comercial total da ALC, nos últimos anos o país exporta 2% dos seus produtos para a China, mas, 17% das suas importações provêm da China¹⁸⁶.

Gráfico II. América Latina e Caraíbas: Saldo Comercial com a China segundo a intensidade tecnológica, 2000, 2007, 2010 e 2014



Fonte CEPAL 2015

Por outra parte, no primeiro semestre de 2015, o valor do comércio intrarregional sofreu contração de quase 20%. As maiores quedas ocorreram na América do Sul, situação que contrasta com o comércio entre os países centro-americanos, cujo montante cresceu levemente. Por sua vez, o comércio entre as economias da Comunidade do Caribe (CARICOM)¹⁸⁷ também diminuiu substancialmente. A debilidade do comércio intrarregional é preocupante pois este é mais intensivo em produtos de alto valor agregado que o comércio extrarregional e

¹⁸⁶ CEPAL. (2015). "América Latina y el Caribe y China: hacia una nueva era de cooperación económica".41p.

¹⁸⁷ CEPAL. (2015). *Panorama da Inserção Internacional da América Latina*. CEPAL, México.12p

caracteriza-se por uma maior presença de pequenas e médias empresas (PME), com a consequente geração de empregos.

Os encadeamentos produtivos com a China aumentaram, mas ainda são fracos e concentram-se em produtos com baixo conteúdo tecnológico. A participação dos países da região como origem do valor agregado estrangeiro incorporado nas exportações da China aumentou, embora a partir de níveis muito reduzidos. Esses encadeamentos ocorrem principalmente na mineração, manufaturas de nível tecnológico médio-baixo e serviços, em especial o comércio, transporte e armazenagem, pesquisa e desenvolvimento (P&D) e outros serviços a empresas. Entre os países de origem, o Brasil concentra a maior parte dos encadeamentos, seguido pelo Chile e o México.

Alguns países como Brasil, o México, a Costa Rica e El Salvador vendem a China alguns produtos de manufatura de alta tecnologia, o montante não chega a ser significativo para o volume total de intercâmbios. Na América Latina, a perda de participação da produção industrial não se deu em virtude da transformação da estrutura produtiva (de modo a incorporar serviços agregadores de valor, como no caso dos países desenvolvidos), mas em virtude do encolhimento da base industrial herdada durante o modelo de industrialização, por substituição de importações¹⁸⁸.

Em termos mais pontuais, os baixos preços das manufaturas chinesa são um desafio para os países da região latino-americana, que devem competir pelos mercados internos e internacionais. A revalorização do Yuan, controlo de leis ambientais e laborais e maior transparência no controlo financeiros no âmbito doméstico chinês seria uma mais-valia para os países da América Latina que obtêm maior *deficit* comercial por causa da competitividade da manufatura chinesa¹⁸⁹.

Outro aspeto importante é controlo de dumping, segundo a CEPAL, entre fins de 2008 e 2009 iniciaram-se 58 investigações *antidumping* na região, das quais 60% apontavam para a China¹⁹⁰. Sendo a outra maior parte originária do Brasil e Argentina.

¹⁸⁸ “As Relações Econômicas e Geopolíticas entre a China y América Latina: Aliança estratégica ou interdependência assimétrica?”- Publicação Especial. Consultado em Novembro de 2015. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:uQLMwP8WxrsJ:www.observatoriosocial.org.br/sites/default/files/06-05-2010_02-redlat-china-america_latina.pdf+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=us

¹⁸⁹ Herrera, M. (Outubro de 2011). China y América Latina: una relación positiva con varias interrogantes. *Programa de Cooperación en Seguridad Regional*.

¹⁹⁰ *Ibid.* 8p.

No âmbito de aplicação de negócios das empresas chinesas na América Latina inclui áreas como comércio, a contratação de obras, a elaboração de produtos, petróleo e gás natural, como exploração e investimento de recursos minerais, etc. América Latina é um ponto de apoio estratégico das empresas Chinesas na distribuição de ultramar. As empresas de capital Chinês têm formado disposição estratégica na origem dos recursos e lograram o fornecimento estável dos recursos, através do investimento em projetos do campo petrolífero, mineral, ferro, cobre, etc.

Todavia, a América Latina é um dos destinos principais das empresas chinesas de comércio de processamento estrangeiro. Neste sentido, ALC possui três vantagens no desenvolvimento do comércio de processamento. Em primeiro lugar é um grande mercado cuja população é de mais de 500 milhões e cujo volume total do PIB supera mais de \$3 bilhões¹⁹¹. Em segundo lugar, a ALC estar perto dos EUA e do Canada e possui vantagem de custo natural com estes grandes mercados. Em terceiro lugar, a ALC tem uma abrangente de rede de Livre Comércio¹⁹². Contudo, a América Latina é ainda um dos locais onde as empresas chinesas aplicam a estratégia internacional. Através de investimento em estabelecer fábricas em ALC, algumas empresas chinesas mais competitivas tem formado uma distribuição regional global, ajudando a aplicar os mercados de radiação e evitar o risco do mercado único.

A política chinesa de atracção de transnacionais favorece o modelo de *joint-ventures* com empresas nacionais. As actividades económicas por meio de *joint-ventures* que involucram empresas de capitais mistos em países como o Peru, o Brasil, Argentina e a Bolívia. Todavia, existe uma crescente dinâmica comercial por parte das diásporas chinesas, explicadas para manter a competitividade internacional no contexto de crescentes custos de produção nas economias mais desenvolvidas.

Segundo o dados do CEPAL, a maioria dos investimentos da China no sector manufatureiro tem por objetivo servir os mercados locais. As empresas Chinesas costumam abrir uma planta de produção após uns anos de importar produtos desde a China, logo de ganhar proximidade e conhecimento do mercado para eludir restrições da importação a maioria de estas empresas estão inseridas no Brasil.

¹⁹¹ RED ALC- China (2015). *América Latina y El Caribe - China Relaciones Políticas e Internacionales*. México. 310p.

¹⁹² Ibid.

No Comércio entre ambas regiões existem também alguns Acordos mais destacados como é o caso do Acordo de Livre Comércio entre China e o Chile desde o 2005, que estabeleceu uma série de medidas que permitem que um 92% dos produtos Chilenos entrem a China sem tarifa de importação e o 50% dos produtos chineses entrem a Chile da mesma maneira, excluindo produtos metálicos, têxteis, farinha de trigo e açúcar. Em 2008 ambos países assinaram um acordo suplementar sobre a abertura de comércio de serviços¹⁹³.

Em 2009 entrou em vigência um acordo de Livre Comércio entre China e Peru, onde 83% dos produtos que Peru exporta a China não pagam tarifas¹⁹⁴. As importações procedentes da China de calçados, vestidos, produtos metálicos ficaram fora do acordo e o Peru poderá continuar a cobrar tarifas sobre estes produtos.

Tecnologia

O investimento estrangeiro direto (IED) chinês na América Latina e Caraíbas tem-se concentrado em sectores de *commodities*. Além de usar financiamento, empréstimos e investimentos para garantir o acesso confiável a estes produtos, a China também têm procurado aumentar a cadeia de valor agregado, na venda de produtos tecnológicos, tais como automóveis, autocarros, comboios, máquinas pesadas, computadores, telecomunicações e bens militares.

O *China Global Investment tracker* criado pela Fundação Heritage é atualmente o único banco de dados que inclui grandes investimentos e contratos chineses em todo o mundo (excluindo compras de títulos) para projetos de alto nível para US \$100 milhões em indústrias ligadas a energia, mineração, transportes, tecnologia e finanças¹⁹⁵. No caso da ALC totaliza cinco projetos entre 2009 e 2013, incluindo um investimento de US \$1.050 milhões e empresas como a Huawei, ZTE, Xinwei e

¹⁹³ Bingwen, Z., Hungbo, S., & Yunxia, Y. (2012). *China en América Latina: Reflexiones sobre las relaciones transpacíficas* (Primeira ed.). (B. Creutzfeldt, Ed.) Bogotá: Printed in Colombia. 142p.

¹⁹⁴ *Ibid.* 142p.

¹⁹⁵ Site oficial. Consultado em Novembro de 2015, de The Heritage Foundation. Disponível em: <http://www.heritage.org/>

Shanghai Construction Group em países como Brasil, a Costa Rica, a Nicarágua e Trindade e Tobago¹⁹⁶.

No sector de telecomunicações um dos contratos mais ativos como Huawei deu-se no subsector na Costa Rica, no valor de US \$266 milhões¹⁹⁷. A ZTE, no Brasil, chegou a um investimento de US \$200 milhões¹⁹⁸. Um novo jogador nas relações sino-latino americanas, a *Xinwei Telecom Enterprise Group*, na Nicarágua¹⁹⁹, vai operar serviços de telefonia móvel com um investimento de US \$ 2 bilhões desde 2013 até 2016, incluindo \$700 milhões por infraestruturas²⁰⁰, irá ser lançado para competir com empresas como a America Movil, Movistar e Claro.

A Huawei enumera a lista de empresas corporativas com presença em 14 países da América Latina, com um total de 10 mil funcionários e 19 escritórios regionais, 3 centros de pesquisa de desenvolvimento de *software* e 3 centros de formação. A empresa ainda tem uma presença corporativa com o Paraguai embora não tenha relações diplomáticas com este país²⁰¹. Embora a RPC não tenha relações diplomáticas no Panamá, a Huawei mantém alianças com Cable & Wireless Panamá, Telfónica Digicel, Claro Panamá e Cable Onda para fornecer redes e produtos de telecomunicação. Em Guatemala a ZTE está apoiar a Telfónica que esta a operar no país como Movistar, Tigo e Telmex²⁰².

O Brasil representou \$2 bilhões em receitas brutas para Huawei em 2012, aproximadamente dois terços de todos os ganhos da companhia na América do Sul²⁰³. Também no Brasil, em 2011, a empresa chinesa cooperou com o governo para usar sua tecnologia para a “Banda Larga Rural Brasileira Programa Nacional de

¹⁹⁶ Ellis, E. (2013). *The Strategic Dimension of Chinese Engagement with Latin América*. Center for Hemisphere Defense Studies. Washington, DC.

¹⁹⁷ “Huawei já é o fornecedor nº.1 de ICE”. (09 de Fevereiro de 2009). Consultado em Maio de 2015, de Central América Business Information. Disponível em: <http://www.centralamericadata.com>

¹⁹⁸ “Acuerdan instalación de parque industrial de tecnología china en Brasil” (26 de Março de 2011). Consultado em Agosto de 2015, de Xinhua. Disponível em: http://spanish.news.cn/iberoamerica/2011-03/26/c_13798849.htm.

¹⁹⁹ Embora a Nicarágua não reconheça diplomaticamente à RPC

²⁰⁰ “China’s Xinwei to Launch Phone Service in Nicaragua,” (11 de Janeiro de 2013). Consultado em Maio de 2015, de Reuters. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/nicaragua-telecoms-idUSL1E9CC04K20130112>.

²⁰¹ Huawei, Consultado em Janeiro de 2016., de website oficial Huawei. Disponível em: <http://www.huawei.com/pt/>.

²⁰² Ellis, E. (2013). *The Strategic Dimension of Chinese Engagement with Latin América*. Center for Hemisphere Defense Studies. Washington, DC.

²⁰³ “Huawei inaugura centro de distribución de US\$61,5mn,” (31 de Maio de 2012). Consultado em Janeiro de 2016, de Business News Americas. Disponível em: <http://www.bnamericas.com/>.

Informação”²⁰⁴. Na verdade, o Brasil é o país latino-americano onde mais empresas chinesas no sector de tecnologia têm encontrado mercado ideal para a expansão internacional.

A cooperação o espacial da RPC na América Latina esta orientado com o propósito chinês de desenvolver o sector do ponto de vista económico e tecnológico, bem como avançar em zonas estratégicas criando alianças-chaves que resultem de maior influência. O padrão de cooperação espacial pode ser dividido em quatro grupos principais: (1) países com capacidades de espaço limitado que não prosseguem ativamente de programas espaciais: particularmente os países da América Central e Caraíbas que não tem dimensão económica e tecnológica nem diversificação industrial para um programa espacial integrado; (2) compra de satélites chineses por parte de regimes populistas, como o governo venezuelano de Chávez que lançou um satélite de comunicação chinês²⁰⁵; (3) países em desenvolvimento com capacidades espaciais limitadas. Além dos países populistas que tenham contrato com os chineses para desenvolver e lançar satélites, outros países que têm programas espaciais com algum nível são de referir a Argentina, o Chile, o Peru, a Colômbia e o México; (4) o Brasil como potência regional emergente com um programa espacial multidimensional, reflete-se através do programa “China-Brazil Earth Resources Satellite” (CBERS)²⁰⁶.

3.3. Investimento Estrangeiro Direto

Na presente atualidade, a China é o principal emissor de investimento estrangeiro direto (IED) na região. A nível mundial ocupa o segundo lugar entre as economias emergentes, depois da Rússia²⁰⁷. Com efeito, apresenta-se como um ator chave para a reestruturação da arquitetura financeira global por meio de um grande volume de empréstimos e investimentos financeiros.

²⁰⁴ “Chinese Telecom Company Can Have Technology Center in Brazil,” *Folha* (July 11, 2010).

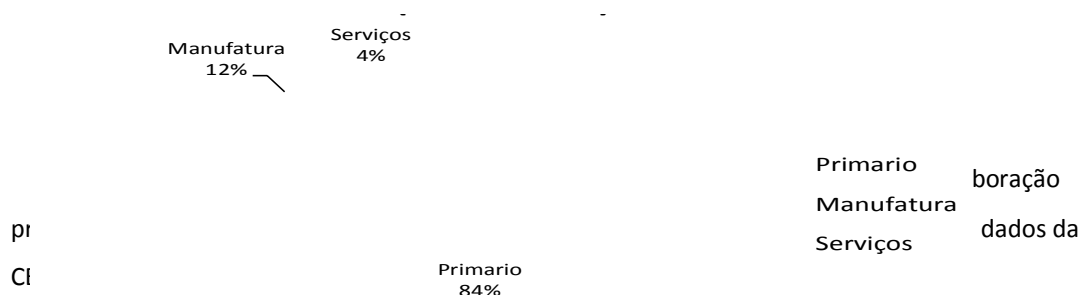
²⁰⁵ “Segundo Satélite venezuelano é lançado com sucesso da China”. (29 de Setembro de 2012). Consultado em Fevereiro de 2016., de Globo. Disponível em: <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2012/09/2-satelite-venezuelano-e-lancado-com-sucesso-da-china.html>

²⁰⁶ “Satellites: CBERS-1, 2 and 2B | CBERS-3 and 4” (2 de Julho de 2010). Consultado em Outubro de 2015, de China-Brazil Earth Resources. Disponível em: <http://www.cbers.inpe.br/>

²⁰⁷ RED ALC- China (2015). *América Latina y El Caribe - China. Economía, comercio e inversión 2015*. México. 379p.

Em 2008, durante uma visita na América Latina o então presidente da China Hu Jintao disse que os países latino-americanos devem concentrar a maior parte do comércio e IED, nas áreas de energia, minerais, agricultura, infraestruturas, manufatura e alta tecnologia, continuou acentuando a importância de promover uma cooperação sul-sul e regime de comércio multilateral mais justo e equitativo²⁰⁸.

Gráfico III – Distribuição de IED da China na ALC por sector, 2005-2014



O interesse da China na região latino-americana faz-se notar por meio área de maior concentração do seu investimento na região, quase o 84% do investimento chinês só entre 2005 e 2014 foi dirigido a recursos naturais²⁰⁹. Em geral, o investimento e as atividades comerciais da RPC na América Latina têm sido orientadas para assegurar acesso a produtos que a China tem necessidade para seu crescimento económico. O momento específico da decolagem de importações chinesas das (e investimento nas) matérias-primas da América Latina é de crucial importância. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é a fonte individual maior de empréstimos a longo prazo em ALC, proclamou a China como o 48º país membro²¹⁰. A magnitude da IED chinesa na América Latina torna-se difícil identificar com real magnitude, em parte devido que as empresas chinesas costumam canalizar a maior parte dos investimentos através de terceiros países.

²⁰⁸ Bingwen, Z., Hungbo, S., & Yunxia, Y. (2012). *China en América Latina: Reflexiones sobre las relaciones transpacíficas* (Primeira ed.). (B. Creutzfeldt, Ed.) Bogotá: Printed in Colombia. 48p.

²⁰⁹ CEPAL. (2015). *“América Latina y el Caribe y China: hacia una nueva era de cooperación económica”*. 62p

²¹⁰ Bingwen, Z., Hungbo, S., & Yunxia, Y. (2012). *China en América Latina: Reflexiones sobre las relaciones transpacíficas* (Primeira ed.). (B. Creutzfeldt, Ed.) Bogotá: Printed in Colombia. 114p.

O investimento estrangeiro direto procedente da China para ALC foi limitada até 2010, tendo um aumento acentuado nos anos seguintes, os investimentos, créditos, empréstimos e dívidas chinesas para América Latina incrementaram-se rapidamente, resultando uma maior presença de empresas e trabalhadores chineses no sector da construção, fabricação, telecomunicação, e vendas. O investimento por meio de contratações, licenças, *joint-ventures*, *franchising* e mecanismos de investimento conjunto têm sido mais predominante nos últimos anos com maior dinamismo por parte das multinacionais chinesas, dita experiência adota uma interação de sucesso no IED²¹¹.

Tabela VI. Principais empresas chinesas na América Latina (2006)

Sector	Petróleo e gás				Mineração				Pesca	Telecomunicação	Tecnologia de Informática	Vários	Produtos electrónicos	
Empresas	China National Petroleum Corporation	China Petrochemical Corporation	China National Offshore Oil Corporation	Sinochem Corporation	China Minmetals Corporation	Shanghai Baosteel Group	Sinosteel Corporation	China Nonferrous Metal Mining & Construction Group	Shougang Group	Shanghai Fisheries General Corp	Huawei Technologies	Lenovo	Nanjing Jincheng Automovil, S.A.	TTE (TCL Thomson)
Argentina			X							X	X		X	X
Bolívia					X						X			
Brasil		X	X		X	X	X				X			X
Chile					X						X		X	
Colômbia	X	X								X	X		X	
Cuba				X							X			
Equador	X	X		X							X			
México	X	X	X								X	X		X
Peru	X		X		X			X	X		X			
Venezuela	X	X	X								X			

Fonte: Elaboração própria a partir de CEPAL. (com base no Ministério de Comércio da China 2006)

²¹¹ *Ibid.* 254p.

Pode identificar-se três grupos²¹² de investimento transnacionais chineses. O primeiro: voltado aos sectores de exportação *commodities*, petróleo, etc. O segundo, sectores de infraestruturas como ajuda às empresas estatais chinesas. E o Terceiro, presença de plantas produtivas chinesas no sector automovido e máquinas. O grande diferencial das transnacionais chinesas além da escala de produção no seu mercado interno é o apoio do aparelho do Estado e dos principais bancos públicos.

Porém o investimento na exploração de petróleo ocupa o primeiro lugar. O maior investimento tem sido principalmente em matérias-primas como energia e minérios, $\frac{3}{4}$ parte do total de IED chinês na região, em 2010²¹³, corresponderam a duas aquisições muito grandes da indústria petrolífera²¹⁴. Na indústria petrolífera, a China adotou duas estratégias principais: a primeira diretamente com empresas chinesas na região ou adquirindo ações nas empresas já inseridas, sendo (por ordem de importância) os cinco principais: Venezuela, que obtém maior investimento da *China Petroleum & Chemical Corporation* (Sinopec); Brasil, com a presença da Sinopec e adquiriu capital de 40%, da empresa espanhola Repsol e 30% da empresa portuguesa Galp; Argentina, *China National Offshore Oil Corporation* (Cnooc)²¹⁵ é segunda petrolífera mais importante do país por trás da nacional argentina já existente, comprou ações da Bidas, Pan American Energy e Esso Argentina; Peru, o sector mineiro é de maior investimento por trás do petróleo e gás estipula-se que China possua o controlo de 33% do sector mineiro peruano²¹⁶ por último a quantidade em empréstimos ultrapassam qualquer investimento direto.

Tanto como a exportação da ALC para a China, o financiamento Chinês está concentrado em minerais, infraestruturas de transportes e energias, quando comparado com outras regiões financeiras internacionais onde 60% dos projetos²¹⁷

²¹² REDLAT (2010). *As Relações Econômicas e Geopolíticas entre a China e a América Latina: Aliança Estratégica ou Interdependência Assimétrica*. São Paulo: RedLat/FNV.

²¹³ Segundo a informação do CEPAL 2015, o ano 2010 a IED chinesa para a ALC marcou o ponto de inflexão aproximando-se aos \$14 milhões, equivalente ao 11% do IED total recebida pela região até 2014.

²¹⁴ CEPAL. (2015). *“América Latina y el Caribe y China: hacia una nueva era de cooperación económica”*. 61p.

²¹⁵ Arriagada, G., Espinasa, R., & Baragwanath, K. (2014). *China, América Latina, Estados Unidos: energía, un triángulo en dificultades*. INTER-AMERICAN Dialogue, Energy Policy Group. 13p

²¹⁶ CEPAL. (2015). *“América Latina y el Caribe y China: hacia una nueva era de cooperación económica”*. 62p.

²¹⁷ OCDE/CEPAL/CAF. (2015), *Perspectivas económicas de América Latina 2016: Hacia una nueva asociación con China*, OECD Publishing, 33p

centram-se nas finanças, educação, sanidade, meio ambiente e administração pública. Assim, estão concentrados segundo os interesses de produto num país, como exemplo no Chile, na exploração de cobre principalmente, na Venezuela na exploração de petróleo e gás; no Brasil em aço, carvão mineral e petróleo, no Equador e Peru na exploração de petróleo, na Cuba na extração de níquel, na Bolívia de gás.

Todavia, os países beneficiados pelo financiamento chinês, dentro da região latino-americana também é muito centralizado Argentina (16%), Brasil (19%), Equador (9%) e Venezuela (47%) foram os principais recetores, somando entre eles o 91% dos empréstimos da China na região entre os anos 2005 e 2014²¹⁸.

Em vez de comprar cobre a partir de um negócio na América Latina, China têm preferência por adquirir uma participação maioritária e obtendo maior controlo. A estratégia chinesa é uma complexa integração do sector financeiro e de produção. Mais que a aquisição direta, o importante é garantir a aquisição de petróleo, por meio de montantes de dinheiro, ou empréstimos para a indústria petrolífera na região ou para outros fins.

Outro aspeto que merece consideração é a baixa presença de investimentos externos chineses nos países que assinaram TLC's com a China, ou seja, Chile, Peru e Costa Rica²¹⁹. Tal facto aponta para a relativa desconexão entre montante de comércio e de investimento nas relações bilaterais com a China. Como o mercado latino-americano é bastante aberto para produtos industriais, os investimentos chineses no sector industrial são ainda pequenos. Estes tendem a se mostrar maiores no médio prazo naqueles segmentos que necessitam de sistema de distribuição e de uma cadeia local de fornecedores. Entretanto, neste caso, tudo indica que os investimentos chineses focariam os países com alguma estrutura industrial ou aqueles situados em um mercado regional, como é o caso do Mercosul, o que poderia favorecer o Uruguai, por exemplo.

Finalmente, na última reunião a nível ministerial de Janeiro de 2015, resultou a aprovação do plano quinquenal de cooperação conhecido como o 1+3+6 e abrange

²¹⁸ Marcelo, J. (5 de Maio de 2014). "Las cinco principales inversiones de China en América Latina". Consultado em Janeiro de 2016, de BBC. Disponível em: http://www.bbc.com/mundo/noticias/2014/05/140428_china_america_latina_inversiones_lp

²¹⁹ OCDE/CEPAL/CAF. (2015), *Perspectivas económicas de América Latina 2016: Hacia una nueva asociación con China*, OECD Publishing. 132p.

eixos fundamentais como investimento, comércio, infraestruturas, política, educação, inovação, turismo, agricultura, ciência e tecnologia, entre outros aspetos²²⁰.

Embora a maior parte do investimento chinês na região orientada principalmente para o comércio e procura de *commodities*, a tendência está a mudar. A necessidade de uma melhor infraestrutura na América Latina deixa evidências e a vasta experiência do líder asiático precisamente nesta área faz dele um investidor influente.

Em Cuba, a China está a financiar um novo porto; com um investimento chinês inicial de \$100 milhões, a construção da ponte ira permitir um maior aproveitamento dos na capacidade dos navios, conseqüentemente uma maior eficiência nas operações portuárias²²¹.

No Brasil e no Peru, o desenvolvimento de uma ligação ferroviária Transoceânica²²² (Cf. imagem 1) que ligaria os dois países sul-americanos; criando um corredor de trilhos entre o Atlântico e o Pacífico. A atual presidente do Brasil Dilma Rousseff argumenta que o trecho entre os dois países (Brasil e Peru) abriria uma saída para os produtos brasileiros pelo pacífico, tornando-os mais competitivos. Para o Peru, facilitaria o transporte de produtos que chegam pelo Atlântico e de outros que são negociados com países do Cone Sul. Para a China, haveria uma redução no custo de transporte da produção agrícola e mineral importada dos países latino-americanos. O cálculo inicial indica uma queda de US\$ 30 no preço da tonelada de grãos exportado.

Na Nicarágua ira construir um canal que iria deixar a China em uma excelente posição geopolítica. O projeto do canal de US\$50 bilhões é criação de um empresário chinês, Wang Jing, e tem apoio integral do governo da Nicarágua²²³. O Grande Lago da Nicarágua tem uma superfície de área de 8,624 km². A rota do canal atravessará esta

²²⁰ CEPAL. (2015). *“América Latina y el Caribe y China: hacia una nueva era de cooperación económica.”*

²²¹ “China asesora y financia obras para nuevo embarcadero en Cuba”. (13 de Janeiro de 2015). Consultado em Janeiro de 2016, de el Nuevo Herald. Cuba. Disponível em: <http://www.elnuevoherald.com/noticias/mundo/america-latina/cuba-es/article6343731.html>

²²² China, Brasil y Perú estudian construcción ferrocarril transcontinental sudamericano. (18 de Julio de 2014). Consultado em Janeiro de 2016, de América Economía. Disponível em: <http://www.americaeconomia.com/negocios-industrias/china-brasil-y-peru-estudian-construccion-de-ferrocarril-transcontinental-sudame>

²²³ “Nicaragua inicia construcción de un canal de \$50 mil millones”. (24 de Dezembro de 2014). Consultado em Fevereiro de 2016, de Diario Libre. Disponível em: <http://www.diariolibre.com/>

grande massa de água doce, a maior da América Central, o que desperta críticas de ambientalistas²²⁴.

Além de assegurar o acesso aos recursos naturais utilizando a IDE como recurso da sua política externa, através do mesmo a China todavia disputa sectores de influência com os tradicionais sócios da região a União Europeia e EUA, garantindo de esta forma sua posição geopolítica. Claramente, este facto também pode entender-se como o uso de poder inteligente da China utilizando seus recursos económicos no caso particular.

Assim, pode entender-se que a estratégia inteligente da China, cujos resultados são ainda uma maior influência na região, consiste numa complexa integração sector financeiro e produtivo, ao invés de comprar o cobre comercializado por uma empresa na América Latina, a China prefere adquiri-la e ganhar uma participação para possuir maior controlo. Se por uma parte é uma estratégia de poder suave não deixa de utilizar seus recursos de poder duro (económicos), que por sua vez cria uma maior dependência assimétrica na região latino-americana.

²²⁴ “Nicaragua de vela ruta para proyecto para nuevo canal interoceánico” (7 de Julho de 2014). Consultado em Janeiro de 2016, de Reuters. Disponível em: <http://lta.reuters.com/article/domesticNews/idLTAKBN0FD06F20140708>

Imagem 2. Ligação ferroviária Transoceânica



CAPÍTULO IV – Análise da Influência Chinesa na ALC

4.1. A COOPERAÇÃO

Como se analisou nos capítulos anteriores, nos últimos quinze anos, a cooperação entre China e ALC principalmente desde o ano 2000, ganhou maior vínculo não só na área comercial mas também a nível político, tecnológico, cultural e de segurança. Os efeitos desta cooperação têm gerado benefícios para alguns países da região da ALC, todavia para outros países têm provocado tensões e competição. A partir dos dados traçados até agora, o presente capítulo examina os efeitos da cooperação estratégica da China na América Latina e Caraíbas, procurando-se identificar alguns dos benefícios e das dificuldades da presença chinesa na região.

O aumento desta presença deve-se ao uso do seu contínuo e crescente *soft power*. Com efeito, padrões do comportamento chinês na ALC sugerem um contínuo uso da influência do soft, segundo os seguintes objetivos²²⁵: 1) o reconhecimento diplomático de Taiwan, 2) acesso aos mercados latino-americanos, 3) proteção dos investimentos chineses nos fluxos de comércio da região, 4) proteção dos cidadãos chineses, 5) equilibrar a influência dos EUA na região e as suas instituições.

A maior parte da ALC obteve sua independência há dois séculos atrás, porém as democracias continuam sendo fracas, embora quando comparadas com a China sejam muito mais representativas. As desigualdades sociais e a falta de oportunidades, foi negado por muito tempo pela civilização ibérica tradicional na região, depois da independência a desigualdades e a falta de oportunidades são legados que ainda se encontram latente. Líderes políticos chineses e latino-americanos com regularidade tem vindo a intercambiar pontos de vista sobre estratégias para melhorar a governabilidade, gestão de assuntos de partidos, modernização política e desenvolvimento económico. Cabe à ALC levar com atenção para que ideologia

²²⁵ Ellis, E. R. (2011). “*Chinese Soft Power in Latin América: A case Study*”, Consultado em Março de 2016, de Features. Disponível em: ndupress.ndu.edu

paternalista e hierárquica presente na cultura chinesa não reforcem legados ibéricos na região, mas contribuam para mudanças.

4.2. A INFLUÊNCIA POLÍTICA

A estratégia de *soft power* da política externa chinesa para América Latina, na dimensão política, tem tido grande sucesso. Esta estratégia assertiva para desenvolver laços políticos com a região pode ser vista de duas formas. Em primeiro lugar, a avaliação positiva que os países latino-americanos fazem do modelo de desenvolvimento chinês, que é complementado pelo princípio da não-intervenção nos assuntos internos, e em segundo lugar, o interesse com as mudanças que a China incentiva no sistema internacional na defesa da multipolaridade dos países em desenvolvimento.

No intuito de analisar as implicações da influência geopolítica chinesa na ALC, a partir dos dados identificados anteriormente no capítulo 3, apresentamos nas seguintes linhas uma síntese dos efeitos positivos e algumas barreiras para a região a partir de uma perspectiva latino-americana até o ano 2015.

De maneira introdutória, a capacidade de persuasão mediante o seu *soft power* utilizando ferramentas como o seu modelo de desenvolvimento e atração económica, a sua política “sul-sul”, os 5 princípios de coexistência pacífica e até os benefícios mútuos de *win-win*, estes elementos que resultam de maior influência na região, encontra-se também salientado no Livro Branco, onde através de uma análise deste documento podem identificar-se o *smart power* presente

Embora a China não tenha relações diplomáticas com todos os países da ALC na sua totalidade, os efeitos da sua presença abrange basicamente toda a região, seja através do comércio ou de IDE. Porém, existem governos cujo efeito é mais satisfatório, visto que, a relação representa uma alternativa a relação com os EUA, particularmente, os países que usufruem como fator comum uma ideologia política de esquerda, como Cuba, Venezuela, Bolívia e o Equador.

No caso da Cuba, a relação permite-lhe o acesso às mercadorias chinesas e a bens de transporte, aos quais normalmente não poderia aceder devido ao embargo económico imposto pelos EUA desde 1962. Além dos benefícios económicos no intercâmbio comercial, a China tem um papel importante para Cuba quando se trata

de emitir declarações em momentos cruciais de bloqueio estado-unidense contra Cuba²²⁶. Além dos benefícios económicos, a aliança estratégica entre Venezuela e a China tem um papel importante com a construção do socialismo do século XXI em Venezuela, ao mesmo tempo que garante à China o abastecimento de recursos energéticos²²⁷.

O Equador, país-membro da OPEP que depende do petróleo bruto para gerar cerca de um quarto da sua receita é outro país que é beneficiado com a relação com a China. Particularmente, por ser um dos países fornecedores de petróleo ao gigante chinês, recebendo em contrapartida apoios financeiros e empréstimos, sendo o quarto país latino-América mais beneficiado com crédito chinês. Efeito de uma relação impulsionada pela visão do “*buen vivir*” equatoriano e do “*desenvolvimento harmonioso*” da China, transformando-se numa ideologia em comum²²⁸.

Por último, apesar da sua posição geográfica sem ligação ao mar e do peso dominante do Brasil e da Argentina²²⁹ nas relações económicas, a cooperação sino-boliviana tem um impacto favorável para Bolívia. Particularmente por receber apoios financeiros que permitem o desenvolvimento das suas infraestruturas e energia. Para além disso, a relação comercial com a China gerou melhores condições para as empresas bolivianas e para o desenvolvimento das suas indústrias²³⁰.

Em suma, a hostilidade de Cuba, Venezuela, Equador e Bolívia com os governos e instituições ocidentais, principalmente dos EUA, adicionado à defesa de um sistema internacional “multipolar” partilhada com a China, são importantes oportunidades aproveitadas pelas empresas e instituições financeiras chinesas para aumentar a presença e influência chinesa nesses mesmos países²³¹.

No “princípio de uma China única”, a China tem avançado muito no seu propósito de diminuir o reconhecimento diplomático de Taiwan na região. No entanto,

²²⁶ RED-ALC-CHINA. (2015). *Relaciones políticas e internacionales* (1ª ed., Vol. 1º). Mexico. 258p.

²²⁷ *Ibid.* 260p.

²²⁸ *Ibid.* 262p.

²²⁹ O comércio da Bolívia com o Brasil e Argentina representou em 2011 perto de 44,8% das suas exportações e 30,6% das suas importações. “A Bolívia no Mercosul e a geopolítica dos hidrocarbonetos”. Disponível em: http://www.sebrei.eventos.dype.com.br/resources/anais/21/1365257832_ARQUIVO_GTEconomiaPoliticaInternacional_MarcelinoTeixeiraLisboa.pdf

²³⁰ *Ibid.* 261p.

²³¹ Ellis, E. (s.f.). Intensificación de las Relaciones de China con América Latina y el Caribe . *Air & Space* , 9-24.

desde que Costa Rica reconheceu a China em 2007, a China não tem conseguido novos reconhecimentos diplomáticos. Com efeito, criou-se um ambiente propício para o reforço de relações com alguns países da ALC que ainda mantêm relações diplomáticas com Taiwan²³². Além de que, estes países tem sido duplamente beneficiados ao aproveitar as tensões entre a China-Taiwan, recebendo com ajudas de ambas partes. Estes países são de reduzida dimensão na região, logo, a emergência internacional da China é, para os mesmos, indiferente, já que não possuem capital suficiente para investir na China, nem produtos suficientes para exportar no mercado asiático. Assim, embora continuem a reconhecer diplomaticamente Taiwan têm relações comerciais, em termos de importações e exportações, com a China. E mesmo não possuindo acordos bilaterais, são beneficiados com os empréstimos e com a ajuda chinesa.

A nível internacional, se por um lado o governo chinês tem um particular interesse que o Brasil, a Argentina e outros países potências da região atue para bloqueador em fóruns multilaterais e apoie a China frente à liderança dos EUA²³³, por outro lado, estes países também procuram o apoio da China em organismos internacionais. Um bom exemplo é Brasil²³⁴ que não tem interesse em ser membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas assegurando-os potências médias no sistema internacional, (embora sem êxito), procuram apoio do seu parceiro estratégico na ordem externa.

A diplomacia militar é para China uma forma de ganhar influência geopolítica. Procura desenvolver estratégias diplomáticas de defesa multidimensional e sofisticada com a finalidade de criar um ambiente político para iniciativas mais ambiciosas e a longo prazo. Paralelamente beneficia com a venda de armamentos e intercâmbio de conhecimentos, especialmente com aqueles países que têm um forte desenvolvimento

²³² Há um total de 12 países incluindo o Paraguai na América do Sul, 11 países na América Central e Caraíbas, que mantêm ainda reconhecimento diplomático com Taiwan, Pequim por sua parte tem reconhecimento diplomático de 22 países da região latino-americana.

²³³ “Crece la percepción favorable de los latinoamericanos hacia China”. (11 de Junho de 2013). Consultado em Março de 2016, de El Universal. Disponível em: <http://www.eluniversal.com/internacional/130611/crece-la-percepcion-favorable-de-los-latinoamericanos-hacia-china>

²³⁴ “Brasil, Alemanha, Índia e Japão se colocam como 'candidatos legítimos' e pedem reforma no Conselho de Segurança da ONU”. (26 de Setembro de 2015). Consultado em Janeiro de 2016, de Opera Mundi. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/41775/brasil+alemanha+india+e+japao+se+colocam+como+candidatos+legitimos+e+pedem+reforma+no+conselho+de+seguranca+da+onu.shtml>

militar como é o caso do Brasil. Por sua vez, para ALC é particularmente vantajoso comprar armamento chinês, devido ao seu baixo preço relativo e à facilidade nas condições de pagamento. Além de que estes países são ainda beneficiados com as doações de material bélico por parte da China.

Segundo um estudo realizado à sociedade civil latino-americana pela Universidade Jiaotong de Shanghai em 2013²³⁵, sobre o efeito da influência chinesa na região, 19,9% dos latino-americanos vêm a China como o segundo melhor modelo de desenvolvimento. 56,6% afirmaram ver de maneira positiva o crescimento económico da China na região. Um facto curioso é que essa influência é vista melhor pelos países que mantêm relações com Taiwan, como Nicarágua, Paraguai e República Dominicana. Entre os países que mantêm relações diplomáticas com a China e que vem a influência de forma positiva, a Costa Rica realça-se com 63,3%. Entre os países que menos habitantes estão a favor das relações com a China, está o Brasil (48,2%), Uruguai (47,5%), o Equador (43,7%, México (41%) e a Argentina (37,4%). Este estudo mostra, igualmente, que dentro dos países há divergências de opiniões em relação a essa influência, sendo mais positiva para os governantes e elites do que para a sociedade civil.

Um aspeto muito importante que a ALC conduz com cuidado é a possível mudança da relação dos EUA com a região a partir da maior presença da China, configurando uma particular relação triangular de relevância crescente na geopolítica hemisférica. Este cenário coloca à ALC numa condição de procura constante de equilíbrio entre o Liberalismo e o socialismo. Embora China tenha trazido maiores benefícios económicos nos últimos anos, gerando uma situação de interdependência sino-latino-americana, os EUA continuam a ser uma potência cuja situação geoestratégica está muito latente na ALC, e, por outro lado, esta região é de suma importância para os EUA devido, sobre tudo, à sua proximidade geográfica.

A pesar disto, é importante mencionar, que embora ALC não deva esquecer a importância da competência sino-estado-unidense, esta também não pode ser vista

²³⁵ *Ibid.*

como um obstáculo para solidificação de laços com a China já que os benefícios económicos fazem necessário assumir riscos calculados no plano político²³⁶.

Um dos principais limites para a ALC são as diferenças culturais²³⁷, a necessidade de compreensão por cada uma das partes, para a ALC a cultura chinesa é bastante peculiar e ela se encontra completamente inserida nos chineses na hora de fazer negócios ou estipular relações públicas internacionais. O fosso cultural entre a China e América Latina tem efeito em muitas áreas, a partir das diferentes preferências dos consumidores que limitam o apelo das exportações latino-americanas, como café e carne bovina, até as diferentes atitudes em relação à autoridade em transações comerciais e administrativas, que contribuem para problemas de trabalho e outras dificuldades se for caso República Popular da China tem operado na América Latina.

Uma outra barreira para a ALC é a barreira linguística com a China, quando comparado com os EUA e considerando que uma grande parte da população de ALC fala inglês, que muitos pouco falam e leem chinês, e vice-versa. Neste contexto, quando visitamos as faculdades de Estudos Latino-Americanos nas Universidades de Pequim e Shanghai, precatou-se que ao contrário do que acontece na ALC, as faculdades de estudos latino-americanos concentram mais o seu estudo à língua e literatura castelhana ou portuguesa, enquanto que nas universidades latino-americanas as faculdades de estudos chineses prestam maior atenção ao estudo da política externa chinesa do que a própria língua. Embora os programas em língua chinesa estejam a ser multiplicados na América Latina, a dificuldade do tempo necessário para aprender mandarim e o conjunto de caracteres chineses são um poderoso impedimento para o crescimento de laços entre as duas culturas.

Neste aspeto, é importante mencionar que a implantação dos institutos Confúcio, ainda é recente na ALC, mas embora lentamente, está aos poucos a obter resultados. Dados sobre a imagem de estes centros no mundo publicados em 2015²³⁸

²³⁶ “China y América Latina: estrategias para una hegemonia transitoria”. (Junho de 2006). Consultado em Março de 2016, de Nueva Sociedad. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/china-y-america-latina-estrategias-bajo-una-hegemonia-transitoria/>.

²³⁷ Ellis, E. (2011). Chinese soft Power in Latin America - A case of study. *Features* (60), 85-91.

²³⁸ “China en América Latina: repercusiones para España”. (2015). Consultado em Março de 2016, de Real Instituto el Cano. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/673042004a594545ae26ae207baccc4c/DT3->

revelam que o Brasil, que conta com oito centros e duas aulas, é o país do mundo que mais e melhor valoriza as atividades de Instituto Confúcio, com um 78% de respostas positivas.

Além da falta de compreensão, de maneira geral, os latino-americanos percebem um sentimento de desconfiança por parte dos chineses. Apesar dos esforços de empresários e políticos chineses para chegar à América Latina, estes são com muita frequência percebido como “não um de nós”. Uma realidade refletida mesmo em comunidades chinesas, que muitas vezes permanecem apenas parcialmente integradas, apesar das profundas raízes históricas em muitas cidades latino-americanas, como em Lima e Guayaquil²³⁹.

Tal distância, muitas vezes, traduz-se numa desconfiança persistente, mesmo quando ambos os lados percebem os benefícios da cooperação. Empresários latino-americanos comumente expressam dúvidas, sugerindo que os chineses são agressivos e manipuladora nos negócios, ou escondem agendas escondidas por trás de suas expressões de amizade e boa vontade.

Em suma, os efeitos das relações políticas e diplomáticas com a China têm sido maiormente benéfica para ALC, mesmo tendo em conta as diversas ideologias políticas presente na região. A força motriz que leva a uma assertiva relação política são as questões económicas que o imparam. Neste sentido, os interesses económicos da ALC e os benefícios financeiros, conduzem a que cada vez mais a região tenha interesse em estabelecer tratados e relações bilaterais com a China de forma a reforçar as relações e lograr a apologia do “sul-sul”. Porém ainda existem algumas barreiras, como a língua e a cultura, que têm atrasado este desenvolvimento.

4.3. INFLUÊNCIA COMERCIAL

Os recursos económicos podem produzir tanto um comportamento de poder suave como de poder duro. Um modelo económico bem-sucedido não só produz os

[2015-Esteban-China-en-America-Latina-repercusiones-para-Espana.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=673042004a594545ae26ae207bacc4c](#)

²³⁹ Ellis, E. (2011). Chinese soft Power in Latin America - A case of study. *Features* (60), 85-9.

recursos militares latentes para o exercício de poder duro, como também pode atrair outros a imitar esse exemplo.

Existe uma grande controvérsia em torno aos efeitos do comércio chinês sobre as economias latino-americanas. Por um lado, a relação “win-win” que a China comumente menciona na sua diplomacia externa, segue a lógica de pensamento ambas partes beneficiam e complementam-se na relação, já que a China procura matérias-primas e, em contrapartida, ALC têm abundância de recursos e precisa de compradores, desta forma o país asiático colabora e promove as exportações da região latino-americana. Por outro lado, para alguns países da região latino-americana as relações comerciais com a China têm desencadeado maior dependência, no qual o resultado tem sido um progressivo *deficit* da balança comercial para ALC, maioritariamente nos países mais desenvolvidos.

O *soft power* que a China utiliza na sua política externa, seduzindo as economias latino-americanas com a defesa de relações *win-win*, defende que ambas as partes obtêm benefícios comerciais. Na economia tradicional isto acontece realmente já que, embora relativos, existem resultados positivos. No entanto, seria muito ambicioso afirmar que os resultados positivos são absolutos. A política “sul-sul” difundida pela China é atraente para à ALC, porém, a ideia de que o crescimento chinês está a puxar a América Latina consigo é controverso constatando os efeitos e as implicações da relação para o continente latino-americano.

Neste sentido, ao analisarmos os impactos da influência comercial China na ALC, é imprescindível ter em conta que ALC é um continente que embora tenha uma cultura e uma história muito semelhante, a política interna e os recursos de cada país são distintos, consequentemente, os efeitos do comércio com a China na economia também diferem.

Como foi mencionado no capítulo anterior, comumente os efeitos dividem-se de país para país. Categorizando-os brevemente, em primeiro lugar estão os países beneficiados pelos recursos de *commodities*. Em segundo, as economias Industriais sem TLC e exportadoras de *commodities*. Em terceiro, as economias exportadoras de Produtos Industriais que possuem TLC com EUA. Em quarto, os países que pese embora sejam mais desenvolvidos são também exportadores de *commodities* e que possuem uma grande presença em alguns segmentos do mercado estado-unidense,

que ainda (meio prazo) não é enviado pela China. Por último, as economias pequenas que são países exportadores de *commodities* e, em termos de competitividade, a base industrial têm pouco a perder.

Segundo um artigo de Evan Ellis²⁴⁰ sobre o êxito da influência chinesa na América Latina e Caraíbas, a percepção generalizada da China na região pode ser dividida da seguinte forma: esperança de um futuro acesso ao mercado chinês; expectativas de futuros investimentos chineses; a influência de entidades e infraestruturas chinesa na América Latina; a possibilidade de que a RPC possa servir como contrapeso dos EUA e instituições ocidentais presentes na região; a China como modelo de desenvolvimento; a afinidade para a cultura chinesa e ética do trabalho; a China como a “tendência” do futuro.

Por uma parte, a demanda Chinesa por exportações latino-americanas teve um papel fundamental para ajudar a América Latina a resistir à crise financeira, ao mesmo tempo que ajuda a diversificar o mercado de exportação latino-americana e assegura um comprador comercial com uma crescente demanda interna. Um ponto favorável também é que a China possui capital suficiente para providenciar financiamentos à região latino-americana, sendo que muitas nações latino-americanas têm sido beneficiadas.

Assim, os preços das matérias-primas têm chegado a níveis altos, em grande parte devido à demanda chinesa gerando longos crescimentos na região latino-americana. Todavia, a importação de produtos chineses de baixo custos tem favorecido aos consumidores e adicionalmente, a China constitui um mercado de grande dinamismo que planteando importantes oportunidades para o sector privado da ALC²⁴¹.

Por outra parte, conforme os dados apresentados no capítulo anterior, salienta-se várias observações que apresentam efeitos negativos da presença chinesa para a região latino-americana, em particular os efeitos indiretos que surgem dentro da mesma região latino-americana e não propriamente no comércio externo. Assim,

²⁴⁰ R. Evan Ellis (2011). “*Chinese Soft Power in Latin América: A case Study*”, Consultado em Março de 2016, de Features. Disponível em: ndupress.ndu.edu

²⁴¹ Poniachik, D., Meller, P., & Zentero, I. (Outubro de 2012). El impacto de China en América Latina: ¿Desindustrialización y no diversificación de exportaciones? CIEPLAN. Disponível em: <http://www.cieplan.cl/>.

para alguns países da região, particularmente os mais competitivos, o comércio com a China apresenta ameaças na exportação intrarregional dos seus produtos mais industrializados. Em algumas economias que passaram por processos de desindustrialização ou que não avançaram nas etapas mais complexas do processo de substituição de importações, este facto deve-se a forte presença manufatureira de produtos chineses, deslocando a produção regional e gerando desemprego e maior pressão competitiva. Neste contexto, um caso particular é o Brasil, que tem perdido participação no mercado de países vizinhos, principalmente devido à competição com as importações provenientes da China.

Desde o ano 2002, quando o comércio entre China e ALC começou a aumentar significativamente, muitos países da região deparam-se com uma reprimarização nas suas economias. Uma consequência é a manutenção de um padrão de comércio muito reduzido baseado nas exportações para a China em *commodities*²⁴² como o petróleo (Venezuela e Equador), o cobre (Chile), a Soja (Argentina e Brasil), concentrando a variedade de produtos exportados por cada país, em contrapartida, as exportações da China para a região têm sido mais diversificadas e com maior valor agregado²⁴³. Além de que, e em segundo lugar, as exportações para China estão limitadas maiormente a alguns países latino-americanos e concentram-se numa gama muito estreita de produtos. A concentração de exportações dos produtos primários de muitos países na região não são negativas para seu desenvolvimento económico, no entanto a relação que se define cada vez mais como um vínculo entre uma nação industrializada e um conjunto de países ricos em matérias-primas.

Em terceiro lugar, no seguimento da noção dos termos relativos, as matérias-primas representam o 75% das vendas da ALC para a China e 12% em outros produtos de manufatura intensiva de recursos naturais. Do lado Chinês, para a região, o cenário apresenta-se invertido já que 98% das vendas externas chinesas são de produtos industrializados, sendo que 68% é de alta e media tecnologia e 20% de baixa

²⁴² Aguiar de Medeiros, C., & Vital, M. R. (Março de 2015). Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. *Revista de Economía Política*. Disponível em: www.scielo.br.

²⁴³ Ferchen M. (2011) "China-Latin America Relations: Long-term Boon or Short-term Boom?", en The Chinese Journal of International Politics, Vol. 4, 2011, 55-86.

tecnologia²⁴⁴. Existindo uma exportação limitada de produtos latino-americanos maiormente concentrados e *commodities* e comércio de energia, os sectores mais afetados nos países da região tendem a ser os de sectores intensivos em trabalho, seguidos pelos intensivos em tecnologia. Logo, a dependência latino-americana além de variar muito de país para país, pode trazer impactos negativos para o potencial de desenvolvimento dos sistemas produtivos internos.

Um quarto efeito das exportações para a China é a degradação medio-ambiental, consequentes das relações comerciais entre ambas partes, devido que geralmente os produtos de extração mineira e agrícola serem de uso intensivo do meio ambiente e, por sua vez, ambos sectores geram menor número de emprego²⁴⁵. Ao desenvolver relações com países da América Latina e Caraíbas, e procurando apoio da suas empresas e cidadãos, a RPC tem um poder de persuasão maior do que comumente se reconhece²⁴⁶. As empresas chinesas estão a aumentar as suas operações na região latino-americana, pondo-os em posição de empregadores, provedores de ingressos para os governos, e atores nas comunidades, porém enfrentam limitações como as diferenças culturais e linguísticas o que leva à desconfiança dos chineses aos cidadãos locais e paralelamente desde uma perspectiva latino-americana, existe a percepção de que os chineses (devido a ditas limitações) não interagem com a comunidade local²⁴⁷. Em suma, a expansão das empresas chinesas não só favorece na obtenção de mercados, como também permite à China aceder a vantagens geopolíticas.

As empresas chinesas na América Latina são muitas vezes vistos como um consórcio de cidadãos pobres, que reservam os melhores empregos e subcontratos para os seus próprios nacionais, tratam os trabalhadores com dureza, e mantêm más relações com a comunidade local²⁴⁸. Algumas empresas chinesas na ALC foram alvos de

²⁴⁴ CEPAL. (2015). *“América Latina y el Caribe y China: hacia una nueva era de cooperación económica”*. Santiago, Chile.

²⁴⁵ OCDE/CEPAL/CAF. (2015), *Perspectivas económicas de América Latina 2016: Hacia una nueva asociación con China*, OECD Publishing, Paris. p. 174

²⁴⁶ R. Evan Ellis, (2011). “Chinese Soft Power in Latin America: A Case Study” *Joint Forces Quarterly*. Edición No. 60. Pp. 85-91.

²⁴⁷ “China’s Policy Paper on Latin America and the Caribbean (Documento de política de China en América Latina y el Caribe) (texto completo)”, Gobierno de la República Popular China. Noviembre de 2008.

²⁴⁸ Ellis, E. (2013). *The Strategic Dimension of Chinese Engagement with Latin America* (1ª ed.). (W. J. Perry, Ed.) Washington, DC: Center for Hemispheric Defense Studies. 46p.

diversas críticas, um exemplo disto aconteceu no Peru e no Equador, onde as empresas foram envolvidas em conflitos com grupos de indígenas e com as autoridades locais sobre desacordos laborais, fiscais e ambientais²⁴⁹.

Com efeito, o padrão de relações comerciais entre China e América Latina é claramente o padrão tradicional de tipo centro-periferia, com a China a exportar produtos manufaturados em troca exportação de matérias-primas. As compras massivas de produtos básicos por parte de China incrementam o risco do chamado “doença holandesa”²⁵⁰ na América Latina, sendo que não é suficiente só diversificar compradores, mas é necessário diversificar a estrutura produtiva para reduzir a vulnerabilidades das economias latino-americanas aos impactos.

Por uma parte, a curto prazo, as relações bilaterais da China e Latino-América significaram um crescimento histórico para muitos países da ALC que dependem maiormente da exportação de *commodities* que impulsionam a demanda Chinesa, favorecendo uma fase específica de desenvolvimento, contribuindo como fator determinante do progresso económico e social da região latino-americana.

Por outra parte, a redução do comércio viu-se afetada ultimamente, um exemplo é que desde o 2000 até 2015, identifica-se o ano 2014²⁵¹ o mais significativo, devido a desaceleração do crescimento económico da China que afetou a económica da ALC, o que representa a interdependência entre a economia China e a economia latino-americana, fruto dos fortes nexos económicos e comerciais, porém, retratando uma maior dependência económica da ALC por parte da China traduzindo-se a uma interdependência assimétrica..

Neste ponto, poderia destacar-se um conjunto de consequências, desde a desaceleração económica chinesa, a debilidade nos preços das matérias-primas latino-americanas, o gradual *deficit* comercial e, finalmente, uma maior dívida externa. São

²⁴⁹ Zaitchik, Alexander (2013). “To Get the Gold, They Will Have to Kill Every One of Us”. En Salon, 10 de febrero del 2013. Disponible en <http://tinyurl.com/mdgasda>.

²⁵⁰ Doença holandesa (do inglês *Dutch disease*) refere-se à relação entre a exportação de (Romer & Navarro García, 2010) naturais e o declínio do sector manufatureiro. A abundância de recursos naturais gera vantagens comparativas para o país que os possui, levando-o a se especializar na produção desses bens e a não se industrializar ou mesmo a se desindustrializar - o que, a longo prazo, inibe o processo de desenvolvimento económico.

²⁵¹ OCDE/CEPAL/CAF. (2015), *Perspectivas económicas de América Latina 2016: Hacia una nueva asociación con China*, OECD Publishing

exemplos que revelam a situação de interdependência assimétrica económica para alguns países da região latino-americana²⁵².

Como resultado da exportação de produtos básicos para a China, eminentemente em produtos do sector primário, esta teve um impacto limitado na criação de emprego na ALC. Porque a produção destes produtos gera uma menor criação de emprego comparativamente, aos produtos industriais. Os efeitos do emprego para cada país dependem da composição das exportações e importações que cada um deles tem com a China. Na Argentina e no Brasil, o comércio com a China tem tido um impacto positivo no emprego dos sectores mineiros e agrícolas tendo sido substituído pela queda do emprego nos sectores de manufatura²⁵³.

Outro efeito na região, segundo Evan Ellis²⁵⁴, no que refere às relações Sino-Latino-americana, é a preocupação se o retorno corrente das exportações de *commodities* seja apropriado, principalmente, pelas elites económicas ou políticas dos países latino-americanos. Isto significa que existe uma forte centralização na ALC nos benefícios da exportação de *commodities* cujos proprietários, normalmente, concentram-se nas elites empresariais.

Os relatórios da Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) acima mencionados, ressaltam como a demanda chinesa de produtos latino-americanos teve um papel crucial para a América Latina conseguir resistir à crise financeira. O que indica que mesmo os sépticos latino-americanos podem ver um lado positivo naquilo que foi, por muito tempo, notado como padrões de desenvolvimento historicamente disfuncionais.

Para todos os países da região, a China tende a levar a uma especialização extrema de comércio na região acumulando maior influência, que segue em linhas gerais o padrão da teoria da dependência de comércio “centro-periferia”²⁵⁵. Porém, em tempos de globalização, em rigor, não existe uma teoria da dependência, mas

²⁵² Raiting, Fith. “*El precio de las materias primas pondrá a prueba a América Latina*”. (21 de Setembro de 2015). Consultado em Março de 2016, de el economista. Disponível em: <http://eleconomista.com.mx/fondos/2015/09/21/precio-las-materias-primas-pondra-prueba-america-latina>.

²⁵³ OCDE/CEPAL/CAF. (2015), *Perspectivas económicas de América Latina 2016: Hacia una nueva asociación con China*, OECD Publishing, Paris. p. 101

²⁵⁴ R, Evan Ellis, (2009). “China in Latin América: The whats & wherefores”. Lynne Rienner Publishers.

²⁵⁵ Cesarin, Sergio “China: perspectivas de la política exterior en la post Guerra Fría”, Observatorio de la Política Exterior de China del 10 de junio del 2006

simplesmente a dependência dentro do sistema internacional de relações de força e poder²⁵⁶. No entanto, quando a China descreve as relações comerciais com ALC defende uma política “sul-sul” devido à condição de ambas partes de países em vias de desenvolvimento, o que tradicionalmente se conhece como “norte-sul” refere uma maior exploração por parte dos países norte, assim, se bem para ALC existe uma interdependência assimétrica.

A interdependência envolve uma sensibilidade a curto prazo e uma vulnerabilidade a longo prazo. A sensibilidade refere-se ao efeito e as alterações no comércio verificados de uma parte pela outra, enquanto a vulnerabilidade refere aos custos relativos da alteração da estrutura de um sistema de interdependência. Assim, o país vulnerável entre os dois países é aquele que teria menos custos mediante a alteração de uma situação. Ser um país vulnerável e menos dependente, isto pode ser uma fonte de poder, logo, a manipulação das assimetrias de interdependência é uma dimensão importante para o poder económico.

O *soft power* da China é enfatizado pelo êxito dos respetivos modelos económicos, uma economia grande e bem-sucedida não só produz os recursos para o poder duro, como também a atração característica do poder suave. Uma dimensão importante subjacente ao comportamento do poder económico é tornar a outra parte mais dependente da outra.

No conceito do poder tradicional, o poder de um país está relacionado com os seus recursos, ora, neste caso em particular, se por uma parte a China possui recursos económicos, por outra parte, o que possui a ALC são os recursos naturais cativantes para a China. Um exemplo disto foi quando a China se assumiu como comprador de mais da metade das exportações de ferro no mundo, os preços quadruplicaram entre 2000 e 2008, o governo chinês ficou descontente, pois apenas três empresas dominavam o comércio do minério de ferro (BHP, Rio Tinto e Vale)²⁵⁷. O recurso de mineração ocidental é vital para responder aos vastos projetos de infraestrutura da China. Para defrontar a situação, vem tentando reverter esse oligopólio do mercado (e

²⁵⁶ Machado, T, Luiz. “A teoria da dependência na América Latina”. (Jan/Apr. 1999). Consultado em Março de 2016, de Scielo Brasil. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000100018.

²⁵⁷ “Testing their metal”. (22 de Outubro de 2009). Consultado em Março de 2016 de The Economist. Disponível em: <http://www.economist.com/node/14710643>.

têm conseguido com êxito) fazendo investimentos em empresas de ferro, como resultado têm ganhado maior influência nesse mercado.

Neste sentido, a importação de matérias-primas latino-americana para a China, representa uma importante alternativa de oferta para abastecer as suas necessidades internas cada vez maiores a medida que classe social chinesa torna-se mais consumidora. Em contrapartida, para muitos países da ALC, a China é o principal parceiro comercial, baseando maiormente o comércio de exportação numa concentração limitada de produtos. Um exemplo disto é que quando existe um menos dinamismo da procura chinesa, o comércio na ALC tende a debilitar-se²⁵⁸.

Um exemplo a mencionar é a diminuição do valor das exportações regionais da ALC em 2014, refletido pela redução da demanda chinesa em matérias-primas. O valor das exportações a China reduziu-se a 13 dos 16 países mencionados no capítulo anterior, sobre os quais representam quase o 94% das vendas totais da região para a China. A diminuição da demanda chinesa deu como resultado uma queda dos preços nos produtos básicos, explicado em grande parte pela queda do valor das exportações de ALC em 2014²⁵⁹. Por conseguinte, neste cenário de interdependência, o país mais vulnerável é a China, enquanto que a parte mais sensível é o continente de ALC, o que concede à China uma posição de maior poder e influência na região.

4.4. INFLUÊNCIA FINANCEIRA

Quando referimos o IDE, podemos distingui-lo em função das motivações Chinesas na região latino-americana - procura por recursos naturais, de mercado e de eficiência. Os empréstimos chineses na região não envolvem condicionalismos políticos, devido a um dos seus princípios de coexistência pacífica.

É importante ressaltar que os estudos referentes a IDE chinês e até os dados fornecidos são muito limitados, já que, até 2010, os dados não eram propriamente difundidos oficialmente. Isto dificulta a análise sobre a real magnitude dos investimentos na região. Nesse sentido, um documento publicado em Janeiro do

²⁵⁸ OCDE/CEPAL/CAF. (2015), *Perspectivas económicas de América Latina 2016: Hacia una nueva asociación con China*, OECD Publishing, Paris. 97p

²⁵⁹ *ibid*, 98p.

mesmo ano pela CEPAL, chamado “*Explorando espacios de cooperación en comercio e inversion*” para o Primeiro Foro da CELAC-China, onde se menciona que o investimento estrangeiro direto procedente da China para ALC foi limitada até 2010.

Apesar disto, o IED chinês na ALC chegou a representar o 13% do total de IED chinês. O destino final do investimento chinês é incerto visto que, 93% do mesmo está alojado em paraísos fiscais nas Caraíbas (25% do ID estrangeiro na China tem origem no paraíso das Caraíbas)²⁶⁰.

Os projetos de infraestruturas são de três tipos: (1) Presentes por parte da RPCH; (2) projetos pagos por investidores chineses; e (3) empréstimos dos bancos chineses. Os seus efeitos na ALC são diversos. Em primeiro lugar, os governos de países como a Venezuela e Equador têm-se tornado cada vez mais dependentes do capital chinês no seu território. Em segundo lugar, os grupos de investidores, empresários, bancos e captadores de empréstimos, que se preocupam em correr riscos económicos. Em terceiro lugar, os engenheiros, as agências ecológicas, as Organizações não-governamentais Internacionais e locais e as comunidades locais, preocupam-se com os riscos ecológicos de algumas infraestruturas.

Também existe relação explícita de reciprocidades relacionadas com “ajuda condicionada”²⁶¹, onde se requiere que os beneficiários contratem empresas chinesas-, uma prática muito frequente em tradicionais doadores do Norte, inclusive dos EUA. Esta competência debilita os negócios e provedores latino-americanos de materiais, desaproveita a mão-de-obra local e dificulta a transferência de tecnologia e de conhecimento para os países da região.

As nações da ALC, em geral, pagam um maior prémio para os empréstimos chineses, que se concretizam sob forma de taxas de juros e não precisamente sob forma de “empréstimos por petróleo”. A maioria dos empréstimos chineses por petróleo na ALC está ligada a preços do mercado e não à quantidade de petróleo. Porém, a composição e o volume dos empréstimos chineses são potencialmente mais degradantes em termos ambientais que os portfólios de empréstimos de bancos ocidentais na ALC.

²⁶⁰ “*Qué busca China en América Latina?*. (22 de Maio de 2015). Consultado em Março de 2016, de Clarín. Disponível em: www.eco.clarin.com.

²⁶¹ Erthal Abdenur, A., & Marcondes de Souza Neto, D. (2013). Cooperación China en América Latina. Las implicaciones de la asistencia para desarrollo. *Íconos. Revista de Ciencias Sociales*, 69-85p.

Embora a economia chinesa seja a mais vulnerável, a China utiliza seu poder económico para garantir a obtenção dos recursos naturais na região da ALC. Desta forma, em muitas situações, mediante empréstimos, além de garanti-los, consegue ainda descer o preço dos produtos. Neste sentido, a sensibilidade das relações bilaterais com a China de alguns países da região também se evidencia com os empréstimos solicitados à China, Como foi o caso dos \$5 mil milhões de empréstimos outorgados a Venezuela para a produção de petróleo²⁶², diminuindo o preço do produto e gerando menor ganho.

Em termos gerais o financiamento chinês constitui resultados positivos para a região. As oportunidades da ALC, com os empréstimos chineses, ajudas e doações têm sido maiormente favorável para a região, oferecendo a possibilidade de melhorar condições de infraestruturas até para a exportação dos seus produtos, oferecendo uma oportunidade de apoio e bases que permitam um desenvolvimento futuro mais sustentável.

A China também ofereceu cooperação²⁶³ e assistência económica a um pequeno grupo de países latino-americanos que têm estado envolvidos na pobreza por muito tempo. Alguns países latino-americanos fazem parte dos 49 países mais pobres do mundo, sendo beneficiados do programa de doações e empréstimos da China.

Se bem a China oferece rápidos e abundantes financiamentos para projetos de desenvolvimento na região, paralelamente os impactos podem não ser positivos para a região, tendo em conta: as mudanças da prioridade temáticas; deslocamento de doadores e exclusão da sociedade civil e fragmentada da região.

Um efeito importante está relacionado com a sociedade civil, que se mostra preocupada o seu papel na assistência para o desenvolvimento possa diminuir dado que a China negocia a cooperação estritamente a nível estatal.

Outros impactos na região podem ser tanto positivo como negativos. Por exemplo, as infraestruturas de grandes projetos como o Canal de Nicarágua, a ligação

²⁶² “China otorga a Venezuela préstamo de USD 5.000 millones para producción petrolera”. (2 de Setembro de 2015. Consultado em Março de 2016., de EL ESPECTADOR. Disponível em: www.elespectador.com.

²⁶³ “China forgives 377 foreign debts”. En GB Times, 2 de diciembre del 2008. Disponível em: <http://tinyurl.com/mp-p7l48>.

ferroviária Transoceânica entre Brasil e Peru, porém existem dúvidas sobre os aspetos fundamentais como a viabilidade económica e impacto ambiental²⁶⁴.

O financiamento da China padece de falta de controlo e de transparência sobre os projetos financiados, como os escassos incentivos às reformas de governo, especificamente, quando comparado com os empréstimos concedidos pelos organismos financeiros internacionais. Isto tem provocado diversos incidentes com comunidades locais tanto pela deterioração do meio-ambiente como pelo deslocamento das comunidades rurais, pela obrigatoriedade de contratar pessoal procedente do país asiático e ausência de transparência na aquisição de alguns dos projetos. Isto limita as possíveis externalidades positivas que podem derivar-se das sociedades recetoras.

²⁶⁴ China en América Latina: repercusiones para España". (2015). Consultado em Março de 2016, de Real Instituto el Cano. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/673042004a594545ae26ae207bacc4c/DT3-2015-Esteban-China-en-America-Latina-repercusiones-para-Espana.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=673042004a594545ae26ae207bacc4c>

Conclusão

A presente dissertação teve como objetivo central identificar os desafios e oportunidades para a América Latina e Caraíbas sobre a complexa influência Chinesa presente na região, desde 2000 até 2015. Vimos como a China, no seu papel de potência emergente do sistema internacional, acompanhada do seu rápido crescimento económico, processo de industrialização e aumento da demanda interna, tem vindo a desenvolver a sua influência na América Latina e Caraíbas e o impacto que essa influência está a ter na região.

No intuito de traçar uma via para chegar ao objetivo central, estruturamos quatro objetivos específicos. Para o nosso primeiro objetivo, explorar a evolução das relações bilaterais entre a República Popular da China e América Latina e Caraíbas, elaboramos a questão derivada “Como foi a relação da China com América Latina ao longo da história?”, para a qual colocamos uma hipótese inicial: “A relação bilateral ao longo da história tem tido um vínculo progressivo criando uma maior dependência assimétrica”.

Numa primeira fase, explorando a história das relações bilaterais, verificamos que desde a proclamação da República Popular da China em 1949 até 1990, as relações bilaterais com ALC evoluíram lentamente, principalmente, devido entre outros fatores, às condições internas de ambas partes e às barreiras ideológicas existentes durante a Guerra Fria. Embora o progresso das relações fosse lento, um grande número de países reconheceu diplomaticamente a China na década de oitenta. No entanto, foi só a partir do século XXI é que assistimos a uma evolução dessas relações, com maior rapidez. Numa primeira fase essa evolução deveu-se ao interesse da RPC, face a Taiwan, ganhar um maior reconhecimento diplomático pelos países da região. Numa segunda fase, essa mesma evolução acompanha o crescimento económico da China e os desafios internos que se este crescimento trouxe associado, nomeadamente, o incremento da demanda de *commodities* e de energia e a procura de novos mercados para as suas importações e exportações. Desta forma, nesta

segunda fase, verifica-se que os fatores económicos apoiaram o desenvolvimento da complexa influência chinesa na região. Sendo que a evolução da relação traduz-se no aumento do número de países que passam a ser parceiros estratégicos da China.

Apuramos, igualmente, que a relação da China com a ALC intensificou-se com o forte interesse do gigante chinês nesses países e que esse mesmo interesse não só trouxe a expansão da sua presença, como também conduziu a sua maior influência sobre a região. Esta influência entendida como “o poder que uma parte exerce sobre a outra” difere quando falamos de uma simples presença e tem-se traduzido um sucesso. Com efeito, ao analisarmos a pragmática política externa da China na região, apuramos que têm obtido um forte sucesso, principalmente devido à defesa das relações “sul-sul”, porque representa uma alternativa diferente à que países latino-americanos estão habituados (norte-sul).

A nossa análise permitiu-nos também concluir que o incremento das relações bilaterais, sobretudo económicas, trouxeram, por um lado, benefícios à América Latina e Caraíbas, mas por outro, concederam à China um maior poder na região, tornando os países da ALC mais dependente do país asiático. Em termos de benefícios os vínculos com a China trouxeram: diversificação nas relações exteriores; incremento das suas exportações com melhores resultados económicos; ganhos mediante os financiamentos, capitais e investimentos das empresas e bancos chineses; importações da China favoráveis aos consumidores latino-americanos. Em relação à dependência referimos que as relações comerciais trouxeram maior sensibilidade para as economias internas da América Latina, um exemplo desta afirmação foi visível com a desaceleração do crescimento económico da China em 2014, que consequentemente afetou a economia da região.

Paralelamente, podemos expor que, como a RPC necessita das matérias-primas provenientes da região para abastecer a sua demanda interna, tornou-se o país menos dependente entre ambas partes. Apesar de ser propenso a poder vir sofrer alterações (embora de pouca dimensão) na procura interna de matérias-primas, perante as alterações de uma situação no comércio sino-latino-americano, é a parte que tem menos custos relativos. Desta nossa análise podemos concluir que existe uma interdependência nas relações entre ambos e não uma relação de dependência como foi refletido na hipótese inicial. No entanto, é uma interdependência assimétrica, já

que o continente latino-americano é mais sensível às alterações no comércio com a China. Logo, se um país é vulnerável mas é menos dependente (China), isto pode ser uma fonte de poder, concedendo-o maior manipulação na relação de interdependência <assimétrica>, o que é uma dimensão importante de influência.

O nosso segundo objetivo deste trabalho foi analisar os elementos da influência da China na região Latino-americana, para isto, colocamos a seguinte questão derivada: “Como é que a China está a conseguir ganhar influência na América Latina?”. A hipótese inicial a esta pergunta foi que a China esta a utilizar o *smart power* através de uma estratégia pragmática de recursos (económicos, diplomáticos, políticos, militares e tecnológicos).

Para conseguir responder a esta questão, analisamos as formas de poder que a China exerce em cada uma das vertentes mencionadas, sendo que os resultados coincidiram com a hipótese que traçamos. Isto é, identificamos que o *smart power* é um elemento decorrente de estratégia pragmática chinesa para ganhar maior influência. Nas relações diplomáticas, o *soft power* está maiormente presente nas relações políticas e diplomáticas, sendo que o poder de atração exercido pela China na região tem sido seu maior aliado na hora de ganhar influência. A defesa dos cinco princípios de coexistência pacífica, da política de “sul-sul” e da importância da ordem multipolar, permitiram-lhe a expansão da sua influência que é traduzida pelo aumento do número de acordos bilaterais (exemplo na Educação e na cultura diplomacia militar), na sua maior integração em organismos intrarregionais e nas parcerias estratégicas com alguns países da região o que mostra a importância de estes países para a China (Argentina, Brasil, México, Venezuela e Peru).

É importante ressaltar que a influência chinesa deve-se também à diplomacia militar, que resulta do poder inteligente. Neste âmbito, a China esta a ganhar influência na região através: *i)* da venda e doações de equipamentos e armamentos militares gerando maior independência na região; *ii)* da cooperação em áreas estratégicas de transferência de tecnologia e inteligência; *iii)* de intercâmbios militares; *iv)* da presença física das forças do Exército de Libertação Popular da China na região.

A diplomacia militar pode ser vista como uma estratégia que aplica uma combinação inteligente dos recursos de poder duro (venda de armamentos) e do poder brando (intercâmbios, cooperação e assistência militar). Embora a RPC defenda

a situação como um ato de securitização, não deixa de obter uma maior influência geoestratégica. Conquanto, a dinâmica de uso do poder chinês na região latino-americana têm por objeto manter o “*status quo*” da China, na sua posição de estado em transição de poder no sistema internacional.

Nas relações económicas, o elemento de *smart power* apresenta-se com maior precisão, justificado pelo facto de identificar: i) recursos de *soft power*, *a priori* por meio da persuasão de fatores atrativos para América Latina e Caraíbas; ii) o modelo de desenvolvimento económico da China com resultados “win-win”; iii) o estabelecimento de novas instituições que servem para moldar as preferências das partes independente de outras potências. Por sua vez, o recurso de *hard power* é identificado através de comportamentos, sendo que entendemos que a utilização do recurso económico para “moldar” a preferência de um país é uma atitude de *hard power*. Um exemplo desta afirmação pode ser vista no início das relações com: i) a assistência que China presta aos países latino-americanos com uma única condição de que não reconheçam diplomaticamente Taiwan; ii) a prestação de assistência financeira com condições associada para o futuro do destinatário; iii) a capacidade de controlar o preço de um produto por meio de financiamento (ex. o caso do baixo da venda do petróleo venezuelano por um custo menor em troca de empréstimos); e iv) resultando com uma maior capacidade de persuasão.

Como referimos anteriormente, o impulso nas relações comerciais entre ambos resultou numa interdependência assimétrica, na qual a China é o país vulnerável (em resultado da necessidade contínua de matérias-primas) e a América Latina e Caraíbas o bloco mais dependente. Como resultado da nossa análise identificamos que a capacidade manipulação da China pode ser feita através das empresas chinesas no mercado interno da América Latina e Caraíbas, e que esta estratégia inteligente implementada na região pode ser uma fonte de poder para a China. A expansão das empresas e de capitais chinesas na região não só favoreceu a obtenção de mercados mas também permitiu à China uma maior vantagem geopolítica que consiste numa complexa integração no sector financeiro e produtivo, isto é, a China não só compra produtos comercializados por empresas latino-americana, como também adquire participação nas empresas possuindo maior controlo e assegurando o fornecimento do produto. Em 2015, a China já era um dos principais parceiros

económicos para alguns países da região como o Brasil e Chile, todavia, através do investimento em infraestruturas estratégicas, dividendos económicos, também assegura o fornecimento dos produtos que necessita.

O nosso terceiro objetivo era identificar os efeitos da influência chinesa na América Latina e Caraíbas a partir de uma perspectiva latino-americana. Para o mesmo elaboramos a seguinte questão derivada “Partindo de uma perspectiva latino-americana quais os efeitos da influência chinesa na região de América Latina e Caraíbas?”. Para esta traçamos a hipótese de que a crescente influência económica e geopolítica chinesa gerará maior dependência na América Latina e menor diversificação na sua economia externa latino-americana.

No intuito de encontrar uma resposta, a partir dos dados recolhidos e analisados, reconhecemos que devido à diversidade política e de recursos de cada país, os impactos foram diversos e desiguais. No que se refere às relações políticas, estes efeitos são gerais para a região, com o “reconhecimento do princípio de uma China única” a trazer benefícios, traduzidos pelo apoio económico e Investimento Estrangeiro Direto chinês nos países da ALC. A própria diversificação de parceria na política externa latino-americana sendo a China uma potência emergente na defesa da multipolaridade, diversificou seus clientes económicos e relações multilaterais.

No entanto, identificamos que os países que têm particular interesse no desenvolvimento da relação política com a China são: *i)* os que estão em situação de hostilidade com os Estados Unidos de América (ex. Equador, Venezuela, Cuba); *ii)* os que beneficiam da “disputa” China-Taiwan pelo reconhecimento internacional, obtendo benefícios de ambas partes; e *iii)* as potências regionais que tem interesses em manter uma relação “sul-sul” com a China e que defendem uma ideologia anti-hegemónica, procuram nessa relação uma parceria na defesa de uma ordem multilateral e multipolar no cenário internacional.

Com efeito, se por um lado as barreiras culturais e linguísticas são entraves para o potenciar a relação, existem outros fatores que fomentam o desagrado com a presença chinesa na região e cujos efeitos são negativos na perspectiva latino americana. Um bom exemplo é o descontentamento por parte de alguns trabalhadores com a presença chinesa na região, em particular, no que refere aos direitos dos trabalhadores segundo às leis da região a que muitos chineses não estão

habituaados. A própria percepção por parte da sociedade civil latino-americana em relação à comunidade chinesa como um grupo de pessoas isoladas que não promovem uma maior integração na região, potencia igualmente um sentimento de desconfiança para com os mesmos.

Na influência comercial chinesa apuramos que as relações são muito mais extensas, conseqüentemente os efeitos são muito diversos. Verificamos, igualmente, que existe uma visão positiva dos latino-americanos sobre as relações comerciais com a China devido, sobretudo: *i)* aos resultados de *superavit* no comércio; *ii)* apoio na diversificação dos mercados das suas exportações, assegurando um comprador com crescente demanda interna; *iii)* pelo facto da RPC possui capital suficiente para providenciar financiamento e ajuda ao desenvolvimento das infraestruturas nos seus países; e *iv)* a importação de produtos chineses de baixo custos estarem a favorecer os consumidores latino-americanos. Essa visão positiva por sua vez é mais generalizada nos países: *i)* com abundantes recursos de matérias-primas; *ii)* que possuem Tratados de Livre Comércio com a China tornando-os mais próximos de obter um resultado *win-win*; *iii)* e que através dos seus recursos têm sido beneficiados pelo grande fluxo de investimento chinês na região.

Por outro lado, os países que sentem que estão a ser negativamente afetados no comércio têm uma visão mais desfavorável sobre as relações comerciais com a China. Sendo que esta visão negativa é característica de dois grupos de países. Os primeiros, países exportadores de produtos industriais, que possuem Tratados de Livre Comércio com Estados Unidos de América e que se veem diretamente afetados pela competição com os produtos manufatureiros chineses (ex. México). O segundo, países cujas economias industrializadas obtêm um efeito negativo no mercado intrarregional causando uma desindustrialização e reprimarização na sua economia interna (ex. Brasil).

De maneira geral, o efeito negativo para a região deve-se a três fatores: primeiro, exportação limitada e concentrada numa gama muito estreita de produtos (maiormente primários) típico de relações Norte-sul; segundo, a concentração do comércio com poucos países da região, isto gera maior dependência para a região e impactos negativos para o desenvolvimento do sistema produtivo interno, gerando

também menos fonte de trabalho; terceiro e último, a degradação do meio ambiente gerada por produtos de extração mineira e agrícola.

Na influência financeira, verificamos que esta é vista de forma positiva para a região latino-americana, pelos efeitos igualmente positivos que está associada. Sendo que são particularmente bem vistos, sobretudo pelos países têm restrições de acesso aos mercados financeiros, os empréstimos financeiros chineses feitos de forma bilateral e mais direta, muito mais flexíveis e vantajosos que os empréstimos do Banco Mundial ou do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que são condicionados a cotas ou a participações conjuntas dos países nesses organismos. Por último, os países mais beneficiados têm sido a Venezuela, o Equador, a Argentina e o Brasil. Venezuela e a Argentina, por exemplo, não têm grau de investimento e sofrem com graves problemas econômicos devido à queda do preço do petróleo e do endividamento excessivo. Além disso, os prognósticos para esses dois países são extremamente negativos. Mesmo que recorressem a empréstimos de instituições norte-americanas, dificilmente receberiam financiamento delas sem a imposição de condições inaceitáveis para esses países.

Por outro lado, os financiamentos chineses podem ter efeitos negativos internos, nomeadamente por estarem associados a dois fatores: primeiro, terem menos requisitos meio-ambientais, provocando descontentamento da sociedade civil latino-americana; segundo, o investimento chinês estar mais concentrado na melhoria de infraestruturas para o comércio de matérias-primas o que resultar na “doença holandesa” na região provocando um maior processo de reprimarização.

Em síntese, na nossa análise vimos que os efeitos da influência chinesa para América Latina e Caraíbas são bastantes ambíguos podendo trazer resultados positivos para alguns países e negativos para outros. Embora esses resultados decorram das diversas características e ofertas de cada país, de uma maneira geral, devido à concentração de produtos no mercado e os efeitos de desindustrialização, pode identificar-se uma maior dependência por parte da América Latina. O que por sua vez, permite-nos reafirmar como válida a hipótese inicial, em que acrescente influência económica e geopolítica chinesa está a fazer gerar maior dependência na América Latina e menor diversificação na política externa latino-americana. Sendo que, em

termos comerciais, uma menor diversificação no comércio da América Latina e Caraíbas representa um grande desafio para a região.

Perante este quadro e após termos respondido às perguntas derivadas e verificado as nossas hipóteses iniciais, segundo as vertentes estudadas, estamos aptos a responder à pergunta central da presente dissertação: *“Que desafios e oportunidades se colocam com a influência chinesa na América Latina?”*

Nas relações políticas e diplomáticas, quando comparado, o interesse especificamente político da China na região é menor que o comercial. Noutras palavras, o interesse da China na região é dominado pela vertente económica, sendo que a política externa pragmática chinesa não é favorável a governos instáveis (importante para atividade económica) e onde haja uma constante ameaça de nacionalização do mercado interno (contrário ao interesse chinês). Assim, embora a China tenha uma política de esquerda pragmática age através do capitalismo. Neste sentido, é importante não cair no erro da esquerda populista com um forte espírito nacionalista, que até agora tem levado impactos negativos na economia dos países da ALC, cabe aos mesmos uma maior abertura ideológica que só tem afetado aos seus cidadãos de maneira geral.

Um dos principais desafios dos governos é tomar medidas para enfrentar a distância que impera entre a China e a América Latina para que os conflitos relacionados pela falta de confiança e desconhecimento se dissipem com o tempo. Para dissipar estes desafios, era importante o desenvolvimento de intercâmbios culturais, em particular do intercâmbio da população mais jovem, com maior qualidade educativa, com redes chinesas que possam colaborar para melhorar o conhecimento sobre ambas partes através do conhecimento da língua e potenciando a educação da população e por fim para abrir ligações comerciais futuras. Os governos chineses e latino-americanos poderiam também fomentar medidas para facilitar os movimentos das pessoas entre ambas as partes, como uma forma de criar aproximações que possam conciliar as perceções de sentimento de desconfiança.

Os países da América Latina e Caraíbas poderiam ultrapassar os desafios que enfrentam, criando uma política comum e conjunta para desenvolver as relações com a China, independente das suas diversidades políticas e ideológicas. Seguindo o modelo chinês, que lançou um livro Branco onde estabelecia os objetivos da sua

política externa para toda a região, os países da ALC poderiam conceber um documento conjunto semelhante ao Livro Brando, definindo as políticas externas da região para o gigante chinês. Ou mesmo através do Fórum da Comunidade Económica para América Latina e Caraíbas, onde os governos podiam fomentar diálogos e mecanismos de cooperação com a China, relativos às finanças, comércio e meio-ambiente regional.

As relações comerciais enfrentam desafios muito vastos conforme a diversidade dos seus efeitos na região, sendo que, a turbulência financeira na China poderia ser uma oportunidade para países latino-americanos diversificassem mercados de exportação, em particular apostando na Europa e na Ásia. É transcendental que os países da América Latina e Caraíbas procurem diversificar os seus mercados, apostando na criação de alianças comerciais com outros países, de forma a conseguirem desenvolver outras áreas produtivas e não estarem tão dependentes das exportações dos seus recursos naturais. É necessário também que investam num capital humano mais capacitado, olhem para a inovação e para o progresso tecnológico e que tracem novas políticas industriais. Neste sentido uma oportunidade a ter em conta é que, decorrente da maior presença chinesa, as indústrias de automóveis, da agro-indústria e da eletrónica, articuladas com empresas provedoras locais, podem fortalecer a cadeia de valor regional, ajudando a elevar os reduzidos níveis do comércio intrarregional.

No que refere as relações financeiras, um dos desafios que a ALC enfrenta é a falta de transparência no Investimento Estrangeiro Direto da China, o que permite que, muitas vezes, sejam beneficiadas algumas das elites da região como resultado da corrupção existente em alguns países. Para a sociedade latino-americana esta situação torna-se a mais crítica, já que as tentações dos líderes políticos latino-americanos de gastar o dinheiro mais de maneira demagoga do que inteligente, em vez de investirem na educação, na construção de hospitais, etc., provoca ainda maior desigualdade social. Por outro lado, o incorreto uso dos recursos e dos Investimento Estrangeiro Direto chineses já existente pode levar à ALC a enfrentar grandes desafios, em particular, uma maior dependência da China. Além de que, os governos latino-americanos podem aproveitar oportunidades do Investimento Estrangeiro Direto aumentando o rendimento da produtividade, o crescimento e a assimilação de

tecnologia, a inovação de assinaturas, que por sua vez, poderá gerar um efeito de reprodução da economia local, ajudando a compensar qualquer perda de postos de trabalho.

Defendemos que, cabe à América Latina e Caraíbas o principal desafio de não deixar que a história se repita, ou seja, que a tradicional influência dos grandes impérios europeus e americanos assistida ao longo da história, passe agora para a influência chinesa. Isto pode dever-se quanto maior for o poder que os latino-americanos outorguem à China na sua região. Os países da América Latina devem utilizar sabiamente os seus recursos para contrabalançar a assimetria em que se encontram na relação, gerando uma maior vulnerabilidade e menos dependência em relação à China.

Por fim, este estudo constituiu apenas um contributo para o conhecimento sobre a relação da China com os países da América Latina. Dada a importância do tema considera-se que muito há ainda que percorrer no campo da investigação nesta área sendo, portanto, um campo fértil de trabalho para outros investigadores. Uma das formas de dar continuidade a este estudo, e ultrapassando as limitações que nos prendeu, era analisar os documentos primários em língua chinesa e fazer uma comparação entre a influência chinesa na América Latina com outra região do mundo onde a China também esteja presente. Por outro lado, há muitos estudos sobre o liberalismo e neoliberalismo nas relações entre ambos. Mas pouco sobre uma vertente mais geopolítica realista. A partir de este estudo, com uma visão mais realista seria interessante para impulsionar estudos construtivistas.

Assim, perante os agentes complexos da questão social, consideramos que estudos mais pormenorizados futuros deveriam abarcar os aspetos sociais tanto dos chineses como latino-americanos. E que grande importância desenvolver estudos que analisem os futuros desafios, trata-se de um universo que apresenta várias características importantes como agentes político. Dando maior ênfase ao construtivismo nas relações internacionais, como um campo cada vez mais importante num sistema mais globalizado e interdependente em que os agentes sociais são cada vez mais decisores.

BIBLIOGRAFIA

- 1ª Fórum China-CELAC: grande encontro ou oportunidade perdida? (s.d.). Obtido em Outubro de 2015, de Diálogo Chino: <http://dialogochino.net/1o-forum-china-celac-grande-encontro-ou-oportunidade-perdida/?lang=pt-pt>
- Aguiar de Medeiros, C., & Vital, M. R. (Março de 2015). Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. *Revista de Economia Política*.
- Amado Mendes, C. (26 de Junho de 2010). A China e a Cooperação Sul-Sul. *Relações Internacionais*, 033-046.
- (2013). *América Latina y El Caribe - China Relaciones Políticas e Internacionales*. RED ALC-China, México.
- Arriaga, G., Espinosa, R., & Baragwanath, K. (Março de 2014). China, América Latina, Estados Unidos: energía, un triángulo en dificultades. *INTER-AMERICAN dialogue*.
- Arriagada, G., Espinosa, R., & Baragwanath, K. (2014). *China, América Latina, Estados Unidos: energía, un triángulo en dificultades*. INTER-AMERICAN Dialogue, Energy Policy Group.
- Bingwen, Z., Hungbo, S., & Yunxia, Y. (2012). *China en América Latina: Reflexiones sobre las relaciones transpacíficas* (Primera ed.). (B. Creutzfeldt, Ed.) Bogotá: Printed in Colombia.
- Brown, C., & Ainley, K. (2009). *Compreender as Relações Internacionais* (4 ed.). (G. Valente, Ed., & A. Sampaio, Trad.) Lisboa: Gradiva.
- Cardozo, G. A. *LA disputa China-Taiwan en América Central y el Caribe*. Centro Argentino de Estudios Internacionales.
- CEPAL. (2015). *América Latina y el Caribe y China: hacia una nueva era de cooperación económica*. China.
- CEPAL. (2015). *Panorama da Inserção Internacional da América Latina*. CEPAL, México.
- CEPAL. (2015). *Primer Foro de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC) y China*. Chile.
- China cria fundo de US\$ 10 bilhões para cooperação com a América Latina*. (01 de Setembro de 2015). Obtido em 07 de Setembro de 2015, de Uol Notícias: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2015/09/01/china-cria-fundo-de-us-10-bilhoes-para-cooperacao-com-a-america-latina.htm>
- China se afianza en América Latina*. (20 de JAN de 2015). Obtido em SET de 2015, de International Centre for Trade and Sustainable Development : <http://www.ictsd.org/bridges-news/puentes/news/china-se-afianza-en-am%C3%A9rica-latina>
- China, R. A. (2015). 1ª.

- China, R.-A. (2015). *América Latina y El Caribe - China Economía, comercio e inversión 2015*. México.
- China., R. A. (2013). *América Latina y El Caribe- China Relaciones Políticas Internacionales*. México.
- CIMA. *Como China persigue la influencia mediática en África, América Latina y el Sudeste Asiático*.
- Domínguez, J. I. (Junho de 2006). China's Relations with Latin America:. *Inter-American Dialogue* .
- El Tiempo*. (15 de Fevereiro de 2010). Obtido de China Duplicará Colaboración Militar con Ecuador, Según fuerzas Armadas del Vecino País: <http://www.eltiempo.com>
- Ellis, D. (s.d.). China- Involucramiento Militar en América Latina . *Air & space Power* .
- Ellis, E. (2011). Chinese soft Power in Latin America - A case of study. *Features* (60), 85-91.
- Ellis, E. (s.d.). Intensificación de las Relaciones de China con América Latina y el Caribe. *Air & Space*, 9-24.
- Ellis, E. (2013). *The Strategic Dimension of Chinese Engagement with Latin America* (1ª ed.). (W. J.Perry, Ed.) Washington,DC: Center for Hemispheric Defense Studies .
- Ellis, R. E. (MAY de 2012). *The United States, Latin America and China: A Triangular Relationship?* Obtido em DEZ de 2015, de Inter-American Dialogue: <http://www10.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2012/10211.pdf>
- Erthal Abdenur, A., & Marcondes de Souza Neto, D. (2013). Cooperación China en América Latina. Las implicaciones de la asistencia para desarrollo. *Íconos. Revista de Ciencias Sociales* , 69-85.
- Estratégicos, A. N. (2013). *Desafíos Nacionales en un contexto Internacional Complejo* (Vol. 27). (I. Rojas, Ed.) Chile: ANEPE.
- Estratégicos, A. N. (2013). *Desafíos Nacionales en un contexto Internacional Complejo* (Vol. 27). (I. Rojas, Ed.) Chile: ANEPE.
- FLACSO. (2014). *Latin America, the Caribbean and China: sub-regional strategic scenarios* (1st ed.). (A. Bonilla Soria, P. Milet García, Edits., & S. Roraff, Trad.) San José, C.R.: Ingenium Studio.
- FLACSO. (2014). *Latin America, the Caribbean and China: sub-regional strategic scenarios* (1st ed.). (A. Bonilla Soria, P. Milet García, Edits., & S. Roraff, Trad.) San José, C.R.: Ingenium Studio.
- Foro China- CELAC*. (18 de Julho de 2014). Obtido em Agosto de 2015, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China : <http://www.fmprc.gov.cn/>
- Gratius, S. (Abril de 2008). Las potencias emergentes: ¿Estabilizadoras o desestabilizadoras? *Fride*.
- Grupo Celac-China decide ampliar investimentos mútuos a US\$ 250 bilhões em dez anos*. (12 de Janeiro de 2015). Obtido em 15 de Agosto de 2015, de Blog Planalto: <http://blog.planalto.gov.br/grupo-celac-china-decide-ampliar-investimentos-mutuos-a-us-250-bilhoes-em-dez-anos/>

- Herrera, M. (Outubro de 2011). China y América Latina: una relación positiva con varias interrogantes. *Programa de Cooperación en Seguridad Regional* .
- Horta, L. (Janeiro-Fevereiro de 2009). A influência Militar da China na América Latina . *Military Review*, 30-40.
- International, R. (2010). *Handbook of China's International Relations* (1º ed.). (S. Breslin, Ed.) Taylos & Francis .
- Iturre, M., & Amado Mendes, C. (25 de Março de 2010). Regional Implications of China's Quest for Energy in Latin America. *East Asia*, 127-143.
- Kissinger, H. (2012). *Da China* (2º ed.). (F. e. Silva, Trad.) Lisboa: Quetzal Editores.
- Koch Weser, I. (Setembro de 2014). Chinese mining activity in Latin America: a review of recent findings. *Inter-american Dialogue*.
- Lamus, F. V. (2012). Smart power and foreign policy of the Republic of China on Latin America and the Caribbean. *Revista Enfoques*, 10 (17), 37.
- Leiteritz , R. (2012). China y América Latina: el matrimonio perfecto? *Universidad del Rosario* (75), 49-81.
- Mah , L. (Junho de 2013). A emergência do desenvolvimento chinês. *Scielo* .
- Mahbubani, K. (2009). *Can Asians Think?* (4º ed.). Singapore: Marshall Cavendish.
- Mendez, N. R. (s.d.). *MERCOSUR-UNASUR-ALBA-CELAC: sellos de goma a realidades con peso propio?* Obtido de El granoto: <http://elgranotro.com.ar/index.php/mercosur-unasur-alba-celac-sellos-de-goma-o-realidades-con-peso-propio/>.
- Moncada Durruti, M. (2007). Visión del Mundo exterior de las cuatro generaciones de líderes políticos de la República Popular China. *CIDOB*, 27.
- Montenegro., C., Pereira, , M., & Soloaga., I. (2011). El efecto de China en el Comercio Internacional de América Latina . *Estudios de Economía*, 38 (2), 341-368.
- Morales , M., Zúñiga, E., & Gómez Valázquez, M. (2014). Panorama Político y económico de las relaciones entre América Latina y China. *FLACSO*.
- Morales , María Fernanda; Zúñiga , Edgardo Fonseca; Gómez Valázquez , Milton. (2014). *Panorama Político y económico de las relaciones entre América Latina y China*. FLACSO, México.
- Moreira, A. *Teoria das Relações Internacionais* . Coimbra : Almedina .
- National Intelligence Council. (2012). *National Intelligence Council, Global Trends 2030: Alternative Worlds* . Washington, DC.
- Nossel, S. (2004). Smart Power . *Foreign Affair*, 2 (83).
- Nye, Jr., J. (2002). *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História* (3 ed.). (A. W. Longman, Ed., & T. Araújo, Trad.) Lisbo: Gradiva.
- Nye, Jr., J. (2010). *O futuro do Poder* (1º ed.). (C. d. Leitores, Ed., & L. Oliveira Santos , Trad.)
- Nye, Jr. , J. (2008). *The power to Lead* . USA: Oxford University Preess.
- Nye, Jr., J. (2002). *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História* (3 ed.). (A. W. Longman, Ed., & T. Araújo, Trad.) Lisbo: Gradiva.

- Nye, Jr., J. (Fall, 2006). Smart Power: In Search of the Balance between Hard and Soft Power. *Journal of Ideas* (2).
- OCDE/CEPAL/CAF. (2015). *Perspectivas económicas de América Latina 2016: hacia una nueva asociación con China*. Paris: OECD Publishing.
- Oliva, C. V. (s.d.). *Las posibilidades de un desarrollo armónico*. Obtido em May de 2015, de <http://www10.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2014/14844.pdf>
- Poniachik, D., Meller, P., & Zentero, I. (Outubro de 2012). El impacto de China en América Latina: ¿Desindustrialización y no diversificación de exportaciones? *CIEPLAN*.
- Qingan, Z., & Jinwei, M. (2012). How 21st-Century China sees public diplomacy as path to soft power. *Global Asia*, 7 (3).
- Ramo, J. C. (5 de Novembro de 2004). "The Beijing consensus". *The Foreign Policy Centre*.
- Ray, R., Gallagher, K., Lopez, A., & Sanborn, C. (2015). China in Latin America: Lessons for South- South Cooperacion and Sustainable Development. *Boston University*.
- RED-ALC-CHINA. (2015). *Relaciones políticas e internacionales* (1ª ed., Vol. 1ª). Mexico.
- RED-ALC-CHINA. (2015). *Relaciones políticas e internacionales* (1ª ed., Vol. 1ª). Mexico.
- REDLAT. (2010). *As Relações Econômicas e Geopolíticas entre China e América Latina: Aliança Estratégica ou Interdependência Assimétrica*. RedLat/FNV, São Paulo.
- Rocha, M. (2006). China en transformación: la doctrina del desarrollo pacífico. *Foro internacional*, 46 (4).
- Rodríguez Aranda, I., & Leiva Van de Maele, D. (2013). El soft power en la política exterior de China: consecuencias para América Latina. (Polis, Ed.) *Revista Latinoamericana*, 12 (35), 497-517.
- Rodríguez, M. E. (s.d.). China en América Latina. 175-192.
- Rodriguez, M. (Março de 2008). La batalla diplomática de Beijing y Taipei en América Latina y el Caribe. *Revista CIDOB d'afers Internacionals* 81, 209-231.
- Romer, C., & Navarro García, A. (Julho-Agosto de 2010). China y América Latina: recursos, mercados y poder global. *Nueva Sociedad* nº. 228.
- Santoli, A. (21-22 de Julho de 2005). *U.S- China Economic and Security Review Commision*. Obtido de China's Strategic Reach into Latin America: [written_testimonies/05_07_21_22wrts/santoli_albert_wrts.htm](http://chinaandlatinamerica.com/2014/08/27/growing-chinese-presence-challenges-taiwans-influence/)
- Sanz, J. (Janeiro/Março de 2013). La influencia de China en Latinoamérica. *faes*, 145-166.
- Shambaugh, D. (2002). China's International Relations Think Tanks; Envolving Structure and Process. *The China Quarterly*.
- Shortell, P. (27 de Agosto de 2014). *Growing Chinese Presence Challenges Taiwan's Influence*. Obtido em Junho de 2015, de Inter-American Dialogue: <http://chinaandlatinamerica.com/2014/08/27/growing-chinese-presence-challenges-taiwans-influence/>
- Suisheng, Z. (2008). Chinese Pragmatic Nationalism and Its Foreign Policy Implications. *University of Denver*.
- Tavares da Silva, J. (2011). O Isolamento Internacional de Taiwan e a Abertura de Canais Diplomáticos não Governamentais. *Nação e Defesa*, 5 (129), 199-220.

- Wilson, E. (2008). Hard Power, Soft Power, Smart Power. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 616.
- Yanjiu, Z. (2º semestr de 2008). Revista de Estudos Chineses. *Instituto Português de Sinologia*.
- Yao (Ed.). (5 de Novembro de 2008). *China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean*. Obtido em Abril de 2015, de Window of China: www.chinaview.cn
- Yao. (5 de Novembro de 2008). *China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean* . Obtido de Window of China: www.chinaview.cn